

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA
UFSM: 23 ANOS DE HISTÓRIA DO IPÊ AMARELO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Vânia Maria Almeida da Silva

**Santa Maria, RS, Brasil
2012**

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA UFSM: 23 ANOS DE HISTÓRIA DO IPÊ AMARELO

Vânia Maria Almeida da Silva

Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de concentração em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Educação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cleonice Maria Tomazzetti

**Santa Maria, RS, Brasil
2012**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Almeida da Silva, Vânia Maria

A Trajetória da Educação Infantil na UFSM: 23 Anos de História do Ipê Amarelo / Vânia Maria Almeida da Silva.- 2012.
133 p.; 30cm

Orientadora: Cleonice Maria Tomazzetti

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2012

1. Educação Infantil 2. Creches Universitárias 3. Políticas Públicas I. Tomazzetti, Cleonice Maria II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação
de Mestrado**

**A TRAJETÓRIA DA INFANTIL NA UFSM: 23 ANOS DE HISTÓRIA
DO IPÊ AMARELO**

Elaborada por

Vânia Maria Almeida da Silva

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Educação

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^aDr.^a Cleonice Maria Tomazzetti
(Presidente/ Orientador)

Viviane Ache Cancian, Prof.^aDr.^a. (UFSM)

Marilene Dandolini Raupp, Prof.^a Dr.^a(UFSC)

Santa Maria, 26 de abril de 2012.

Mas se essa transformação da inteligência não te reergue o coração com o aperfeiçoamento íntimo, se os princípios que abraças não te fazem melhor, à frente dos nossos irmãos da humanidade, para que te serve o conhecimento? Se uma força superior te não educa as emoções, se a cultura te não dirige para a elevação do caráter e de sentimento, que fazes do tesouro intelectual que a vida te confia?

Emmanuel

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus, pela oportunidade de estar progredindo e evoluindo intelectual e espiritualmente através da jornada desta vida.

Ao meu Pai (in Memoriam) e minha querida mãe que me ensinaram a valorizar a vida e a constituir-me como pessoa.

Aos meus queridos irmãos que mesmo distantes torcem por mim e fazem parte da minha história.

A minha querida família, meu esposo Cleber e minhas filhas Vanessa, Alessandra e Mariana, pelo apoio e incentivo, e por ser meu porto seguro nos momentos de incertezas.

A minha Professora orientadora Cleonice Maria Tomazzetti, pela compreensão, atenção e disponibilidade, e pelas importantes contribuições prestadas a mim, na realização desta pesquisa.

Aos professores da banca, Prof^a Marilene Dandolini Raupp, Prof^a Viviane Ache Cancian, Prof. Décio Auler e demais professores e colegas do Curso de Mestrado em Educação, pelos momentos de aprendizado.

Aos sujeitos desta pesquisa, Ex-diretoras, Diretora e Servidoras do NEIIA, que foram co-construtoras desta história, o meu Muito Obrigado!

Às servidoras técnico-administrativas do Ipê, em especial a Tia Maria, as Tias da Nutrição, as Tias da Limpeza que formam a equipe de suporte e infra-estrutura tão necessárias para manutenção das atividades da Unidade e que tive o prazer de conviver, obrigado pelo carinho.

Às queridas professoras e estagiárias que passaram pelo NEIIA, e as que hoje lá estão, dedico com carinho esta pesquisa e, em especial a querida colega Bruna Rigo (in memoriam), profissional competente que tive o prazer de conviver, que nos deixou tão cedo, mas tenho certeza que continua zelando pelas crianças e por todos nós.

Às queridas colegas do NDI, Professoras Sueli Salva, Graziela Lima e Viviane A. Cancian pelo incentivo e apoio na realização do curso de Mestrado e na efetivação desta pesquisa.

E em especial a todas as crianças do Ipê Amarelo que são as protagonistas desta história. Obrigado à todos vocês!

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA UFSM: 23 ANOS DE HISTÓRIA DO IPÊ AMARELO

AUTORA: VÂNIA MARIA ALMEIDA DA SILVA
ORIENTADOR: CLEONICE MARIA TOMAZZETTI
Santa Maria, 26 de abril de 2012

Este estudo procurou compreender a história da constituição e desenvolvimento do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo na Universidade Federal de Santa Maria, buscando elementos de sua história recente, para, a partir disso, analisar a identidade deste espaço na Universidade. No referencial teórico buscou-se contextualizar a história da Infância, da Criança e da Educação Infantil, bem como as contribuições das Políticas Públicas e Legislação para o avanço da Educação Infantil no país. Tratou-se também de demonstrar o percurso das Creches Universitárias nas Instituições Federais de Ensino, a discussão de seu papel e sua identidade acadêmica e, em especial, a criação do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo e as perspectivas de manutenção deste espaço na Universidade. A Metodologia adotada pautou-se pela abordagem de caráter histórico-cultural, tendo por base as concepções Vygotskianas de interação sujeito-mundo. A pesquisa nesta abordagem possibilitou a compreensão do fenômeno como parte de um processo histórico maior, relacionando-o com as transformações sociais e culturais produzidas pela humanidade. Utilizou-se como técnicas de coleta de dados a análise documental, através dos documentos institucionais e legislação vigente, entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos envolvidos na implementação e constituição do Núcleo e gravação em áudio. Os resultados da investigação levaram a concluir que durante todo o processo de constituição e desenvolvimento do Ipê Amarelo na Universidade, muitos caminhos foram trilhados, diferentes concepções perpassaram as gestões do Núcleo, que acompanharam a evolução histórica da Educação Infantil no Brasil, das Políticas Públicas e da Legislação. Percebeu-se no decorrer dos anos mudanças significativas nas concepções de Infância, Criança e Educação Infantil, e a busca de seus educadores por um espaço na Universidade que aliasse a educação e o cuidado das crianças com a formação, por ser historicamente um espaço de práticas educativas. Através da luta constante da atual equipe gestora pelo reconhecimento e consolidação de sua identidade, conquistou-se o reconhecimento do Ipê Amarelo como uma Unidade de Educação Infantil, de caráter educativo, no qual a criança é vista como sujeito de direitos, protagonista de seu tempo e de sua história. A Unidade atualmente busca fazer a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão em consonância com os objetivos da Universidade, consolidando assim seu papel e identidade acadêmica.

Palavras-chave: Infância, Educação Infantil, Políticas Públicas, Creches Universitárias

ABSTRACT

Dissertation
Graduate Program in Education
Federal University of Santa Maria

The TRAJECTORY OF EDUCATION IN UFSM CHILD: 23 YEARS OF HISTORY OF IPE AMARELO

AUTHOR: VÂNIA MARIA ALMEIDA DA SILVA

ADVISOR: CLEONICE MARIA TOMAZZETTI

Santa Maria, April 26, 2012.

This study sought to understand the history of the establishment and development of the Center for Early Childhood Education Ipê Amarelo at the Federal University of Santa Maria, seeking evidence of its recent history, for, as appropriate, to analyze the identity of this space in the University. In the theoretical framework was aimed the contextualize the childhood History the Child and Early Childhood Education as well as the contributions of Public Policy and Legislation for the advancement of early childhood education in the country. It was also to demonstrate the route of the College Creches in Federal Universities, discussion of its role and academic identity, and in particular the creation of the Center for Early Childhood Education Ipê Amarelo and the prospects of maintaining this space at the University. The methodology adopted was based on the approach of historical-cultural, based on the concepts of interaction Vygotskyanas subject-world. Research in this approach allowed us to understand the phenomenon as part of a larger historical process, relating it with the social and cultural transformations produced by mankind. Was used as data collection techniques to document analysis, through institutional documents and legislation, semi-structured interviews with individuals involved in the implementation and establishment of the institute audio recording. The research results led to conclude that throughout the process of formation and development of the Ipê Amarelo in the University, many were trodden paths, different conceptions permeated the managements of the Center, who followed the historical evolution of Early Childhood Education in Brazil, and Public Policy Legislation. It was noticed over the years significant changes in conceptions of Children, Child and Early Childhood Education, and the pursuit of his teachers at the University by a space that allied education and care of children with training, because it is historically an area of educational practices. Through the constant struggle of the current management team for the recognition and consolidation of their identity, won the acknowledgment of the Ipê Amarelo as a Unit of Early Childhood Education, character education, where the child is seen as subjects of rights, the protagonist of his time and its history. The Unit is currently seeking to make the link between education, research and extension in line with the objectives of the University, thus consolidating its academic role and identity.

Keywords: Childhood, Early Childhood Education, Public Policy, University Creches

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Quadro das Unidades Universitárias de Ed. Infantil.....	51
Figura 2	Lançamento da Pedra Fundamental da Creche.....	55
Figura 3	Ano de 1988-atendimento aos filhos dos servidores da Ufsm no centro social urbano.....	57
Figura 4 e 5	Retomada das obras da Creche.....	60
Figura 6 e 7	Inauguração da Creche em 24/04/1989 e hall de entrada do Ipê Amarelo.....	61
Figura 8	Profissionais e crianças da Creche em 1989.....	62
Figura 9	Crianças da creche 1989.....	63
Figura 10	Exposição da creche no Hall da Reitoria.....	67
Figuras 11	Comemoração de Aniversário e vista pátio interno -1994.....	68
Figuras 12	Comemoração de Aniversário e vista pátio interno -1994.....	69
Figura 13	Equipe de Profissionais e crianças da creche em 1995.....	71
Figura 14	Atividades realizadas na Brinquedoteca em 1999.....	74
Figura 15	Remodelação da sala de Informática.....	75
Figuras 16 e 17	Fotos do NEIIA em 2002.....	78
Figuras 18 e 19	Fotos da Brinquedoteca do NEIIA.....	80
Figuras 20	Festa de 15 anos e ex Diretoras do NEIIA.....	81
Figura 21	Hall de entrada do salão.....	81
Figuras 22 e 23	Fotos dos Ateliers Pedagógicos.....	85
Figuras 24 e 25	Estrutura Física das salas de aula 2010.....	89
Figuras 26 e 27	Sala de vídeo e Banheiro Infantil.....	89
Figura 28	Equipe do NEIIA apoiando a regularização na 730ª Sessão do CONSU.....	91
Figura 29	Foto Atual da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo -2012...	94
Figura 30	Linha do Tempo.....	95

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A	Roteiro da Entrevista Semi-estruturada.....	109
ANEXO B	Autorização Institucional.....	110
ANEXO C	Ofício do Gabinete do Reitor ao Secretário Geral do MEC.....	111
ANEXO D	Certidão – Construção da creche UFSM.....	112
ANEXO E	Parecer 05/89.....	113
ANEXO F	Resolução 0050/89.....	114
ANEXO G	Resolução 012/02.....	117
ANEXO H	Resolução CNE/CEB Nº 1.....	119
ANEXO I	Parecer 039/2011 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	121
ANEXO J	Resolução 044/2011.....	123
ANEXO K	Reportagem Revista FATOS.....	124
ANEXO L	Informativo UFSM, Novembro de 1996.....	128
ANEXO M	Quadro panorama das Unidades Universitárias de EI.....	129
ANEXO N	Reportagem-Sem nunca parar de crescer- 08/03/2012.....	131

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	11
Cap.I - DESENHO DA INVESTIGAÇÃO.....	14
1.1 Configuração da Pesquisa.....	14
1.1.2 Objetivos	14
1.1.2.1 Objetivo Geral	14
1.1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.1.3 Abordagem Metodológica	15
1.1.3.1 Instrumentos	17
1.1.3.2 Participantes da Pesquisa	19
1.1.3.3 Análise dos Dados	21
Cap.II - CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E POLÍTICA	23
2.1 A Infância, as Crianças e a Educação Infantil, concepções ao longo da História...	23
2.2 Surgimento das instituições de Educação Infantil.....	26
2.3 Legislação e políticas de Educação Infantil no Brasil: A Institucionalização da Infância	37
Cap.III- AS CRECHES UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS NO PAÍS	48
CAP. IV – O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO NA UFSM	55
4.1 Fase Inicial -1989-1991 -A Trajetória da Creche Ipê Amarelo-Primeiros Passos.....	55
4.2 Fase Intermediária -1998-2002.....	73
4.3 Fase Atual -2010 até os dias Atuais.....	86
4.4 Linha do Tempo.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
ANEXOS.....	108

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa surge a partir de minha trajetória como Pedagoga, formada pela Universidade Federal de Santa Maria, no ano de 1994, data que ingressei por concurso público, na carreira de Técnico-Administrativo em Educação desta mesma Universidade.

Neste período fui designada para tomar posse e exercer minhas funções no cargo de recreacionista no Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, então creche da Universidade Federal de Santa Maria.

Desde então muitos caminhos tenho percorrido em minha formação, pois dentro da creche pude exercer diferentes papéis, desde professora de Educação Infantil, Coordenadora Pedagógica e Diretora desta instituição, o que muito contribuiu na minha constituição como mulher, mãe e trabalhadora da educação.

Tendo, pois desempenhado tantas funções, muitas foram as indagações a respeito da minha própria formação como Pedagoga que surgiram a partir da convivência com as colegas de trabalho e estagiárias do Curso de Pedagogia que freqüentavam a Creche para realizar estágios e pesquisas do Curso de licenciatura em Pedagogia, bem como a respeito de nosso papel como professoras de Educação Infantil, da desvalorização do profissional da creche, e principalmente do papel da Creche Universitária, e de sua identidade e funções dentro do meio acadêmico.

Nesse sentido penso que a Universidade é um lócus de discussão de saberes e de formação de profissionais da Educação, sendo pertinente o debate sobre questões que afetam diretamente as demandas da profissão do Pedagogo e sobre o trabalho com a criança, na Educação Infantil.

Essa pesquisa é um convite para pensarmos o papel da Creche no contexto universitário e quais as funções que exerce. Assistencial como um direito da mãe trabalhadora? Educativa como direito das crianças? Ou formativa como direito dos acadêmicos na realização de seus estágios?

Em vista destas questões, acredito que só se poderá respondê-las se levarmos em conta o contexto social mais amplo, onde se considere a articulação dos fatores políticos, sociais e

educacionais, através das políticas públicas que foram implementadas ao longo dos anos em nosso país e que influenciaram na organização escolar, incluindo a Educação Infantil.

Desta maneira eis que surgiu a vontade de pesquisar mais sobre o tema, e o ingresso no curso de Pós-graduação em nível de Mestrado nesta Universidade, teve como finalidade a investigação, sistematização e organização da teoria, relacionando-a com a prática com o propósito de contribuir e complementar a minha formação acadêmica.

A Investigação surgiu então da seguinte questão: Quais os elementos que constituem a história do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo na UFSM e quais suas funções no espaço da Universidade?

Compartilho com o entendimento de Oliveira (2001) que considera a partir da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a Educação Infantil como parte da educação básica dos indivíduos, onde se busca uma identidade pedagógica que invista em alternativas que valorizem aspectos da infância possibilitando a construção de um sujeito histórico-social. Desse modo o segmento da educação infantil passa a atingir uma função específica no sistema educacional, como sendo a primeira etapa para a formação necessária de todos os indivíduos, objetivando a cidadania e uma base para os conhecimentos necessários a serem desenvolvidos posteriormente.

Para organizar este estudo, procurou-se dividi-lo em capítulos, sendo que no primeiro capítulo será abordada a metodologia, ou o desenho da investigação onde explicitamos a abordagem metodológica, apresentando a temática e seus desdobramentos através da questão de pesquisa e seus objetivos, bem como o contexto e os sujeitos colaboradores deste estudo.

No segundo capítulo trataremos a contextualização sócio-histórica e política da educação infantil ao longo da história, trazendo à luz questões de como era vista a criança e a Infância e sua evolução ao longo dos tempos a partir de diferentes autores. Ainda neste capítulo buscamos delinear a Política para a Educação Infantil, os órgãos responsáveis e as decisões tomadas em prol da criança no País.

Em seguida abordamos a Legislação para a Educação Infantil no Brasil, sua evolução e aspectos relevantes que influenciaram e são recentes na formação da identidade da Educação de crianças de zero a seis anos.

No terceiro capítulo estão delineados aspectos gerais das Creches Universitárias no País, como se constituíram e se organizaram ao longo do tempo, bem como a articulação construída em torno da Associação das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil, entidade de representação e luta política.

No quarto e último capítulo, apresentamos uma reconstrução histórica da formação e identidade do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, partindo de sua trajetória, desde a fundação, as diferentes gestões, levando em conta os aspectos sociais, econômicos e políticos dos diferentes momentos históricos vividos, analisando também as contribuições dos diferentes sujeitos que fizeram parte de sua trajetória.

Ao final, nas dimensões conclusivas, retomamos os caminhos da investigação, apresentando possíveis apontamentos finais deste estudo.

Deste modo, conhecer a história da Educação Infantil no país e no mundo, quais os fatos e acontecimentos que influenciaram na implementação de políticas públicas para a Educação das crianças de 0 a 6 anos e como estão sendo implementadas, bem como a constituição das Creches Universitárias, e em especial, o Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo na UFSM, sua trajetória e funções são partes importantes deste estudo que agora se inicia.

CAPÍTULO I - DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

1.1 Configuração da Pesquisa

Este estudo foi realizado no Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, situado no campus Universitário da Universidade Federal de Santa Maria. O NEIIA conta com um espaço físico composto por recepção, secretaria, salas de aula, brinquedoteca, setor de nutrição, sala de informática, setor de serviços, refeitório, pátio interno e externo e pracinha. Atende crianças de 0 a 6 anos de idade, filhos de servidores Docentes e Técnico-administrativos, bem como filhos de acadêmicos da casa do estudante da Universidade. Atualmente passará a atender crianças da comunidade interna e externa a UFSM. Os horários de atendimento abrangem das 6h45min. às 13h pela manhã, e das 13 h até as 19 h 15 min. pela parte da tarde. Atualmente a Unidade de Educação Infantil atende 189 crianças e possui 238 vagas preenchidas (incluindo as crianças de turno integral).

Nesta pesquisa nos propusemos a discutir a constituição do NEIIA e sua função dentro da Universidade Federal de Santa Maria, visando responder a questão principal: *Quais elementos constituem a história do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo na UFSM e quais suas funções no espaço da Universidade?*

Assim segue-se o desenho da investigação:

1.1.2 Objetivos

Neste tópico serão abordados os objetivos geral e específicos.

1.1.2.1 Objetivo Geral

Compreender a história da constituição e desenvolvimento do NEIIA, buscando elementos de sua história recente, para a partir disso, analisar a identidade deste espaço dentro da UFSM.

1.1.2.2 Objetivos Específicos

- Compreender como se deu a trajetória de criação do NEIIA;
- Refletir sobre os dilemas enfrentados pelo NEIIA desde sua fundação até os dias atuais;
- Investigar quais as funções do NEIIA dentro da UFSM;
- Contribuir para a formação da identidade do NEIIA na UFSM.

1.1.3 Abordagem Metodológica

A pesquisa educacional com crianças (0 a 5 anos) na área da Educação Infantil tem se multiplicado nas últimas décadas (1970) e atualmente tem causado preocupações nos estudiosos e pesquisadores a respeito das metodologias utilizadas com crianças nos espaços institucionais.

Estudos sócio-antropológicos vieram contribuir com a educação no sentido de ressaltar que a investigação da Infância requer do pesquisador conhecimentos da história, isto é, dos elementos constitutivos da história da educação, da infância, da pedagogia e da escola (FARIA, 2005, p. 38).

Neste sentido, a partir dos objetivos e finalidades deste estudo, optamos por uma abordagem qualitativa para nos auxiliar a compreender a constituição histórica do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, bem como seu papel na Universidade, pois

[...] utilizamos a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos, relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico (BOGDAN & BIKEN, 1994, p.16).

Desta maneira entende-se que a partir do estudo qualitativo, são priorizados todos os componentes da situação investigada, o contexto social mais amplo, o contexto político e as interações e significações construídas nesta realidade específica.

Caracteriza-se este estudo como Histórico-Cultural, pois se busca compreender a construção do NEIIA na UFSM e de seus elementos sócio-históricos a partir das referências

político-institucionais e pedagógicas que construíram a identidade deste espaço, tendo por base as concepções Vygotskyanas de interação sujeito-mundo.

Para Freitas (2000, p.3),

Este olhar permite perceber seus sujeitos como históricos, dotados, concretos, marcados por uma cultura, os quais criam idéias e consciências ao produzir e reproduzir a realidade social, sendo nela ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos.

A pesquisa nesta visão vai além da descrição da realidade, mas busca também explicar e compreender os eventos investigados integrando o individual com o social.

Buscando compreender a teoria de Vygotsky para fundamentar esta pesquisa, entendemos que sua obra fundamenta-se na categoria marxiana da atividade humana, em que o homem é considerado um ser biológico, pertencente à natureza, e esta é constantemente modificada pelo próprio homem, isto constitui a atividade humana – o trabalho humano. Esta atividade rompe com os limites biológicos da espécie humana, pois através dela o sujeito transforma intencionalmente a natureza e a si mesmo. Através da atividade o homem vai criando novas necessidades, buscando novos resultados mediando sua relação com a natureza num determinado contexto.

Sendo assim, a atividade humana - o trabalho - na obra de Marx é assim explicitado

É um processo entre homem e Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1983, p. 149).

Compreende-se, portanto, que o homem através de sua atividade – o trabalho – objetiva-se, gerando sempre algo novo, novas necessidades, novos conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos, criando assim a cultura. A todo esse processo de transformação denomina-se processo sócio-histórico do homem tornar-se humano.

A partir desta assertiva, Vygotsky concebe a relação entre indivíduo e sociedade como unidade indissolúvel, isto é, para viver em sociedade não bastam as bases biológicas que são asseguradas geneticamente ao indivíduo, este necessita apropriar-se do patrimônio cultural criado histórica e socialmente, por várias gerações, tornando-se um ser social, que se transforma pela sua atividade.

A abordagem sócio-histórica sugere então, o desenvolvimento de alternativas metodológicas que superem as dicotomias entre objetivo/subjetivo, externo/interno, social/individual e, para Vygotsky (1991) uma das metas da pesquisa é conservar a concretude do fenômeno estudado, sem ficar nos limites da mera descrição, isto é, sem perder a riqueza da descrição, avançar para a explicação.

Sendo assim pode-se inferir a proximidade da pesquisa sócio-histórica com o paradigma crítico, fundamentado no materialismo histórico dialético, visto que:

As categorias metodológicas da dialética, numa perspectiva materialista permitem o movimento da aparência para a essência; do empírico e abstrato para o concreto; do singular para o universal a fim de alcançar o particular; permitem tomar as totalidades como contraditórias. Aliadas à noção de que o sujeito ativo, em relação com o objeto, é histórico, tais categorias respondem à necessidade de conhecimento do diverso, das particularidades, do movimento, sem cair no relativismo e sem perder o sujeito, que, assim entendido, é necessariamente integral, pleno. Permitem ao mesmo tempo explicar e compreender (GONÇALVES, 2001, p.124).

Esta perspectiva diferencia-se do positivismo, onde o pesquisador se coloca em situação de isenção da realidade, ou do interpretativismo, em que o pesquisador se detém a olhar a realidade e interpretá-la. Na perspectiva crítica existe por parte do pesquisador um compromisso com a transformação da realidade.

Na concepção crítico dialética tanto o sujeito quanto o objeto possuem um papel ativo na construção do conhecimento; ambos sofrem transformações durante o processo, que é cíclico e contínuo, portanto histórico.

Gamboa (2008, p.114) enfatiza que as abordagens crítico-dialéticas se caracterizam pela contextualização, “onde os fenômenos devem ser estudados em seus entornos, seus ambientes naturais, os contextos onde se desenvolvem e têm sentido”. Ele complementa ressaltando que todo fenômeno deve ser entendido como parte de um processo histórico maior, sendo que na educação, as transformações estão relacionadas com as transformações sociais e culturais.

A pesquisa educacional na perspectiva sócio-histórica busca desta maneira, compreender os sujeitos dentro de uma realidade histórica de contradições, levando os sujeitos, tanto pesquisador quanto pesquisados, ao comprometimento, e a busca de transformação de si próprio e/ ou da realidade em que estão inseridos.

1.1.3.1 Instrumentos

Como instrumentos de produção e organização dos dados da pesquisa foram utilizados:

A fonte documental incluiu os documentos institucionais – da História e fundação do NEIIA através de pesquisa documental realizada na Divisão de Arquivo Geral da UFSM, bem como dos documentos institucionais do NEIIA (Propostas pedagógicas, Resoluções, Pareceres, Projetos, Reportagens e material de divulgação); a legislação educacional do período da década de 1970/1980/1990, bem como da legislação trabalhista em vigor no período, desde a fundação da “Creche Ipê Amarelo” até os dias atuais, incluindo a resolução Nº 01/2011 e a resolução de 044/2011.

A análise documental foi utilizada nesta pesquisa por proporcionar uma série de operações para o estudo, bem como a análise de um ou vários documentos para a descoberta das circunstâncias sociais e econômicas com os quais pode estar relacionada. O método mais conhecido de análise documental é o histórico, que demanda estudos dos documentos, visando investigar os fatos sociais e as suas relações com o tempo sócio-cultural-cronológico.

Através dos documentos, foi possível conseguir informações riquíssimas sobre a história e constituição do NEIIA na UFSM, subsidiando a construção do texto e dando visibilidade a esta história.

Como fonte contextual, buscou-se entrar em contato com os sujeitos envolvidos na implementação e constituição do NEIIA.

As técnicas utilizadas aconteceram por meio de entrevistas semi-estruturadas; gravação em áudio; análise de documentos históricos. A entrevista semi-estruturada justifica-se por combinar perguntas fechadas e abertas, o que permite ao entrevistado discorrer sobre o tema sugerido sem que o entrevistador fixe, *a priori*, determinadas respostas ou condições; alguns tópicos são selecionados *a priori*, mas as questões reais não o são.

Neste sentido, Triviños (1987) contribui com o tema quando afirma que a entrevista semi-estruturada parte de alguns questionamentos básicos, apoiados por teorias que interessam à pesquisa, e que, logo após, surgem outras interrogativas à medida que se recebem as respostas dos informantes. Os informantes podem ser submetidos a várias entrevistas para que se obtenha o máximo de informações e para se avaliar as mudanças das respostas em momentos diferentes.

As entrevistas semi-estruturadas foram agendadas previamente de acordo com a disponibilidade de dias e horários de consenso com os sujeitos desta pesquisa. Utilizou-se a gravação em áudio e, depois de realizada a transcrição dos dados, estes foram devolvidos aos

entrevistados para que pudessem acrescentar algum detalhe ou explicar melhor uma idéia, ou aquilo que julgassem necessário.

Desse modo, a entrevista semi-estruturada valoriza não somente a presença do investigador, como também oferece todas as perspectivas possíveis para que os sujeitos alcancem a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.

Em todos os momentos deste estudo as informações originadas na investigação foram utilizadas única e exclusivamente em caráter científico para esta pesquisa.

1.1.3.2 Participantes da Pesquisa

Como sujeitos participantes desta pesquisa destacam-se os gestores do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo que também foram responsáveis para a concretização deste espaço na UFSM, onde priorizou-se um representante de cada fase, isto é, da fase inicial (período de 1989-1994), de implementação propriamente dita, da fase intermediária (período de 1997-2001) quando o Núcleo passa a pertencer a Pró-reitoria de Recursos Humanos, e da fase atual (2002-2012) onde sua estrutura passa a fazer parte do Centro de Educação, contextualizando desta maneira os diferentes períodos históricos, as conquistas, os retrocessos e possibilidades de mudança que este espaço percorreu dentro da UFSM.

Para efeitos desta pesquisa e pelo seu caráter histórico cultural, optamos por identificar apenas as gestoras entrevistadas, pelo seu grau de importância na construção da história do NEIIA e mantivemos em sigilo a identidade dos demais sujeitos envolvidos na investigação.

A primeira entrevistada foi a Assistente Social Carmem Borges, servidora da UFSM e que esteve no Ipê Amarelo em seus tempos iniciais, primeiramente em 1990 como parte da equipe técnica, e em seguida como gestora de 1991 a janeiro de 1994.

A segunda entrevistada foi a professora de Graduação Cleuza Maria Maximino de Carvalho Alonso, já aposentada do Centro de Educação da UFSM, que exerceu seu mandato como diretora de 1994 a 1995, e após continuou assessorando o NEIIA, junto à Pro-reitoria de Assuntos Estudantis, e posteriormente foi coordenadora do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão que mantinha as atividades do NEIIA.

A terceira gestora entrevistada foi a Fonoaudióloga Anna Helena Pereira Bernardes que é servidora da UFSM lotada no NEIIA e exerceu seu mandato no período de 1997 a 2002.

A quarta gestora entrevistada foi a Professora do Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Educação, Viviane Ache Cancian que é Coordenadora do projeto Ipê Amarelo desde 2007 e, desde 2010 exerce a gestão da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo.

Também fizeram parte, como sujeitos deste estudo, os servidores técnico-administrativos em educação que participaram da implementação e que estão lotados no Núcleo Ipê Amarelo no momento atual, bem como uma servidora eventual que participou da trajetória histórica do NEIIA.

Optamos por manter em sigilo a identidade dos servidores entrevistados e os identificamos por letra do alfabeto conforme a seguir:

- Sujeito A – É servidor técnico-administrativo em educação da UFSM, cargo de Técnico de Enfermagem, foi lotado no NEIIA desde 1991 conforme seu relato: 1991-1994 - lotado no Ipê Roxo –extensão do Ipê Amarelo que funcionava no centro de Santa Maria; e de 1994 a 2007- lotada no Ipê Amarelo, onde se aposentou.
- Sujeito B – Foi servidor eventual no NEIIA, tem Formação em Pedagogia, e Especialização em Educação Infantil, atuou no Núcleo Ipê Amarelo no período de 1990 a 1995; atualmente é Professora de Educação Infantil do município de Santa Maria.
- Sujeito C – É servidor técnico-administrativo em educação pela UFSM, ingressou por concurso público no ano de 1994, no cargo de Recreacionista, foi designada para exercer suas funções no NEIIA, tem formação Superior em Letras, e Especialização em Informática na Educação. Atua no Núcleo Ipê Amarelo até os dias atuais.
- Sujeito D – É Servidor Técnico-administrativo em Educação, ingressou por concurso público na UFSM, cargo de Mestre-ofícios, foi designada a exercer suas funções no setor de Nutrição da Creche Ipê Amarelo desde dezembro de 1989, onde atua até os dias atuais.
- Sujeito E – Exerce suas funções no NEIIA desde o ano de 2003, é professora da carreira do ensino básico, técnico e tecnológico, atua como Professora de Educação Física no NEIIA até o momento atual.

1.1.3.3 Análise de Dados

Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de triangulação de dados, que abrange a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Neste sentido, verifica-se que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social (TRIVIÑOS, 1987).

Através da técnica de triangulação de dados priorizam-se em primeiro lugar os processos e produtos centrados no sujeito (entrevistas, questionários, observações), para em segundo lugar focar-se nos elementos produzidos pelo meio do sujeito e que têm influência no seu desempenho junto à comunidade (representado pelos documentos, instrumentos legais, instrumentos oficiais) e, por último, com os processos e produtos originados da estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social (fotografias, diários íntimos, cartas pessoais, livros, obras de arte, composições musicais, etc.), no qual está inserido o sujeito (TRIVIÑOS, 1987).

Mediante o uso desta técnica, foram utilizados diferentes procedimentos de produção e organização dos dados (coleta de dados) para melhor compreender o fenômeno em estudo, como já citado anteriormente, a análise documental, e a entrevista semi-estruturada.

Primeiramente para este estudo organizamos a pesquisa documental, catalogando e organizando os documentos mais importantes: Portarias, Resoluções, Ofícios, Reportagens de revistas e jornais, Propostas Pedagógicas e Regimentos. Alguns documentos foram pesquisados na Divisão de Arquivo Geral da UFSM/DAG, e os outros no próprio NEIIA.

Também fizemos de instrumento deste estudo as Fotografias que retratam a realidade cultural dos acontecimentos e fatos dos tempos históricos da constituição e efetivação da identidade do NEIIA.

O passo seguinte foi a realização das entrevistas com os sujeitos escolhidos para esta investigação. A efetivação das entrevistas envolveu um bom período de tempo visto que envolve a marcação de data e local apropriados de acordo com a disponibilidade dos sujeitos.

A realização das entrevistas foi uma experiência gratificante que envolveu a emoção de estar com pessoas que fizeram parte da história desta investigação, algumas destas pessoas que não via há muito tempo, e que em muitos momentos da entrevista denotaram a emoção de relembrar fatos do passado e do presente que foram de grande significado em suas vidas.

Neste sentido consideramos o caráter de interação social da entrevista como também acreditamos que é um momento de organização de idéias como afirma Szymanski (2010, p.14)“Esse processo interativo complexo tem um caráter reflexivo, num intercâmbio contínuo entre significados e o sistema de crenças e valores, perpassados pelas emoções e sentimentos dos protagonistas”.

E finalmente para efetivarmos a construção da história do NEIIA procuramos levar em conta todos os aspectos da situação investigada, os documentos históricos, as fotografias e as entrevistas, relacionando-os com as políticas públicas para a Educação Infantil nos diferentes momentos históricos vividos, desde a fundação até os dias atuais.

CAPÍTULO II- CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E POLÍTICA

Neste capítulo iremos abordar uma retrospectiva sócio-histórica de como era vista a infância e a criança ao longo da história, no mundo e no Brasil, alicerçados nos estudos de Áries(2006), Kuhlmann(2010), Kramer(2003),Sarmiento(2005),Cohn(2005),Veiga (2007).

Também enfatizamos as propostas de estudiosos sobre a educação da criança, a institucionalização da infância, como surgiram as instituições de Educação infantil, e as políticas e legislação que foram implementadas para a educação das crianças de 0 a 6 anos.

2.1 A Infância e as Crianças: concepções ao longo da História

A pobre criança que nada sabe, que não pode nada, nem nada conhece, não está a vossa mercê?(...) Sem dúvida ela deve fazer só o que deve, porém deve querer só o que vós quereis que ela faça.

Jean Jacques Rousseu

Para falarmos de Infância necessitamos compreender o seu percurso histórico, ou seja, perceber que há grandes contrastes em relação ao sentimento de infância no decorrer dos tempos, pois a humanidade nem sempre viu a criança como um ser em particular, e por muito tempo a tratou como um adulto em miniatura.

A investigação do termo Infância nos faz recorrer aos estudos da historiografia em que Áries (2006) declara que até por volta do século XII muito pouco se falava da infância, tanto na arte como iconografia as crianças eram representadas como miniatura de adultos.

Na Idade Média a criança era vista como um ser em miniatura, assim que pudesse realizar algumas tarefas, era inserida no mundo adulto, sem nenhuma preocupação em relação a sua formação enquanto um ser com especificidades próprias, sendo exposta a todo tipo de experiências.

Em seus estudos Kuhlmann (2010) refere que no período anterior ao Século XII desconhecia-se a Infância ou não havia lugar para ela, ou seja, o sentimento de infância não era interessante na idade Antiga e Média.

Até o século XII a sociedade não dava muita atenção às crianças. Devido às más condições sanitárias, a mortalidade infantil alcançava níveis alarmantes e a criança era vista como um ser ao qual não se podia apegar, pois a qualquer momento ela poderia deixar de existir. A socialização da criança e a transmissão de valores e de conhecimentos não eram asseguradas pelas famílias. A criança era afastada de seus pais e passava a conviver com outros adultos, ajudando-os em suas tarefas. Desta maneira, não se distinguia mais destes, passando dessa fase direto para a vida adulta (ÁRIES, 2006).

Somente a partir do século XIII que a Infância começa a ser retratada nas telas, e a criança aparece como um indivíduo, descobrindo-se assim o sentimento da infância.

Desta maneira, percebe-se que a evolução do sentimento de infância aos poucos vai sendo reconhecida e entre os Séculos XIII e XVII

[...] uma nova sensibilidade atribuiu a seres frágeis e ameaçados uma particularidade que antes ninguém se importava em reconhecer: foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também é imortal (ÁRIES, 2006 p.25).

Nessa perspectiva o sentimento de infância é algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de agir e pensar, que se diferencia do adulto, e deve ser valorizado com outro olhar.

Ainda segundo o autor foram as grandes transformações sociais ocorridas no século XVII que contribuíram para a construção de um sentimento de Infância. Entre elas as reformas religiosas católicas e protestantes, que trouxeram um novo olhar sobre a criança e sua aprendizagem. Outro aspecto relevante foi a importância cada vez maior dada a afetividade, que passou a ser valorizada no seio da família.

A afetividade era demonstrada, através da educação, esta, que antes acontecia através da convivência das crianças com os adultos, passou a acontecer na escola. A formação moral da criança também se destaca no período e a igreja se encarrega de direcionar a aprendizagem, com o intuito de corrigir os defeitos da criança, pois se acreditava que ela era fruto de pecado e deveria ser conduzida para o caminho do bem. Desta maneira entre os moralistas do século XVII, formou-se o sentimento de infância que viria a inspirar toda a educação do século XX. (Áries,2006)

Deste contexto histórico provém a explicação que condicionou o atendimento destinado às crianças nos séculos posteriores, de caráter repressor e compensatório.

Para Kramer (2003), de um lado a criança era vista como ser inocente que necessitava de cuidados, e de outro lado como fruto do pecado, o que para a autora gerou duas atitudes contraditórias:

[...] uma considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é traduzida pela paparicação dos adultos, e a outra surge simultaneamente à primeira, mas se contrapõe a ela, tornando a criança um ser imperfeito e incompleto, que necessita de “moralização” e da educação feita pelo adulto (KRAMER, 2003 p.18).

Esses dois sentimentos originaram-se através da família, que adquiriu uma nova postura em relação à criança, e passou a assumir mais efetivamente sua função, tratando a criança como um investimento futuro, que precisava ser preservado, e, portanto deveria ser afastada dos castigos físicos e morais.

Aliado a isto, também o papel da mulher e da família na sociedade foi se transformando ao longo do tempo, com a redefinição dos papéis familiares, a mulher que na antiguidade era concebida como a rainha do lar, mantenedora da ordem da família e da sociedade, passou por volta dos séculos XIX e XX a ingressar no mercado de trabalho e novas concepções a respeito de seu papel foram se configurando. Em decorrência disso, a Infância também passa a ser percebida como novas especificidades, distintas da idade adulta, surgindo tratados sobre “educação dos filhos e puericultura” como também ao longo do século XVIII e XIX registrou-se grande preocupação com a educação física, moral e intelectual das crianças, em especial das famílias com maior poder aquisitivo. Às crianças pobres era reservada uma educação voltada para o trabalho (VEIGA, 2007).

Ainda conforme Kramer (2003), este sentimento de infância e de família representa um padrão burguês, que foi se transformando em universal ao longo dos tempos, com a idéia de infância que vai surgir na sociedade capitalista industrial, onde ao contrário da sociedade feudal, em que a criança exercia um papel produtivo direto (de adulto) assim que ultrapassasse o período da alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma função futura na sociedade.

Estudos posteriores fizeram retroceder para a Antiguidade a diferenciação entre os lugares sociais da criança e do adulto, e através do acúmulo de pesquisas desenvolvidas sobre diferentes sociedades e momentos históricos levaram a perceber que,

[...] à semelhança da categoria gênero, a geração constitui elemento que caracteriza a produção de lugares sociais e representações sobre sujeitos concretos definidos por sua inserção num grupo de idade ou sexo (GOUVÊA, 2008, p.100).

Nos estudos de Kuhlmann, há a compreensão de que as diferentes concepções de infância devem ser buscadas em diferentes tempos e lugares, para ele a história da infância se move por “linhas sinuosas”, isto é, a infância assumiu um grande interesse e aceitação, criando-se uma imagem positiva e, portanto, os debates assumem uma forma cíclica e não linear. Kuhlmann(2001 *apud* GOUVÊA, 2008, p. 100).

Para Sarmiento (2005) a Infância é entendida como uma categoria social do tipo geracional, onde as crianças são atores sociais concretos que em cada momento histórico, social, cultural, econômico de um tempo e espaço integram a categoria geracional. Também, segundo o autor, as marcas históricas vão constituir diferentes infâncias, sendo que não existe uma única, pois em mesmos espaços existem diferentes infâncias, fruto de realidades em confronto.

Cohn (2005) destaca em sua obra que foi a partir da década de 1960, que os estudos antropológicos passaram a revisar os conceitos de cultura, sociedade e agência, e estes foram revistos e reformulados, passando-se a perceber a criança como sujeito social, ou seja, as crianças passaram a ser vistas como produtoras de cultura. Neste sentido,

ao contrário de seres incompletos, treinando para a vida adulta, encenando papéis sociais enquanto são socializados ou adquirindo competências e formando sua personalidade social, passam a ter um papel ativo na definição de sua própria condição (COHN, 2005, p.21).

A partir desta visão podemos destacar que a criança passa a ter um papel por atuar na sociedade, por ser vista como ser social pleno, não mais como um ser incompleto que estaria treinando para ser adulto, mas sim por fazer parte do mundo e ser produtora de cultura.

Desta maneira a partir de diferentes concepções sobre a Infância, a educação foi se organizando ao longo da história, e à medida que as sociedades foram avançando, as concepções de criança e infância também foram evoluindo e a educação vai se reformulando segundo as concepções acerca dela e seu papel na sociedade, na família e no Estado.

Todo este processo sócio-histórico de constituição da Infância foi, também, ao mesmo tempo, constituindo as Instituições para atendimento da criança. Este tema será discutido no próximo item que se inicia a seguir.

2.2 Surgimento das Instituições de Educação Infantil

Como vimos anteriormente, durante muito tempo, o cuidado e a educação das crianças pequenas eram tarefas da família, em especial das mães e das mulheres.

Nas sociedades primitivas as crianças que se encontravam em situação de abandono, eram cuidadas por uma rede de parentesco, ou seja, dentro da própria família. Na Idade Antiga, os cuidados eram oferecidos por mães mercenárias, que não tinham nenhum tipo de preocupação com as crianças, sendo que muitas morriam sob os seus cuidados. Na Idade Média e Moderna existiam as “rodas” (cilindros ocos de madeira giratórios), construídos em muros de igrejas ou hospitais de caridade, onde crianças deixadas eram recolhidas (OLIVEIRA, 2001).

Para a mesma autora (p.59),

as idéias de abandono, pobreza, culpa e caridade impregnam assim, as formas precárias de atendimento a menores nesse período e vão permear determinadas concepções acerca do que é uma instituição que cuida da Educação Infantil, acentuando o lado negativo do atendimento fora da família.

Devido ao caráter familiar do atendimento que era despendido à criança pequena, as primeiras instituições infantis tiveram diferentes denominações. Na França, foi denominada Escola do Tricô, fundada em 1767 pelo Padre Oberlin, sendo que a palavra Creche tem origem francesa, que significa manjedoura. Na Alemanha denominou-se Jardim da Infância, criado por Froebel em 1873. Na Escócia, fundado por Robert Owen o Instituto para a formação do caráter, era organizado em três níveis, sendo que a 1ª escola infantil para crianças de 3 a 6 anos; o 2º atendia crianças de 6 a 10 anos, e o 3º atendia alunos de 10 a 20 anos. Na Itália foram denominadas Casa dei Bambini (casa de crianças), no início do século XX, onde Maria Montessori trabalhava com crianças pobres de um bairro operário. Já na Inglaterra, Margareth McMillan juntamente com sua irmã Raquel criaram a instituição denominada Infantário (KUHLMANN, 2010).

Observa-se que, com exceção dos Jardins-de-Infância de Froebel, todos os outros programas foram iniciados para melhorar a vida das crianças pobres, denotando que o surgimento das Creches está essencialmente ligado à assistência, pois ocupava o lugar da família, nas mais diversas formas de ausência.

Diante desse quadro ficam evidentes as raízes da Educação Infantil, e em especial do profissional que viria a se constituir professor das crianças pequenas, onde inicialmente não se exigia qualificação profissional, pois a maioria era composta por leigos e do sexo feminino devido à visão de infância da época de cunho assistencialista.

A Educação Infantil passou então, a organizar-se a partir de diferentes concepções e contextos. As instituições pré-escolares nasceram no século XVIII para suprir a carência e situação de pobreza, abandono e maus tratos de crianças pequenas, cujos pais trabalhavam em fábricas, fundições e minas criadas pela revolução industrial que se implantava na Europa ocidental.

Surgem, portanto num cenário de mudanças na forma de organização da sociedade, que de agrário-mercantil transforma-se em urbano-manufatureira, em meio a conflitos, onde as crianças eram vítimas de pobreza, abandono e maus tratos, com grande índice de mortalidade.

Nos séculos XVIII e XIX originam-se então dois tipos de atendimento às crianças pequenas, um destinado às crianças da elite burguesa, que tinha como ênfase a educação, e outro que era destinado às crianças pobres e desfavorecidas, que tinham como características a custódia e a disciplina (OLIVEIRA, 2001).

Neste cenário surgiram propostas de estudiosos que se preocupavam em como educar as crianças. Pensadores como Comenius, Rousseau, Pestalozzi, Decroly, Froebel e Montessori configuram as novas bases para a educação de crianças. Embora tivessem enfoques diferentes, todos consideravam que a criança tinha características, diferentes dos adultos e possuíam necessidades próprias (OLIVEIRA, 2001).

A proposta de Comenius pensador do século XVII foi pioneira no sentido de abordar a educação democrática com a inclusão de todos, pobres, ricos, homens, mulheres, crianças, inteligentes e menos capazes.

Para Comenius a escola é uma das principais bases da sociedade, é o fundamento da formação humana:

Se, portanto queremos Igrejas e Estados bem ordenados e florescentes e boas administrações, primeiro que tudo ordenemos as escolas e façamo-las florescer, a fim de que sejam verdadeiras e vivas oficinas de homens e viveiros eclesiásticos, políticos e econômicos. Assim facilmente atingiremos o nosso objetivo; doutro modo, nunca o atingiremos (COMENIUS, 1966, p.71).

Assim Comenius vai pensar a escola e o que ela deve ensinar e como. Em sua obra *Didática Magna, ou Tratado da Arte Universal de Ensinar Tudo a Todos*, encontra-se os princípios de sua proposta.

Existe na *Didática Magna* um constante paralelo entre a natureza e o homem. A formação do homem segundo ele deve começar na primeira idade, por causa da semelhança de sua estrutura com a da natureza (plantas) e por causa da incerteza da vida que é breve.

Comenius acreditava que a escola era como um jardim no qual as crianças crescem como plantas, e o trabalho pedagógico organizado com quatro horas de duração para crianças menores, com um professor para várias crianças, e um trabalho baseado em contos de fada, histórias da carochinha, narrativas, jogos, atividades manuais e músicas.

Em sua proposta enfatiza que a aprendizagem está ligada a uma forma de percepção do mundo que é, ou de admiração e curiosidade, ou da experiência que vai constituir as formulações e significados, destacando a criança como sujeito do conhecimento que vai tomando consciência do que existe ao seu redor e começa a constituir as razões pelas quais as coisas se fundamentam. Desta maneira para Comenius o processo de conhecimento se dá pela experimentação do mundo.

Analisando o pensamento de Comenius, percebemos o quanto este teórico foi além de seu tempo, pois até hoje em nossas pré-escolas percebemos resquícios de suas concepções e constatamos que os professores estão sempre em busca de atividades que contemplem a idade da criança e suas diferenças e individualidades.

Neste sentido, diferenciando de Comenius, que colocava a infância como ponto central de sua teoria, destacamos as idéias de Rousseau (1712 – 1778), que considerava a criança não como um adulto em miniatura, mas sim um ser com sua própria história, concreto e real, que desde cedo constrói suas próprias experiências, sendo a educação um meio para alcançar a liberdade natural; pois esta é constituída em três instâncias: a natureza, os homens e as coisas. Para Rousseau o ponto de partida é o indivíduo, com suas características e necessidades, e o de chegada, um ser livre, que compreende o que conhece.

Rousseau destaca a educação da criança desde o nascimento, e deste modo,

a criança recém nascida, precisa esticar-se e mover os membros para tirá-los do entorpecimento em que, unidos como um novelo permaneceram por longo tempo. È verdade que os esticamos, mas os impedimos de se moverem; chegamos até a prender-lhe a cabeça a testeiras: até parece que temos medo de que ela pareça estar viva (ROUSSEAU, 1995, p.16).

Com seu pensamento Rousseau inaugura uma nova concepção de infância para a época, percorridos os séculos XII ao XVI, onde a criança não era percebida entre os adultos, passa então a se reconhecer a importância desta fase para a vida futura.

Em seu Tratado de Educação com a obra Emílio, o autor busca um aluno imaginário para dele fazer um verdadeiro homem, e para que isso se concretize busca na natureza os segredos para essa educação. O núcleo central da obra Emílio consiste então na teorização de uma educação do homem por meio de seu retorno a natureza, isto é centra-se nas necessidades

mais profundas e essenciais da criança, no respeito por seus ritmos de crescimento e na valorização das características específicas da idade infantil.

Ainda para este pensador a educação deve assim ocorrer de modo natural longe das influências corruptoras da sociedade e sob o direcionamento de um mestre que oriente esse processo formativo (ROUSSEAU, 1996).

Então por meio de Rousseau a infância é descoberta como idade autônoma e que possui característica e finalidades específicas, diferentes da idade adulta, e que, portanto necessita de cuidados especiais. Destacam-se também em sua obra a reprovação à educação autoritária, intelectualista, pedante e mera cópia dos adultos. Desta maneira divide em etapas a formação do homem, colocando em primeiro lugar a Idade Infantil, ou seja, o período de lactância, que compreende o crescimento do corpo, atividades motoras, percepção sensorial e sentimentos, cabendo as mães os seus deveres naturais, destacando a amamentação.

Rousseau descreveu a amamentação como um ato importante para o desenvolvimento da criança, que deveria ser revestida de carinho e não repassado as amas de leite, como era feito na época. Também destacou o papel da mãe e dos homens como pais e maridos.

A educação da Idade Infantil para Rousseau, que acontecia do nascimento aos dois anos, deveria visar à expressão livre, as atividades naturais da criança com relação ao meio físico e a livre experimentação. Deu ênfase à importância do vestuário infantil, o cuidado com o ambiente, a alimentação e a higiene.

Na fase da Puerícia, dos dois aos doze anos, destaca o início da escolarização e critica os métodos de ensino, que não propiciavam prazer as crianças, pois eram severos, e a idade da alegria passava-se em meio a prantos, castigos ameaças e à escravidão.

O que nos chama atenção na obra deste pensador é a sua concepção de criança e de Infância, que conseguiu romper com um velho paradigma da sociedade e se estendeu por anos afora, através da percepção da infância como tal, fase que requer cuidados, que deve ser respeitada e possuir uma educação específica.

Com influências da Pedagogia de Rousseau, Pestalozzi (1746-1827) centrou-se na idéia de desenvolver na criança a atividade, o ensino das coisas antes das palavras e a exploração da intuição. Propôs modificações nos métodos de ensino, defendendo que a educação deveria ocorrer em um ambiente o mais natural possível, sob um clima de disciplina estrita, mas amorosa, o que contribuiria para o desenvolvimento do caráter infantil.

Para Pestalozzi a criança é um organismo que se desenvolve conforme leis definidas e ordenadas, e destacava três aspectos básicos: intelectual, que era a relação do homem com o ambiente, o físico através das atividades motoras, e o aspecto moral e religioso que se dava

pela relação com outros seres humanos e com Deus, o qual foi denominado popularmente como a cabeça, a mão e o coração. Esta foi considerada uma concepção de desenvolvimento orgânico que deveria priorizar a harmonia entre os órgãos.

Com relação à Infância acreditava no efeito nocivo do ensino tradicional e postulava que os poderes infantis brotam de dentro, através do despertar dos impulsos inatos, desenvolvendo-se como sementes até a maturidade. Para tanto compreendia que a criança deveria desenvolver-se livremente, a instrução educativa deveria brotar de dentro dela e deveria seguir a natureza. Defendia também que a educação das crianças deveria ser confiada às mães, pois estas teriam o poder de evocar as emoções das crianças e assim desenvolvê-las na proporção adequada.

A obra de Pestalozzi aproxima-se da de Rousseau em vários aspectos, considerando que sua teoria foi relevante para a sociedade da época, destacando-se aspectos que nos remetem aos dias atuais, como a ênfase na importância da família e da presença da mãe na vida e no desenvolvimento da criança.

Já Frederic Froebel (1782-1852) foi o educador que criou os Jardins da Infância, chamados “Kindergarten” em Blankenburg na Alemanha no ano de 1840. Seu objetivo era não apenas reformar a educação Pré-escolar, mas através dela, contemplar a família e a infância, envolvendo as esferas pública e privada. Destacava em sua Pedagogia a sistematização teórica, com produção de materiais pedagógicos que facilitava a exploração da intuição e a educação dos sentidos por parte das crianças. Defendia que a educação fosse ministrada por mulheres, “as jardineiras”, delegando as mulheres não apenas os papéis domésticos privados, mas também no contexto público das instituições escolares da primeira infância (KUHLMANN, 2010).

Através do movimento dos Jardins de Infância, difundidos no século XIX em vários países, inclusive no Brasil, a ação da mulher passou a ser constituída através de um novo papel histórico, levando a profissionalização por meio do Magistério, o que acarretou efeitos como a ocupação do poder e a liberdade econômica entre outros.

No Brasil, através da influência norte-americana, aconteceu a implementação dos Jardins de Infância, que foi defendida por Rui Barbosa em 1882, onde a educação da Infância era a de Froebel.

Froebel discerniu, e pôde avaliar em toda a extensão das suas conseqüências, os fatos capitais da educação infantil: uma necessidade contínua de movimento, uma simpatia inesgotável pela natureza, um instinto de observação curioso e sutilíssimo, uma tendência invencível para a imitação, uma fantasia infinitamente inventiva. (KUHLMANN, 2010, p.111).

Froebel concebia a educação através da dimensão religiosa, nos dons Froebelianos as atividades de ensino remetiam ao divino. A religiosidade de Froebel estava ligada a uma visão de mundo panteísta, e em sua visão de infância defendia a educação das crianças fora do lar, se contrapondo as igrejas cristãs.

A religiosidade Froebeliana visava à educação moral da criança, a formação de bons hábitos, cultivo da docilidade, e a Educação moral voltada para a disciplina, obediência, tendo a polidez como núcleo da formação, dentro de um ambiente pedagógico bastante rico e diversificado.

Também se destaca na proposta de Froebel os recursos didáticos, como a decomposição do todo em partes, as possibilidades construtivas a partir de elementos simples, e o reconhecimento sem preconceitos do valor da repetição e memorização para a criatividade.

As críticas a proposta de Froebel, cujo método foi difundido em todo o Brasil, e tem seguidores em muitas escolas de Educação Infantil até hoje, ocorreram justamente pela forma como se dava o encadeamento lógico na construção do conhecimento, o que congela e formaliza as relações entre professora e criança, bem como a ritualização das atividades, que é uma das características mais marcantes da Pedagogia Froebeliana.

Maria Montessori (1870-1952) no final do século XIX e início do século XX desenvolveu também trabalhos de educação Pré-escolar voltados a crianças pobres de favelas italianas.

O pensamento de Montessori surge contrariando a sociedade da época, pois questiona as questões relacionadas à infância, e em 1906, inaugura sua primeira escola para crianças pequenas com idade entre 3 e 6 anos, filhas de analfabetos com a finalidade de auxiliar as mentes infantis a crescerem fortes e saudáveis.

O método educacional de Montessori enfatizava a importância central do ambiente, onde segundo ela o professor deveria fazer um auto-exame, renunciando a tirania, a ira, o orgulho, devendo humilhar-se e revestir-se de caridade, ser passivo, para que a criança se liberte do obstáculo de sua própria atividade e autoridade, tornando-se ativa, autônoma e satisfeita. Desta maneira no ambiente tudo deveria ser medido, colocado em ordem para facilitar a concentração da criança, o material adaptado às proporções, salas claras, janelas baixas, flores, móveis pequenos de todos os tipos, cortinas, armários baixos para que as crianças pudessem alcançar e assim retirar e colocar como desejassem (MONTESSORI, 1987).

Para Montessori (1987, p. 13),

[...] o professor sem cátedra, sem autoridade e quase sem ensinar, e a criança transformada em centro da atividade, aprendendo sozinha, livre na escolha de suas ocupações e dos seus movimentos [...].

Referenda, portanto, em sua teoria, a importância dada à auto-educação do aluno do que ao papel do professor como fonte de conhecimento. Destacam-se também em seus postulados a ênfase a atividade, a individualidade e liberdade do aluno, priorizando o conceito de indivíduo como sujeito e objeto do ensino.

No decorrer do século XX, após a primeira guerra mundial, as idéias de respeito à criança vão sendo fortalecidas, culminando com o Movimento da Escola Nova, que gera preceitos importantes como uma escola que respeite a criança como ser específico, com um trabalho direcionado às características do pensamento infantil.

Neste século a Psicologia também contribui com estudos referentes ao desenvolvimento Infantil, onde surgem nas décadas de 20 e 30 as idéias de Piaget e Vigotsky.

A extensa e complexa obra de Jean Piaget (1896-1980) leva-nos a ressaltar aspectos de sua abordagem ligados à educação. Criador da “epistemologia genética” Piaget sempre esteve preocupado em investigar como ocorria a construção do conhecimento no campo social, afetivo, biofisiológico e cognitivo, qual a sua gênese e seus instrumentos de apropriação, como se constituem, sendo as crianças seu objeto de investigação para a construção do conhecimento científico.

O interesse principal de sua teoria voltava-se mais ao campo epistemológico e não à sua aplicação educacional, como afirma o próprio Piaget:

Estou convencido de que os nossos trabalhos podem prestar serviços à educação, na medida em que vão além da teoria do aprendizado e permitem vislumbrar outros métodos de aquisição de conhecimentos. Isso é essencial. Mas como não sou pedagogo, não posso dar nenhum conselho aos educadores. A única coisa que posso fazer é fornecer fatos. Além do mais, considero que os educadores estão em condições de encontrar por si mesmos novos métodos pedagógicos. (PIAGET *apud* LERNER, 1995, p.87).

Piaget elaborou, então, a sua “epistemologia genética”, na qual constatou experimentalmente como se processa a aquisição do conhecimento e o seu processo de desenvolvimento, evidenciando que os conhecimentos são mutáveis ao longo de todas as fases da vida humana. Abordou em sua teoria os estudos da ontogênese, em que investigou o desenvolvimento cognitivo desde o nascimento até a idade adulta. Utilizou-se do Método de Investigação baseado na observação direta, cuidadosa e sistemática de crianças (o que incluiu

seus próprios filhos), em contextos naturais. Realizou também entrevistas com crianças de várias idades, sob a condução dele e de seus colaboradores.

Para Piaget o processo de desenvolvimento humano depende não só da maturação biológica, como também da interação que se estabelece entre este e o meio físico e social em que vive.

A obra de Piaget tem importantes implicações para a organização das práticas educacionais e para a pedagogia da infância, pois através dela podemos compreender a forma como a criança pensa em situações de aprendizagem, para assim proporcionar experiências que lhes proporcionem aprendizagens significativas. Sua epistemologia genética nos mostra como se dá o conhecimento, desde as suas formas mais elementares até as superiores, incluindo o pensamento científico (FORMOSINHO, 2007).

Destaca-se nas obras de Piaget, aspectos relevantes para a educação infantil, como os estágios de desenvolvimento, teoria sobre o desenvolvimento moral, estudos como a construção do real, a construção das noções de tempo e espaço, a gênese das operações lógicas.

Em sua extensa teoria Piaget deixou importantes contribuições, que hoje se fazem presentes em muitas propostas educativas das escolas modernas.

A teoria de Vygotsky (Lev Semenovich-1896-1934) gera questionamentos e suscita uma série de problemas à ciência psicológica da época, levando os estudiosos da Educação a se apropriar e compreender melhor sua teoria e os diferentes momentos do desenvolvimento humano desde a infância inicial.

Para compreender a obra de Vygotsky é necessário considerar-se os fundamentos filosóficos subjacentes as suas idéias.

Vygotsky buscou explicar a formação da mente através da construção de uma Psicologia Marxista, isto é, fundamentada no Materialismo histórico de Marx e Engels (VYGOTSKY, 1991).

O método dialético materialista de Marx, que fundamenta a Teoria Vygostskyana, analisa o movimento dos contrários, em que, para cada tese, há uma negação (antítese), que gera uma síntese. Essa síntese não é meramente a soma dos dois momentos anteriores, mas sim um novo produto, uma nova tese, que também será negada (MARX, 2004).

Os postulados básicos de sua obra salientam a mudança em quatro níveis históricos, o Filogênico (desenvolvimento das espécies), o histórico (história dos seres humanos, ontogênico (história individual das crianças) e microgenético (desenvolvimento dos processos

psicológicos particulares), que são base da teoria de desenvolvimento humano elaborada por Vygotsky e seus colaboradores).

Vygotsky vê o homem como alguém que transforma e é transformado nas relações que acontecem em uma determinada cultura. Para ele o desenvolvimento humano não ocorre por meio de fatores isolados que amadurecem, ou fatores ambientais que agem sobre o organismo e controlam seu comportamento, mas sim através de trocas recíprocas que ocorrem durante toda a vida, entre indivíduo e meio, cada aspecto influenciando sobre o outro.

Para Vygotsky somos primeiro sociais e depois nos individualizamos, conforme afirma Rego (1999) quando descreve a Teoria Vygotskyana:

Em síntese, nessa abordagem, o sujeito produtor de conhecimento não é um mero receptáculo que absorve e contempla o real nem o portador de verdades oriundas de um plano ideal; pelo contrário, é um sujeito ativo que em sua relação com o mundo, com seu objeto de estudo, reconstrói (no seu pensamento) este mundo. O conhecimento envolve sempre um fazer, um atuar do homem (p.98).

Devido à natureza dialética de seu pensamento Vygotsky demonstra que a interação ente sujeitos está sempre historicamente situada, mediatizada por ferramentas sociais, desde os objetos até os conhecimentos historicamente produzidos, acumulados e transmitidos pela humanidade (DUARTE, 1999).

Desta maneira as características tipicamente humanas não estão presentes desde o nascimento, ou são resultado das pressões do meio externo, e sim resultam da interação dialética do homem com seu meio sociocultural. Para Vygotsky ao mesmo tempo em que o ser humano transforma o meio para atender suas necessidades básicas, transforma-se a si mesmo (REGO, 1999).

O desenvolvimento humano ocorre desde a primeira infância e é visto, não como estágios evolutivos, mas “como uma elipse de integração de experiências pessoais e não pessoais, inserção na cultura e organização singular dos processos mentais ontogênicos” (FORMOSINHO, 2007, p.222).

Em sua teoria afirma que a consciência nasce no social, a partir das relações que os homens estabelecem entre si, pela mediação da linguagem. A linguagem ganha papel de destaque, pois é um signo mediador por excelência e carrega em si os conceitos elaborados pela cultura humana. Na acepção histórico-cultural de Vygotsky a educação tem um papel de transformação do homem e da humanidade. O desenvolvimento humano a partir da primeira infância deve abranger as dimensões cognitiva, afetiva, social, psicomotora e moral de forma

integrada. Ressalta dois conceitos fundamentais em sua visão educativa: o das funções psicológicas superiores e o da via dupla de desenvolvimento real e potencial.

O autor em seus postulados destaca que o sistema mental é formado por funções psicológicas elementares e superiores. As funções elementares têm um caráter inato e involuntário e são decisivas no início da vida. Mas desde o nascimento o indivíduo internaliza o conteúdo cultural de seu grupo social, e é deste processo interativo que surgem novas necessidades e possibilidades que irão impulsionar o desenvolvimento das funções superiores: atenção, percepção, memória; pensamento abstrato, generalizado e descontextualizado; comportamento intencional e autocontrolado. Vygotsky (1987 apud FORMOSINHO, 2007, p. 222).

O papel do professor na concepção Vygotskyana seria o daquele que detendo mais experiência, iria intervir e mediar a relação do aluno com o conhecimento, procurando criar Zonas de Desenvolvimento Proximal (ZDP), e atuar como elemento de intervenção e auxílio. Com este pensamento cabe ao professor interferir no processo de aprendizagem do aluno e contribuir para a transmissão dos conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade e, tanto escola, como professor, passam a ser agentes indispensáveis no processo de ensino e aprendizagem.

Vemos ainda como fator relevante para a educação, decorrente das interpretações das teorias de Vygotsky, a importância da atuação dos outros membros do grupo social na mediação entre a cultura e o indivíduo, pois uma intervenção deliberada desses membros da cultura, nessa perspectiva, é essencial no processo de desenvolvimento. Isso nos mostra os processos pedagógicos como intencionais, deliberados, sendo o objeto dessa intervenção: a construção de conceitos.

O aluno não é tão somente o sujeito da aprendizagem, mas, aquele que aprende junto ao outro o que o seu grupo social produz, tal como: valores, linguagem e o próprio conhecimento.

A formação de conceitos espontâneos ou cotidianos desenvolvidos no decorrer das interações sociais se diferenciam dos conceitos científicos adquiridos pelo ensino, pois partem de um sistema organizado de conhecimentos, onde a aprendizagem exerce papel fundamental, resultando do desenvolvimento dos processos internos e da interação com outras pessoas.

Para aprender um conceito é necessária informação exterior e intensa atividade mental pessoal. Por isso, para Vygotsky, não se pode transmitir um conceito. A escola é fundamental à construção dos conceitos científicos, influenciando no desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Vygotsky também trata da questão da afetividade, denotando uma intensa preocupação com a integração dos aspectos cognitivos e afetivos. Segundo ele, os desejos, emoções, motivações e interesses são os elementos que impulsionam o pensamento, e este influencia o aspecto afetivo-volitivo. Assim, cognição e afeto são inter-relacionados em toda a teoria Vygotskyana, possuindo influências recíprocas ao longo de todo o desenvolvimento humano, formando uma unidade no processo dinâmico do desenvolvimento psíquico (REGO, 1999).

Vygotsky tornou-se um importante referencial para a Educação Infantil no Brasil, pois seus postulados contribuem para formulação de propostas que levem em conta os processos interativos que ocorrem nas instituições infantis, entre crianças e adultos, adultos e adultos, das crianças entre si, e das crianças de diferentes contextos sócio-histórico-culturais, que são determinantes para o desenvolvimento infantil.

Ao abordarmos as diferentes propostas de alguns dos principais estudiosos da educação da infância tivemos a intenção de refletir sobre o processo de construção das diferentes concepções teóricas e epistemológicas, que se constituíram ao longo dos séculos, e são um processo histórico social que se reflete na construção das práticas pedagógicas da contemporaneidade.

2.3 Legislação e Políticas de Educação Infantil no Brasil: A Institucionalização da Infância

A conquista do direito à educação das crianças em creches e pré-escolas desde o nascimento surgiu por meio de um longo processo de transformações sociais que se efetivou apenas no Século XX, a partir da Constituição Brasileira de 1988.

Revisitando a história da Educação para a Infância no Brasil, iremos constatar a partir de Kuhlmann (2010) que foi no final do século XIX, que iniciou-se a difusão das Instituições de Educação Infantil, influenciadas pelo pensamento da época, difundido através das Exposições e Congressos Internacionais, onde discutia-se a Proteção à Infância, entre eles os Congressos Americanos da criança a partir de 1916, como também o primeiro Congresso Brasileiro de proteção à Infância, em 1922, com enfoque nos assuntos da criança, abordando os pontos de vista social, médico, pedagógico e higiênico e suas relações com a família, sociedade e estado.

A temática dos Congressos demonstravam articulações e influências de forças comuns, que vinham carregadas de conceito de modernidade, mas este, tinha o caráter de

manutenção dos privilégios sociais, “em nome de uma cidadania limitada aos interesses dominantes” (KUHLMANN, 2010, p. 100).

Durante as exposições internacionais, sendo que a primeira aconteceu em Londres em 1851, houve uma grande difusão das Instituições de Educação Infantil na Europa, e estas eram classificadas como modernas, científicas e como modelo de civilização. Foi através destas exposições que os “Kindergarten”, Jardins de Infancia de Froebel, se difundiram como o modelo de Educação Infantil para os demais países (KULMANN, 2010).

No contexto da época, evidenciava-se um momento de grande efervescência social e política, com o advento da economia capitalista e a entrada da mulher no mercado de trabalho. Este fato foi objeto de inúmeras controvérsias pois trazia à tona conflitos, de um lado defendia-se que à mãe caberia a responsabilidade da educação da infância e, por outro lado havia a necessidade de que essas instituições pudessem colaborar com as condições de vida da mulher trabalhadora.

As relações de poder neste período histórico eram centradas no patriarcado, onde se atribuía à mulher a responsabilidade pelos cuidados e educação da criança pequena, desta maneira a instalação de Creches sempre esteve envolvida num campo de tensão e conflitos, pois colocava em discussão o papel materno e as condições de vida da mulher pobre e trabalhadora.

As primeiras formas de instituições pensadas para as crianças, ocorreram em meados do Século XIX e almejavam a educação das crianças, mas traziam em seu bojo, a preocupação com os perigos que uma população educada poderia acarretar. Devido à ação e regulação do Estado, em nome da ordem e paz social, ocorria o recolhimento e internação de menores (crianças pobres) em internatos levando a reprodução de histórias de violência e maus tratos, e toda ordem de castigos, discriminações e abandono.

Para Kuhlmann (2010) entre as primeiras propostas de Educação Infantil no Brasil estão às instituições pré-escolares - 1899, que se organizam com a fundação do Instituto de Proteção à Infância - IPAI no Rio de Janeiro – que posteriormente se espalhou por todo o país.

Amparados nos estudos de Kramer (1987), encontramos a organização da história de proteção à infância no Brasil em três períodos. No primeiro período que ocorreu do descobrimento até 1874, não havia nenhuma proteção jurídica e nem de atendimento à infância; no segundo período compreendido entre 1874 à 1899 iniciaram-se alguns projetos de proteção que foram elaborados por médicos mas com pouco resultado concreto; e no terceiro período a partir de 1899 houveram avanços na higiene infantil, médico e escolar. Segundo a

autora, a fase pré 1930, na criação de creches teve um caráter de atendimento médico e sanitário.

Entretanto, para Kulhmann (2010) não se pode caracterizar este período como de hegemonia médico-higienista, pois as propostas não eram monopólio deste corpo profissional. Para o autor, além da puericultura, foram desenvolvidos estudos de Psicologia Infantil e métodos pedagógicos para a criança pequena. Salienta-se que a criação e difusão de pré-escolas e creches estavam ligadas à idéia que predominava na época, da sociedade moderna e civilizada com ênfase na ideologia do Progresso.

Desta maneira, as primeiras formas de assistência aos filhos de mulheres que trabalhavam na indústria se deram no final do século XIX, por iniciativa de alguns empregadores com objetivos assistenciais e de atendimento médico. Entretanto, o atendimento à infância evoluiu ao longo dos anos por influência de fenômenos sociais e históricos, como a regulamentação do trabalho feminino a partir dos anos de 1930 e a Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943, dando novos contornos ao acesso à creche nas empresas, encarando-a como direito e conquista do trabalhador, pois, até então, a creche nos locais de trabalho era considerada como benemerência.

A inserção das creches em locais de trabalho, conforme o exposto na CLT concebe a creche como um direito apenas da mulher, excluindo-se dessa forma o direito do pai a vaga para seu filho, atribuindo à tarefa de educar e cuidar dos filhos apenas a mulher.

A partir dos anos 1930, com o estado de bem-estar social e aceleração dos processos de industrialização e urbanização, as políticas sociais são revestidas por um alto grau de nacionalização decorrentes da centralização do poder, no governo do então Presidente Getúlio Vargas.

Neste momento, a criança passa a ser valorizada como um adulto em potencial, matriz do homem, não tendo vida social ativa. A partir dessa concepção, surgiram vários órgãos de amparo assistencial e jurídico para a infância, como o Departamento Nacional da Criança em 1940; Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição em 1972; em 1941 a FUNABEM (Fundação do Bem Estar do Menor); Legião Brasileira de Assistência em 1942 e Projeto Casulo; UNICEF em 1946; Comitê Brasil da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar em 1953; CNAE (Comitê Nacional de Educação) em 1955; OMEP (Organização Mundial para a educação pré-escolar) em 1969 e COEPRE (Coordenação da Educação Pré-escolar) em 1975.

Este período caracterizou-se na esfera governamental como de centralização política e econômica, acentuada fragmentação institucional, exclusão da participação social e política nas decisões, além de privatizações no setor público.

Constata-se também que na história de atendimento à criança de 0 a 6 anos no país, a criação e extinção de órgãos ocorrem constantemente, demonstrando a falta de articulação entre saúde, assistência e educação. (KRAMER,2003)

A partir da década de 1960 e meados de 1970, inicia-se um período de inovação de políticas sociais nas áreas de educação, saúde, assistência social, previdência etc. Na educação, o nível básico é obrigatório e gratuito, o que consta na Constituição da República. Há a extensão obrigatória para oito anos desse nível, em 1971. Neste mesmo ano, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN 5692/71 traz o princípio de municipalização do ensino fundamental.

Em 1970, passa a ocorrer uma crescente evasão escolar e repetência das crianças das classes pobres no primeiro grau. Em decorrência disso, foi instituída a educação pré-escolar cujo caráter inicial foi denominado de Educação Compensatória, para crianças de quatro a seis anos. Tal perspectiva tinha como objetivos suprir as carências culturais e econômicas provenientes da condição de classe social existentes na educação familiar das crianças pobres. (KRAMER, 2003)

As carências culturais existiam entre as famílias pobres, pois estas não conseguiam oferecer condições (econômicas, culturais) para um bom desenvolvimento escolar, ocasionando a repetência. Faltavam-lhes os requisitos básicos que não eram transmitidos por seu meio social e que seriam necessários para garantir seu sucesso escolar. E a pré-escola iria suprir essas carências. Contudo, essas pré-escolas não possuíam um caráter formal; não havia contratação de professores qualificados e remuneração digna para a promoção de um trabalho pedagógico qualificado. A mão-de-obra, que constituía as pré-escolas, era em sua maioria constituída por voluntários, que rapidamente desistiam desse trabalho.

Nesse quadro, a maioria das creches públicas prestava um atendimento de caráter Assistencialista, que consistia na oferta de alimentação, higiene e segurança física, sendo muitas vezes prestado de forma precária e de baixa qualidade enquanto que, as creches particulares desenvolviam atividades educativas, voltadas para aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Somando-se a isto, crescia também o número de creches particulares, devido à privatização e à transferência de recursos públicos para setores privados. Por estes elementos, Kulhmann Jr. cunhou o termo Educação Assistencialista para caracterizar este tipo de oferta educacional (KUHLMANN, 2010).

Devido aos fatos conflitantes expostos acima, iniciou-se grande pressão na esfera governamental acerca da Educação Infantil, e é na década de 1970, devido à intensificação do processo de industrialização associado ao trabalho feminino, e que, por sua vez reformularam os costumes familiares, que a Educação Infantil passou a constituir-se realmente como um tema de interesse das esferas oficiais. Intensificaram-se então os movimentos sociais em busca de creches, entre os quais se destacou o movimento feminista e a luta por creches no interior das universidades como a USP (Universidade de São Paulo), UNICAMP (Universidade de Campinas) e UNESP (Universidade do Estado de São Paulo). Assim como nas Universidades Federais surgem os primeiros movimentos na luta por Creches para atender aos filhos e filhas de seus Servidores, sendo que na década de 1970 inicia-se a construção das primeiras Creches Federais, destacando-se a Escola Paulistinha de Educação, na Universidade Federal de São Paulo a partir de 1971 e da Creche Francesca Zacaro Faraco na UFRGS, Rio Grande do Sul em 1972. Este movimento ganhou efervescência, iniciando-se as negociações trabalhistas pelo atendimento dos filhos dos trabalhadores no local de trabalho de seus pais. Também nesse período intensificaram-se os estudos voltados à criança e sua educação, vistos como um meio de superação do subdesenvolvimento.

Como vimos, em seus tempos iniciais, a creche esteve vinculada às necessidades decorrentes do trabalho extradomiciliar da mulher e hoje, ainda que se considere esse aspecto, o atendimento à infância e sua educação extra-ambiente familiar é visto como um direito da criança, conquistado desde a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 que passou a reconhecer o direito da criança ser atendida em Creches e Pré-escolas e estabeleceu o dever do Estado essa oferta de Atendimento. Em seu art.227, define:

É dever da família, da Sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão.

Com certeza, esse foi um marco fundamental, que ampliou e assegurou os direitos da criança independentemente de sua origem, raça, cor, sexo, ou necessidade educacional especial, passando a inscrevê-la num processo histórico que localiza a “infância como construção social em relação às condições estruturais que organizavam a vida dos sujeitos” (TOMAZZETTI, 2006, p.113).

Também com o advento da Constituição (1988) passou-se a analisar a necessidade da obtenção de garantia de creches e pré-escolas nos locais de trabalho.

O Artigo 208 da Constituição federal de 1988 detalha o Direito à Educação Infantil e no Inciso IV afirma: “O atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”, o que além de estender o Direito à educação até esta faixa etária, abriu a possibilidade de considerá-la fazendo parte da educação “básica”. Desta maneira este nível de ensino passou a fazer parte do sistema regular de ensino o que contribuiu para a mudança significativa na concepção de creches e pré-escolas, passando a entendê-las como instituições educativas e não mais de assistência social.

Para Kramer foi de grande importância a conquista de creches para o atendimento das crianças de 0 a 6 anos nos locais de trabalho como também foi inegável o avanço político dessa luta que, passou a considerar, o direito dos filhos de funcionários e funcionárias, evitando a restrição da oferta de emprego às mulheres e que, de outro lado, defende o papel educativo do atendimento às crianças de 0 a 6 anos e não apenas o de guarda, por considerá-las como cidadãs (1989, p.52).

Mas apesar do esforço de professores, pesquisadores e militantes, a Constituição de 1988 não instituiu como direito dos servidores públicos civis e militares a assistência gratuita aos seus filhos e dependentes de 0 a 6 anos. E, em dezembro de 1993, o Decreto nº 977 de 10/11/93 emitido pela Secretaria de Administração Federal da Presidência da República, instituiu um auxílio pré-escolar como assistência indireta aos servidores para proporcionar atendimento aos dependentes de 0 a 6 anos, em creches e pré-escolas, mantendo as unidades já existentes nas Universidades e setores Públicos e proibindo a criação de novas unidades nas Instituições Federais de Ensino. Logo, houve o encerramento da expansão das creches nas universidades. (RAUPP, 2001, p.24)

Desta maneira os anos de 1990, são responsáveis por confirmar passos importantes para a Educação Infantil tais como a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/90 que ratifica os dispositivos enunciados na Constituição, garantindo os direitos da criança através de Lei especial.

Também em decorrência da concepção da criança como sujeito de direitos, é que nesta década são implementadas políticas que universalizam o acesso ao ensino fundamental e são solicitadas à escola de classes populares a garantia da formação ampla e de qualidade, o que não é solicitado às escolas de classe média e burguesa (FRIGOTTO, 2009, p.74).

Ainda neste período intensificam-se os estudos referentes à Educação Infantil, que passa da Secretaria de Assistência Social (Ministério da Saúde) para o Ministério da Educação e Cultura (MEC). As discussões são abordadas pela Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI/MEC), ligada à Secretaria de Ensino Fundamental e ao departamento de Políticas

Públicas. Foram organizados encontros e seminários junto aos gestores municipais e estaduais e organizações sociais, para discussão de questões relativas à definição de políticas para a educação infantil. A partir disso, em 1994 ocorre a publicação do documento Política Nacional de Educação Infantil, onde foram definidos princípios e diretrizes norteadoras das ações pedagógicas de cuidar e educar as crianças de 0 à 6 anos, bem como objetivos para a expansão da oferta de vagas e fortalecimento nas instâncias competentes, da concepção de educação infantil, bem como promover a melhoria da qualidade de atendimento em creches e pré-escolas.

Desde então muitos caminhos a Educação Infantil vem percorrendo no Brasil, culminando com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 1996 que garante a Educação Infantil como:

Primeira etapa da educação básica e que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 2005, p.10).

A nova LDB incorpora a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica e no seu artigo 30 determina que o atendimento em creches aconteça às crianças de 0 a 3 anos e em pré-escolas de 4 a 6 anos. Esta divisão por faixa etária tem a intenção de superar o estigma do atendimento às crianças de 0 a 6 anos, que era feito em creches e tinham caráter assistencialista, destinado as crianças pobres. Responsabiliza também os municípios de oferecer educação infantil em creches e pré-escolas, dando prioridade ao ensino fundamental, e menciona a obrigatoriedade da educação infantil a partir dos 4 anos de idade.

A partir dessa mudança, segundo Kuhlmann (1999 *apud* FARIA e PALHARES, p.55),

a vinculação de Creches e pré-escolas ao nosso sistema educacional representa uma conquista do ponto de vista da superação de uma situação administrativa que mantinha um segmento de uma situação educacional específica para os pobres, e segregação do ensino regular, com todo o peso dos preconceitos relacionados a isso.

Também quanto à formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil houve avanços, segundo o Parecer CEB/CNE 1/99, é publicada a resolução CEB Nº 2 de 19 de abril de 1999, que institui as diretrizes Curriculares para a Formação de docentes da Educação Infantil, Anos Iniciais, e do Ensino Fundamental em Nível Médio, na modalidade Normal. Desta maneira os Cursos de formação devem abordar os conhecimentos específicos

da área de atuação, o que antes não acontecia, com a grande maioria dos profissionais de nível médio que atuavam na Educação Infantil.

Outro documento importante que se destaca é a Lei 10.172 de 02 de janeiro de 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE). Este plano foi aprovado no Congresso Nacional, cumprindo determinações da Constituição Federal e da LDB. Propõe no que se refere à Educação Infantil, que sua oferta seja na rede pública, colocando como prioridade as famílias de baixa renda, tornando-se dessa forma uma necessidade social. O PNE trata também de um ponto muito importante que é o financiamento da Educação Infantil, desta maneira o documento escreve “assegurar que nos municípios, além de outros recursos municipais, os 10% dos recursos de manutenção e desenvolvimento não vinculados ao FUNDEF, sejam aplicados na educação infantil”. Metas como essas, foram responsáveis por significativas contribuições para melhorias na qualidade do atendimento na Educação Infantil. Acrescente-se a isto, a modificação da Lei que instituiu o FUNDEF (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental) e ampliou a cobertura do financiamento para a etapa da educação infantil, o que incluiu os investimentos com as crianças menores de 6 anos.

Dando continuidade ao fortalecimento da Educação Infantil, o MEC, em 2006, apresenta os documentos: Política Nacional de Educação Infantil pelo direito das crianças de 0 a 6 anos à educação, Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil e Parâmetros Básicos de infraestrutura para Instituições de Educação Infantil, ressaltando a competência de cada sistema de ensino na adequação das sugestões apontadas nos referidos documentos à realidade de sua região e às suas Instituições de Educação Infantil.

Pelo que se viu pode-se destacar que as últimas décadas do século XX e início do século XXI, marcaram períodos importantes na criação e definição de políticas para a Educação Infantil.

Também assumem papel de destaque na articulação das políticas públicas em prol dos direitos das crianças os Movimentos sociais, entidades e estudiosos que através da mobilização social, passam a instituir os Fóruns de Educação Infantil, e se engajam na luta pela defesa dos direitos da criança.

Na Reunião anual da ANPED (Associação Nacional de Pesquisa em Educação), em setembro de 1999, realizada em Caxambu, no estado de Minas Gerais, foi fundado o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil-MIEIB¹ que passou a ter papel

¹ O MIEIB-Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil surgiu em 1999 através da mobilização dos participantes de fóruns de educação infantil de diferentes estados brasileiros na constituição de uma atuação

relevante “na articulação de forças em prol da defesa de uma Educação Infantil de qualidade social para todas as crianças brasileiras”(FLORES, 2010, p. 30).

O MIEIB tem importante papel na implementação e luta por políticas públicas de qualidade para a Educação Infantil e sua forma de organização e objetivos apresentam-se a seguir:

O Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB é uma organização autônoma, integrada aos movimentos sociais, de caráter interinstitucional e suprapartidário, comprometida com a Educação Infantil –EI, tanto no que se refere a defender a garantia do acesso a um atendimento de qualidade a todas as crianças de zero a seis anos, quanto em fortalecer esse campo de conhecimentos e de atuação profissional no Brasil. Criado em 1999, uma das tarefas do MIEIB nos últimos anos foi a organização de suas representações estaduais, através das quais suas pautas são levadas à discussão no âmbito dos estados e municípios do Brasil (MEC, UFRGS, 2009, p.11).

Destaca-se em 19/12/2006 a aprovação da proposta da Emenda Constitucional n. 53/2006 que teve como propósito substituir o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental) pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB), onde o MIEIB protagonizou junto à sociedade ações decisivas para a implantação e aprovação do mesmo. Apesar da aprovação do FUNDEB muitas são as lutas que os movimentos sociais e os Fóruns têm enfrentado, pois na primeira versão do projeto as crianças de zero a três anos estavam excluídas da destinação de verbas, o que, através da deliberada participação dos Movimentos sociais na mídia e no Congresso Nacional, houve alteração do projeto, e as crianças menores de 4 anos foram contempladas.

Outras ações foram também desenvolvidas no decorrer do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que de 2007 em diante, através da Secretaria da Educação Básica – SEB e da Coordenação de Educação Infantil – COEDI, passaram a reconhecer o papel dos Movimentos Sociais abrindo a representação do MIEIB, que passou a integrar comissões e grupos de trabalho, na articulação e participação nas discussões nacionais sobre as políticas públicas para a Educação Infantil.

Constata-se, portanto, a evolução das Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil, mas muitos caminhos ainda precisam ser percorridos, alguns avanços foram efetivados, mas todos eles permeados também por alguns retrocessos entre eles, a instabilidade nas políticas que seguidamente mudam, bem como as ameaças de escolarização precoce das crianças de 0 a 6 anos, a assistencialização das creches e a oferta de uma educação deficitária às crianças pobres.

Faz-se necessário pensar a Infância não como uma fase preparatória para a vida adulta, mas sim como um período de vida, com especificidade própria, onde as crianças são vistas como seres em desenvolvimento, portadores de diferentes competências que necessitam ser estimuladas nas mais diferentes Linguagens, seres que atuam e são produtores de cultura, e como afirma Rosemberg (1989, p.57) não podemos esquecer que “a criança pequena está vivendo a sua humanidade hoje, sua cidadania hoje, ao mesmo tempo em que constitui as bases para o futuro”. Portanto, as políticas a serem implementadas devem ser constantemente revistas, e contar com a efetiva participação dos Pesquisadores em Educação e dos Movimentos sociais, que através de Fóruns, debates e discussões estarão alertas para encontrar o melhor caminho para a Educação Infantil no País.

Outra questão importante que perpassa pelas Políticas Públicas para a Infância e é preocupação dos Movimentos sociais é o PNE – Plano Nacional de Educação 2001-2010, que está expirando e caberá a sociedade acompanhar e avaliar as novas diretrizes e metas para o novo PNE que deverá vigorar a partir de 2011.

Embora as Políticas Públicas tenham um papel fundamental em agregar ao ensino o acesso e permanência na escola, muito ainda precisa ser feito na Educação Infantil, muitos desafios ainda precisam ser enfrentados em defesa da criança, como os índices de mortalidade infantil, os maus tratos, a violência, o abuso, o abandono, a fome e o trabalho infantil que ainda atingem as crianças brasileiras. Para que todas tenham acesso a uma escola de qualidade, há a necessidade de recursos financeiros destinados a manutenção da infraestrutura escolar tais como materiais, brinquedos e alimentos, bem como investimentos em formação e capacitação dos recursos humanos.

Desta maneira, levando em conta que o acesso à Educação Infantil é um direito constitucional das crianças, e a institucionalização das crianças pequenas é uma realidade, é necessário repensar as políticas públicas, tanto democratizando o acesso, como também garantindo sua qualidade conforme afirma Corsino

Se a institucionalização da infância se faz necessária, é preciso ter o cuidado de fazer dessas instituições lugares de respeito e de valorização das crianças pequenas e suas formas de pensar, sentir e expressar-se, de convivência, de múltiplas interações e abertura para o mundo, de acesso a diferentes produções culturais, de humanização e de promoção da equidade (2009,p.32).

Neste sentido temos muito ainda a caminhar, pois um atendimento de qualidade implica em condições administrativas e pedagógicas que os sistemas municipais de ensino precisam se adequar, através da ampliação do acesso à Educação Infantil pública e gratuita,

bem como a valorização dos recursos humanos, de uma gestão eficiente com participação das famílias e principalmente “um olhar atento e sensível às crianças” (CORSINO, 2009,p.32).

CAPÍTULO III – CRECHES UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS NO PAÍS

Acompanhando o contexto histórico e a evolução da Educação Infantil, surgem nas Universidades Federais as primeiras Creches, fruto das reivindicações dos movimentos sociais e luta das comunidades Universitárias como um direito de assistência à criança na ausência da mãe, um período, segundo Rosemberg (1989 b, p. 97), caracterizado pela multiplicação de novas formas de luta por creches: “é a organização de empregados de empresas públicas e privadas que levanta dados sobre necessidades, elabora projetos, avalia custos, forma comissões e obtém, junto à direção, a instalação de creches”.

Deste momento em diante a esfera federal foi criando creches em suas estruturas. De 52 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), 26 mantêm unidades de Educação Infantil(Raupp,2001).

Esses dados sugerem que a existência dessas unidades nas IFES estejam relacionadas à existência de centros urbanos, confirmando o que revelam Oliveira e Ferreira (1989, p. 32):

O histórico da reivindicação por creches tem demonstrado que, nos grandes centros urbanos brasileiros, onde movimentos populares são mais atuantes como mecanismos de pressão política, aquela reivindicação tem se intensificado nos últimos anos e adquirido conotações novas, saindo da postura do paternalismo estatal ou empresarial e exigindo a creche como direito do trabalhador.

Esse processo intenso de luta por creches na década de 70 foi desencadeado pelos movimentos sociais com a liderança de mulheres trabalhadoras, feministas, empregadas de empresas públicas e privadas, e pelos sindicatos, que reivindicavam o atendimento das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.

E nesse período na Legislação existente, foi evocado o Decreto-Lei nº5. 452 da CLT, Lei que existia desde 1943, que incluía artigos referentes às salas de amamentação no local de trabalho.

A partir da década de 70, surgem, portanto, as primeiras Creches Universitárias destacando-se a Escola Paulistinha de Educação que surgiu a partir de 1971 através do Deptº de Enfermagem para atender aos filhos das Professoras e funcionários da Universidade Federal de São Paulo, e logo após em 1972 a Creche Francesca Zácara, localizada na

Universidade Federal do Rio Grande do Sul sendo que depois destas ocorreram a inauguração de mais quatro unidades.

Na década de 1980 até 1992 as Creches Universitárias têm sua grande expansão com inauguração de mais 15 unidades. Essa ampliação do número de unidades se deu por influência dos avanços em Educação Infantil, sendo que foram criadas habilitações nos cursos de Pedagogia para suprir a demanda de Professores habilitados, expandiu-se a pesquisa na área, e com o advento da Constituição de 1988 passou-se a reconhecer a educação em Creches e Pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado.

Segundo um estudo realizado por RAUPP (2001) que investigou e identificou as Creches nas Instituições Federais de Ensino (IFES) através de mapeamento, revelou-se a existência de 28 Creches Universitárias, administradas no interior de 20 IFES, além da Fundação Oswaldo Cruz que é Instituição Federal e também mantém creche em sua estrutura. Deste levantamento identificaram-se oito Creches na região Sul, onze Creches na Região Sudeste, uma na região Centro-Oeste, oito na Região Nordeste, e nenhuma na Região Norte.

Ainda conforme RAUPP (2001) as Creches Universitárias surgiram como direito trabalhista e no decorrer de suas trajetórias foram assumindo outras funções para assegurar e fortalecer seu vínculo com as IFES. Enquanto algumas se limitaram somente ao atendimento às crianças, outras abriram seu espaço como campo de experimentação e observação para os mais variados cursos das IFES, além de espaço para visitação de profissionais de diferentes áreas. A autora afirma que as Creches Universitárias brasileiras buscam construir sua identidade acadêmica, e apenas 13% das unidades de educação infantil ligadas às universidades desenvolvem a pesquisa e a extensão, a maioria continua priorizando apenas o ensino.

Por meio da Associação das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil- ANUUF EI², entidade que congregava em 2002, 24 unidades filiadas, dentre as quais o Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo faz parte, são discutidos em encontros nacionais as limitações e potencialidades destas unidades, que se vinculam a diferentes setores dentro das Universidades Federais como Pró-reitorias de Recursos Humanos, Assistência estudantil, Assistência social, Economia Doméstica, entre outros, sendo que apenas quatro dessas unidades estão ligadas a Centros ou Faculdades de Educação segundo o mesmo estudo.

² A ANUUF EI- Associação das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil tem como objetivos: I- Incentivar   participação das Unidades de Educação Infantil nas políticas de ensino, pesquisa e extensão; II- Favorecer a integração das Unidades de Educação Infantil das IFES, sua valorização e sua defesa; III- Representar o conjunto de seus filiados, inclusive judicialmente. Fonte: www.ufsm.br/anuufei

A ANUUFEEI surgiu a partir de um encontro nacional das Unidades de Educação Infantil (UEI) das Universidades Federais em junho de 2002 em Florianópolis, no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) de Santa Catarina, denominado II Encontro Nacional das Unidades Universitárias de Educação Infantil, originado a partir da pesquisa, Dissertação de Mestrado em Educação, de uma professora desta unidade, Marilene Dandolini Raupp, denominada: A Educação Infantil nas Universidades Federais: questões, dilemas e perspectivas.

Este encontro suscitou discussões sobre o papel das Creches Universitárias, onde 18 Unidades de Educação Infantil, de 16 Universidades Públicas Federais estiveram presentes, em que foram discutidas as limitações e possibilidades dessas Unidades de Educação Infantil, através de grupos de trabalho, culminando na criação da ANUUFEEI, com o objetivo de congregar as discussões e lutas dessas unidades.(Anais III,2003)

Desta maneira muitos são os dilemas de atuação das UEI-Unidades de Educação Infantil no contexto da universidade, e nas discussões da ANUUFEEI questiona-se a função das Creches universitárias, bem como de seu papel, seria assistencial ou acadêmico?

A partir destes questionamentos suscitados nos Encontros das Creches Universitárias, houve um fortalecimento destas unidades, com ações conjuntas que visam o fortalecimento da identidade e de seu papel dentro das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior).

Dentre essas ações estão a constante busca das Unidades de Educação Infantil (UEI) em caracterizarem-se não apenas como campo de educação de crianças dentro das Universidades, mas também como espaço que produz e socializa os conhecimentos, buscando, portanto a interlocução com a comunidade acadêmica e com a área de Educação dentro das IFES.

Outro aspecto que caracteriza as Unidades de Educação Infantil nas Universidades é o de serem campo de Estágio, o que deve e precisa ser ampliado para campo de Pesquisa e Extensão, envolvendo a equipe de profissionais das unidades como também a inserção em grupos de pesquisa das Universidades, conforme as Diretrizes Institucionais das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil, que foram instituídas por ocasião do III Encontro da ANUUFEEI na Universidade de São Carlos, Unidade de Atendimento à Criança em 2003. (ANAIS III,2003)

Estas Diretrizes contemplam também a busca incessante das unidades em estarem inseridas na estrutura universitária, isto é, possuírem autonomia administrativa e orçamentária, que contemplem recursos para contratação de pessoal e compra de materiais e equipamentos, necessários para a manutenção de suas atividades didático-pedagógicas.

Também são abordados nas diretrizes e fazem parte do direcionamento das Unidades, a construção de Projetos Político Pedagógicos em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, realizando um trabalho que atenda às demandas e desafios da Educação Infantil pública, bem como que essas Unidades caracterizem-se também como um espaço de produção e socialização de conhecimentos.

Segundo levantamento feito em 2009 foi constatado a existência de 26 UEI nas Universidades onde a trajetória vivida por 20 dessas Unidades de Educação Infantil foram descritas em um livro organizado pelas professoras Viviane Ache Cancian (Universidade Federal de Santa Maria) e Ione Mendes Silva Ferreira (Universidade Federal de Goiás). Através deste estudo observou-se que cada Unidade possui características próprias, mas todas têm em comum o histórico de luta pela manutenção do espaço de Educação Infantil dentro das Universidades, demonstrando também as dificuldades enfrentadas com relação aos recursos humanos, aos recursos financeiros e administrativos, a instabilidade ocasionada pela incerteza de não ser um espaço institucionalizado dentro das IFES.

Através do quadro a seguir ilustramos com alguns dados a trajetória dessas 20 Unidades de Educação Infantil nas Universidades Federais de Ensino³, segundo CANSIAN(2009):

Nome da Instituição	Fundação	Clientela atendida	Idade
1-Núcleo de Desenv. Infantil UFAL-Creche Sementes do Amanhã	12/10/1984	Filhos Servidores, Estudantes e Comunidade UFAL	Crianças de 0 a 6 anos
2-Creche Universidade Federal Bahia	19/09/83	Filhos de servidores e estudantes	Crianças 4 meses a 3anos E 11 m
3-Unidade de Educação Infantil-Campina Grande	1980(fundação oficial)	Filhos servidores e estudantes	Crianças até 6 anos
4-Núcleo de Desenvolvimento da Criança-Univ. Fed. Ceará	1991	Filhos de servidores	Até 5 anos e 11 meses
5-Centro de Educação Infantil CRIARTE	Agosto de 1976(oficial)	Filhos de servidores e alunos da IFE	12 m a 5 anos e 11m
6. Creche Universidade Federal Fluminense-UFF	Outubro de 1997	Filhos servidores e Alunos	18 m a 5 anos e 11m
7-Creche UFG-Universidade Federal de Goiás	18/2/1991	Filhos de Servidores e alunos	Crianças até 3 a 11m

³ Desde 2009 são 20 Unidades de Educação Infantil filiadas à ANUUFEL.A listagem dessas Unidades pode ser encontrada no site:<http://www.ufsm.br/anuufei>

8-Centro Educacional NDE- Universidade Fed. De Lavras	Outubro de 1987	*Aberto à comunidade (entidade particular sem fins lucrativos)	0 a 17 anos
9-Creche Escola UFPB- Escola de Educação Básica(UFPB)	21/9/1998	Filhos de servidores	4 meses a 4 anos Atual até 10 anos
10-Centro de Educação Infantil Pipa Encantada-UFPR	28/3/1988	Filhos de servidores do Hospital de Clinicas	Crianças de 0 a 6 anos
11-Núcleo de Ed. Inf.-NEI-Univ. Fed. Rio Grande do Norte	NEI -17/5/1979	Filhos de funcionárias, alunas e professoras da UFRN	A partir de 2009 oferece EI, Ens., Fund. 9 anos.
12. Unidade de Educação Infantil- UEI-UFRN	UEI-1988 convenio com LBA	Filhos e netos de Servidores UFRN	Crianças de 4 meses á 4 anos de idade
13. Escola de Educação Infantil UFRJ	24/06/1981- Creche Pintando a Infância	Filhos de servidores Técnicos e Docentes	Crianças de 4 meses a 5 a e 11m.
14. Creche Francesca Zacaro Faraco	19/05/1972	Antes-Filhos de Mães servidoras Atual-Filhos de Servidores da UFRGS	Crianças de 0 a 5 anos e 11m
15- Núcleo de Desenvolvimento Infantil –NDI/SC	7/05/1980	Inicial-filhos de Mães servidoras e alunas Atual-filhos de servidores e alunos da UFSC	Inicial-crianças de 0 a 18 meses Atual-Crianças de 0 a 6 anos
16-Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo-UFSM	24/04/1989	Inicial-Filhos de Servidores UFSM Atual-Filhos de Servidores e Alunos UFSM	Inicial-crianças de 4 meses a 6 anos e 11 meses Atual-Crianças de 4m a 5anos 11m.
17-Unidade de Atendimento à Criança –Univ.Fed. São Carlos	1992	Filhos de servidores da Universidade	Inicial-crianças de 2 a 5 anos Atual até 5 anos
18-Escola Paulistinha de Educação- UF São Paulo	1971-1º atendimento 1985 –iniciou atendimento a 40 crianças	Filhos de servidores e Funcionários da UNIFESP	04 meses a 5anos 11meses
19-Laboratório de Desenvolvimento Humano-Univ	28/061979	Filhos de servidores e estudantes da UFV e	Crianças de 5 a 6 m a 6 anos e 6m

Fed.. Viçosa		membros da comunidade de Viçosa	
20-Laboratório de Desenvolvimento Infantil – LDI/UFViçosa	de –	Março de 1999. De 1988 a 1999 funcionou como Creche UFV	Filhos de servidores e estudantes da UFV e da Comunidade de Viçosa. Crianças de 3 meses a 5 anos 6 meses

Figura 1: Quadro das Unidade Universitárias de Educação Infantil. Fonte: Livro-Unidades de Educação Infantil nas Universidades Federais: os caminhos percorridos/organizadoras, Ione Mendes Silva Ferreira, Viviane Ache Cancian. Goiânia: FUNAPE, 2009.

Observam-se através da história dessas Unidades, diferentes percursos que as aproximam, pois todas indistintamente lutam pelo reconhecimento dentro das Universidades, a maioria além do ensino, destaca-se também por contribuir como campo de estágio e observações, e algumas contribuem também com a Pesquisa e a Extensão.

A ANUUF EI surge, portanto para fazer a articulação entre as Unidades na busca da construção coletiva e fortalecimento da identidade acadêmica das UEI, através da luta pela institucionalização das Unidades.

O movimento pela institucionalização das unidades iniciou-se através dos debates nos encontros realizados pela ANUUF EI e ganhou força a partir do VII Encontro Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil realizado em Brasília, nos dias 28 e 29 de setembro de 2009, onde as Unidades discutiram sua Identidade, Dilemas e Perspectivas. Também na programação deste encontro constava a apreciação das Diretrizes e regimento da Associação, e documentos com reivindicações e necessidades das mesmas (CANCIAN, 2009).

O VII Encontro contou também com a parceria do MEC, através da SEB-Secretaria de Educação Básica e COEDI /Coordenação de Educação Infantil, contando com a presença da Prof^a Rita Coelho, do Representante do CONDICAP/Conselho dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das IFES, e representantes da SESU. Nesse Encontro foi eleita também a nova Diretoria da ANUUF EI que passou a ser da Prof^a Viviane Ache Cancian, da UFSM – Presidente, e da Prof^a. Matilde Alzeni dos Santos – UFSCAR, vice-presidente.

A partir do VII Encontro intensificou-se o movimento pelo reconhecimento das UEIs dentro das Instituições Federais de Ensino, foram promovidos esforços conjuntos em prol das Unidades, muitas Reuniões e encontros em Brasília que culminaram no Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 17/2010 aprovado em 8/12/2010 e na Resolução Nº 1, de 10/03/2011 que: “Fixa normas de funcionamento das Unidades de

Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações”.

No Artigo 1º da Resolução Nº 1 de 10/03/2011 consta:

As Unidades de Educação Infantil mantidas e administradas por universidades federais, ministérios, autarquias federais e fundações mantidas pela união caracterizam-se, de acordo com o art.16 inciso 1, da Lei nº 9.394/96, como instituições públicas de ensino mantidas pela União, integram o sistema de ensino e devem:

- I-oferecer igualdade de condições para o acesso e a permanência de todas as crianças na faixa etária que se propõem a atender;
- II-realizar atendimento educacional gratuito a todos, vedada a cobrança de contribuição ou taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outra;
- III- atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino;
- IV- garantir ingresso dos profissionais da educação, exclusivamente por meio de concurso público de provas e títulos;
- V- garantir o direito à formação profissional continuada;
- VI- assegurar piso salarial profissional; e
- VII- assegurar condições adequadas de trabalho.

No período que se seguiu a aprovação desta resolução, as UEI buscaram regulamentar suas estruturas dentro das Instituições Federais de ensino, pois no Art. 8º desta mesma resolução consta o seguinte:

Art.8º-No exercício de sua autonomia, atendidas as exigências desta resolução, as universidades devem definir a vinculação das unidades de educação Infantil na sua estrutura administrativa e organizacional e assegurar os recursos financeiros e humanos para o seu pleno funcionamento.

Já o Artigo 9º fixa o prazo para que as Unidades em funcionamento adotem medidas necessárias à observância das normas, fixando o prazo de 360 dias a contar da data da resolução que é de 10/03/2011.

A partir de então as Unidades passaram a se organizar e fazer a articulação necessária junto às suas Reitorias para fazer cumprir o que foi estipulado pela Resolução. Estas tratativas ainda estão em andamento e cada UEI avança progressivamente rumo ao cumprimento da resolução e à vinculação das Unidades na estrutura administrativa e organizacional das universidades, de maneira a assegurar os recursos financeiros e humanos para o seu pleno funcionamento.

CAPÍTULO IV – O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO NA UFSM

Sonho com uma escola onde a criança não tivesse que saltar as alegrias da infância apressando-se, em fatos e pensamentos, rumo à idade adulta, mas onde pudesse apreciar em sua especificidade os diferentes momentos de suas idades (SNYDERS, 1993, p. 29).

Neste capítulo busca-se contextualizar a trajetória do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo na Universidade Federal de Santa Maria, através de depoimentos, fotografias e análise de documentos históricos que vão delinear e escrever o percurso do NEIIA desde a fase inicial e fundação até os dias atuais.

4.1 Fase Inicial (1989-1991) - A Trajetória da Creche Ipê Amarelo – Primeiros Passos

O movimento e a luta por uma Creche na Universidade Federal de Santa Maria que viesse a atender às crianças filhos dos seus Servidores iniciou-se na década de 1970, aproximadamente no mês de Abril de 1973, em que foram iniciadas suas obras, na gestão do Professor Mariano da Rocha, e logo depois em Novembro de 1973 foram paralisadas (Rev. Fatos, 1982).



Figura 2-Lançamento da Pedra Fundamental da Creche em 18/12/1972- Fonte: DAG/Divisão de Arquivo Geral da UFSM

Através da análise dos documentos históricos da UFSM, pode-se constatar a preocupação dos órgãos superiores da Universidade, com a política de valorização dos recursos humanos e em especial, a construção de uma creche conforme se constata na Revista FATOS (1982, p.2) “Essa creche beneficiará uma comunidade (entre docentes e funcionários) e 9.627 alunos dos cursos de graduação, pós-graduação e nível médio.”.

Paralelo a este fato, no Brasil na década de 1970 os programas de atendimento à infância eram marcados pelo caráter compensatório e assistencialista, os quais vinham sempre acompanhados de cuidados com higiene e saúde. Neste período a legislação educacional, Lei 5692/71 menciona e incentiva a criação de instituições para a educação de crianças pequenas, as quais ficam sob responsabilidade dos municípios.

Desta maneira os índices de pobreza no Brasil aumentavam, bem como a falta de infra-estrutura, os baixos salários e a necessidade cada vez maior por creches, pela população feminina que ingressava no mercado de trabalho. Esse movimento gerou pressão social, para a ampliação da oferta de vagas em creches e pré-escolas. Como a esfera pública não conseguia dar conta da demanda de crianças, as que ficavam de fora do atendimento passavam a ser recebidas em creches domiciliares que eram mantidas por recursos comunitários.

Ainda na década de 1970, segundo Souza (1996, p.52)

O Ministério da educação criou em sua estrutura uma coordenação específica para tratar da educação pré-escolar. Todavia, por falta de posicionamento a respeito da matéria, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os chamados programas para a chamada educação pré-escolar, sempre enfrentaram grandes obstáculos para serem executados, a partir da questão financeira, por não contarem dos orçamentos públicos dos sistemas educacionais.

Essa situação da Educação Infantil no Brasil se estendeu por muito tempo, pois não havia políticas nem recursos públicos que garantissem às crianças pequenas um padrão de qualidade, infra-estrutura adequada, bem como um ambiente educativo e de desenvolvimento das capacidades das crianças, bem como dos profissionais que nela trabalhavam.

Acompanhando a evolução histórica da Educação Infantil no Brasil, após muitas idas e vindas na luta pela consolidação de um espaço para crianças na Universidade, surge um Projeto para consolidação da Creche em 1982, na administração do Professor Armando Vallandro, então Reitor da UFSM que encaminha ofício ao Secretário Geral do MEC com o Processo Nº 074288/82 da Proplan (Pró-reitoria de Planejamento) solicitando a tramitação do mesmo e autorização pelo Presidente da República. Mas somente em Julho de 1985 é que as obras da Creche foram retomadas, sendo que o Reitor Armando Vallandro destinou ao projeto

recursos próprios da Universidade, e nomeou uma comissão para cuidar do assunto, composta por membros da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, por meio do Departamento de Assuntos Comunitários, a Assessoria Técnica das obras e a Prefeitura da Cidade Universitária. Inicialmente neste projeto a Creche iria atender 100 crianças na faixa etária de 3 meses a 2 anos através de cuidados “de puericultura, nutrição, higiene e outras que venham a contribuir para o desenvolvimento da criança”.(Revista FATOS,p.4,1985)

Mas neste espaço de tempo entre a idealização de um Projeto de creche e sua concretização, muitos caminhos foram percorridos, as dificuldades enfrentadas pelos Reitores com a questão dos recursos financeiros para construção do prédio foram inúmeras, sendo que se constatou na revisão dos documentos históricos saídas paliativas para o atendimento aos filhos dos funcionários da Universidade, como a implantação dos Lares Vicinais, através da Coordenadoria de Planejamento comunitário, PRAE e FEBEM (Fundação Estadual do Bem estar do Menor). Esse Projeto de Lares Vicinais foi implantado no segundo semestre de 1983, na COHAB de Camobi e na Vila Santa Helena. (FATOS, N°26, 1982).

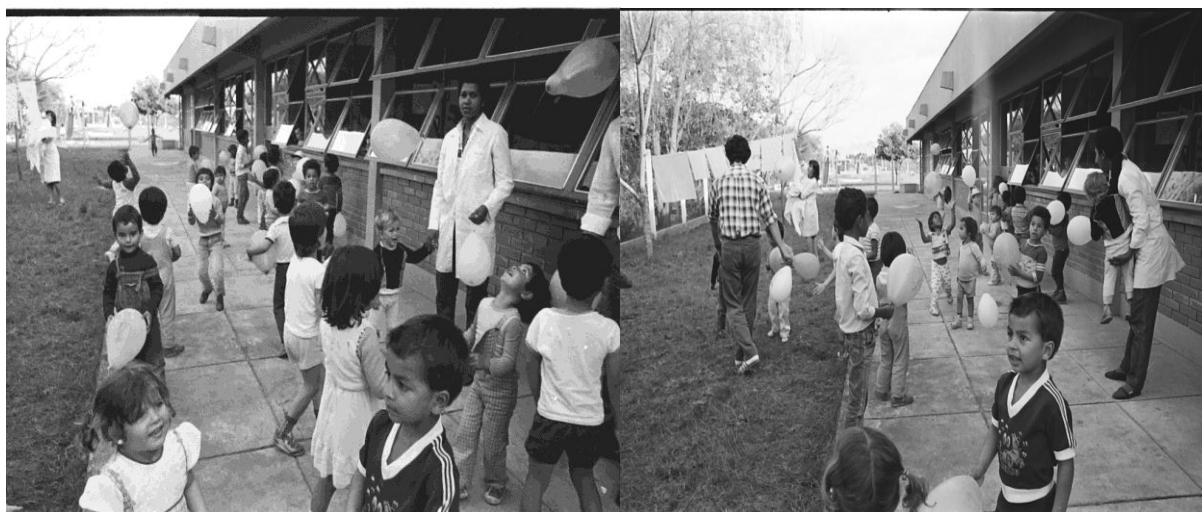


Figura-3 Ano de 1988 – Atendimento a filhos de servidores da UFSM no Centro Social Urbano (creche) Fonte: DAG/UFSM

O Projeto dos Lares Vicinais tinha como objetivo suprir a ausência da mãe que trabalha fora, colocando as crianças em famílias que assumiriam durante a jornada de trabalho possibilitando cuidados e tranquilidade às mães no desempenho de suas atividades profissionais. Também fazia parte do projeto a participação de alunos bolsistas dos cursos de Medicina, Enfermagem, Fonoaudiologia, além de bolsistas do Curso de Agronomia na orientação sobre hortas caseiras. (REV. FATOS, Jul/1984)

Buscando-se contextualizar este fato historicamente no cenário político da época, período dos anos 80, no Brasil havia grande crescimento do setor industrial, ampliação da classe média, urbanização crescente, fase de mudanças na estrutura da sociedade brasileira, com a redemocratização na política, entre outros.

Diante disto inúmeros órgãos foram sendo criados durante as décadas de 40 a 70 para atendimento à infância brasileira, entre os já citados nos capítulos anteriores destacamos a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, órgão normativo e supervisor, que tinha como objetivos formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor e a FEBEM-Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, que seria o órgão executor do atendimento aos menores abandonados.

Outro órgão criado foi a LBA – Legião Brasileira de Assistência e o Projeto Casulo⁴ que tinha como objetivos:

Congregar os brasileiros de boa vontade e promover, por todas as formas serviços de assistência social, prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as instituições privadas, tendo em vista principalmente: proteger a maternidade e a infância dando ênfase especial ao amparo total à família do convocado (KRAMER,1992,p.71).

A LBA tinha como objetivo inicial o atendimento a maternidade e a infância através da família, e passou a se constituir órgão de consulta do Estado. Foram criados Centros de Atendimento à mãe e a criança e disseminados por todo país. Em 1974 a LBA cria o Projeto Casulo, inserido no programa de Assistência ao Menor. As Unidades Casulo tinham como objetivos atender as crianças de 0 a 6 anos e atuavam na prevenção da marginalidade e buscava “proporcionar cuidados de ordem higiênica, médico-odontológica, nutricional, atentando para o desenvolvimento biopsicossocial: O menor será visto e atendido em seu universo família-comunidade” (KRAMER, 1992, p.72).

As unidades Casulo foram implantadas em todo o território nacional e atendiam crianças de 4 a 8 horas diárias e sua instalação dependia da solicitação dos Estados e municípios, onde era estabelecido um convênio através da LBA que financiava uma parte (alimentação, consumo, equipamentos) e o pagamento do pessoal ficava por conta da instituição conveniada.

Segundo KRAMER (1992, p.75) apesar de existir uma concepção de infância subjacente em seus documentos, insistindo na caracterização concreta da criança, e na

⁴ No Projeto CASULO (1977) a LBA propõe expandir as Creches com a participação comunitária. Na justificativa do atendimento compensatório, criticam-se as creches “tradicionais” que, pelo seu alto custo, não se adaptam à realidade de nosso país em desenvolvimento. VIEIRA, L.M.F. 1988, p.3-16.

negação de qualquer caráter compensatório no seu programa, o destaque explícito da LBA era o de considerar a pré-escola a solução para os problemas de ensino do 1º grau.

Outro órgão que se destacou na época foi o UNICEF conhecido como Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância, que foi criado em 1946, e diversificou suas formas de atuação, o objetivo inicial era o de socorrer as crianças dos países devastados pela guerra. Inicialmente, portanto, dava ênfase ao atendimento médico e nutricional para os serviços sociais, e após sua política passou a privilegiar a abordagem local, incentivando os governos de cada país em desenvolvimento na promoção de atendimento à infância com auxílio tanto de setores públicos como privados.

Também, destaca-se a OMEP- Organização Mundial para o Atendimento Pré-escolar, de caráter privado e beneficente, e o COEPRE – Coordenação de Educação Pré-escolar do Ministério da Educação e Cultura, órgão de caráter público federal, criado em 1975 que possui influência direta nas diretrizes de atendimento pré-escolar através das secretarias estaduais.

Como vimos anteriormente a concepção Assistencialista e Compensatória⁵ no atendimento a criança pré-escolar em âmbito nacional predominava nessa época, pois priorizava “a integração de ações educacionais, saúde e nutrição, a incorporação da família às atividades previstas e a utilização de espaços disponíveis para o desenvolvimento de atividades informais com as crianças”. (SOUZA, 1996 p.44)

Outro fato a destacar no período foi o Programa Nacional de Educação Pré-escolar lançado pelo MEC em 1981 que determinava como prioritário o atendimento ao grupo de crianças de quatro a seis anos das famílias de baixa renda, e justificou sua posição alegando ser essa faixa etária a mais próxima da idade escolar e não se considerar possível atender, a curto e médio prazo a todas as crianças de zero a seis anos. No documento consta também que as crianças de 0 a 3 anos deveriam ser atendidas por instituições especializadas ligadas a saúde, assistência social ou educação, acentuando a dicotomia entre creche e pré-escola. (SOUZA, 1996, p.29)

E nessa efervescência da década de 1980 o movimento de luta por creches continuava a intensificar-se em todo o Brasil e novamente a pressão ao poder público, para ampliar a oferta de vagas em creches e pré-escolas.

⁵ Nesta concepção a creche não poderia continuar sendo vista como produtora de carência, mas sim, como compensadora de faltas. Será importante dispositivo para alimentar crianças pobres, famintas, desnutridas ou potencialmente desnutridas. O Assistencialismo inócuo, o tradicionalismo, será criticado para ceder lugar a uma atuação ofensiva, antecipatória, de massa ou de transição. Ibidem.

Acompanhando esse movimento de lutas e conquistas, na UFSM as obras da creche foram então finalmente concluídas em julho de 1985 ainda na gestão do Reitor Armando Vallandro, mas sua inauguração se deu apenas no ano de 1989, na gestão do Reitor Gilberto Aquino Benetti.



Fig.4: Retomada das obras da Creche em 1985 – Fig. 5: Creche em 17/12/87, obra já concluída.
Administração de Armando Vallandro. Fonte: DAG/ UFSM

Através do Parecer 05/89⁶ do Conselho Universitário foi aprovado em 21/03/1989 o funcionamento provisório da creche e pré-escola “Ipê Amarelo da UFSM” visto que os documentos então encaminhados não contemplavam todo o segmento de filhos de servidores, deixava de lado filhos de docentes e discentes, e solicitava então revisão na proposta do regimento, sugerindo alterações para que melhor se adequasse à realidade da instituição.

E, em 24 de Abril de 1989 a “Creche e Pré-escola Ipê Amarelo” finalmente é inaugurada na Gestão do Reitor Professor Gilberto Aquino Benetti que foi pessoalmente para a inauguração. Localizada em prédio próprio no campus universitário, era composta também por uma extensão que funcionava desde 1985 no andar Térreo do antigo Hospital Universitário no centro da cidade, conhecida também por “Ipê Roxo”, e possuía uma Turma de Berçário, duas Turmas de Maternais e uma de Pré-escola.

Segundo depoimento da Servidora A que atuou no Ipê Roxo, no cargo de Técnico de Enfermagem:

Ingressei no Ipê Roxo em 1991, este era uma extensão do Ipê Amarelo, as atividades eram desenvolvidas em conjunto e as crianças deslocadas para o Ipê Amarelo, no campus, em ocasiões especiais (datas comemorativas, por exemplo). As vagas disponíveis eram para filhos de funcionários que residiam na cidade e trabalhavam no prédio da antiga reitoria no centro de Santa Maria. Trabalhei no Ipê Roxo até 1994,

⁶ O parecer 05/89 pode ser consultado no Anexo E desta pesquisa, p.113.

quando este foi extinto por falta de infra-estrutura adequada para atender as crianças, e os alunos lá atendidos foram transferidos para o Núcleo Ipê Amarelo.

Percebe-se no relato da Servidora o caráter Assistencial que também predominava na Extensão da creche situada no centro da cidade, que também preconizava o atendimento aos filhos de servidores da UFSM.

Uma das Ex-Diretoras Carmem Borges, que participou deste período inicial também relata:

Particpei primeiramente em 1990, fazendo entrevista com os Pais através da COPLACOM (Coordenadoria para Assuntos Comunitários), logo se implantou a equipe técnica da qual fiz parte. Como gestora foi em março de 1991 a janeiro de 1994. Inicialmente a creche era benefício aos servidores (filhos) por isso ligada a COPLACOM. O Centro de Educação também pleiteava a creche, e em 1994 a direção foi de uma professora do CE.

Através destes depoimentos que remontam dos tempos iniciais da Creche Ipê Amarelo, ficam definidos os objetivos principais do período, caracterizados como a prestação de serviços de assistência aos filhos dos servidores da Universidade.



Fig. 6 e 7: Inauguração da creche em 24/04/1989 – Hall de entrada da Creche Ipê Amarelo. Fonte: DAG/ UFSM.

E situada neste contexto histórico, a então denominada “Creche e Pré-escola Ipê Amarelo” surge no espaço da Universidade Federal de Santa Maria.



Fig. 8: Profissionais da Creche em 1989

A Creche e Pré-escola Ipê Amarelo na Universidade Federal de Santa Maria, constituiu-se num espaço para atendimento em Educação Infantil aos filhos dos Servidores da instituição, fruto da conquista e reivindicações dos mesmos.

A partir de sua fundação várias gestões se constituíram para dar condições de funcionamento administrativo e pedagógico às crianças filhos de Servidores da Universidade, sendo que a primeira iniciativa e movimento pela abertura da Creche e Pré-escola Ipê Amarelo partiu de um grupo de enfermeiras do Hospital Universitário, representadas pela Enfermeira Maria Ione da Rocha Lobato, com o auxílio da enfermeira Tokiko Kimura, que levaram as reivindicações à COPLACOM (Coordenadoria de Assuntos Comunitários), órgão este que ficou responsável em viabilizar os recursos humanos que iriam atuar na creche, além dos recursos financeiros, colaborando também com gerenciamento e administração da mesma.



Fig. 9: Crianças da Creche em 1989 Fonte: DAG/ UFSM

A primeira gestão da creche foi constituída por Maria Ione da Rocha Lobato auxiliado por Tokiko Kimura, ambas Enfermeiras, cedidas pelo Hospital Universitário, e sua vinculação administrativa era com a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis/PRAE e à Coordenadoria de Planejamento Comunitário/COPLACOM.

O quadro de pessoal inicial era composto por funcionários da Universidade cedidos por 20 horas, o que constituía a Assistência Técnica, que incluía profissionais de diferentes áreas como Pedagoga, Psicóloga, Enfermeiras, Assistente Social e Fonoaudióloga, que coordenavam cada uma o seu setor. Este grupo também foi o responsável inicial por organizar toda a estrutura da instituição, desde os móveis e os utensílios até o material pedagógico das salas.

Logo a seguir em 18/07/1989 através da Resolução 0050/89⁷ do mesmo reitor, é instituído no âmbito da Creche e Pré-escola Ipê Amarelo o Programa de Estágio Supervisionado para egressos da área da Saúde, Educação e Psicologia, numa medida que visava sanar a dificuldade de pessoal para atuar na creche, bem como, segundo a mesma resolução, a necessidade de mudar o perfil das atividades mantidas pelas creches, até então assistencialistas, além de oportunizar campos de estágios nas diferentes áreas.

A mudança desta visão Assistencialista é amparada na Constituição Federal de 1988 que marca na Legislação, a passagem do Assistencialismo para a área de Educação, ao

⁷ Esta Resolução pode ser consultada no Anexo p.114.

atendimento das crianças de creche e pré-escola, e reconhece o direito de todas terem acesso a esse tipo de atendimento.

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. (art.208, inciso IV)

O atendimento às crianças neste período inicial da creche Ipê Amarelo ocorreu à cerca de 140 crianças de 3 meses a 6 anos, e era feito por estagiárias bolsistas do Curso de Pedagogia e de Enfermagem, visto que o nº de funcionários cedidos pela Universidade era insuficiente. Os demais setores como cozinha e limpeza contavam com funcionários contratados por empresa terceirizada pela universidade.

Ainda no ano de 1989, para sanar as dificuldades de profissionais especializados no cuidado e atendimento às crianças, foi implantado o quadro de “profissionais eventuais”, composto por trinta e oito pessoas, entre elas, Pedagogas, Enfermeiras, Técnicas de Enfermagem, Atendentes de Creche e pessoal de apoio (lavanderia, cozinha e limpeza). Estes profissionais por serem de natureza eventual, desempenhavam suas atividades sem nenhum contrato ou direito trabalhista.

No segundo semestre de 1989, assume a Direção da Creche a Professora Hilda de Maria de Salles Junchem, do Centro de Educação e é elaborado um documento juntamente com a PRAE e COPLACOM, intitulado “Projeto de Atividades”, em julho de 1990, abrangendo a Creche do campus e do Centro da cidade, denominada Ipê Roxo, ou Ipê II. Pelo que se constata nos documentos o Ipê Roxo existia desde 1985 e a partir da abertura do Ipê Amarelo em 1989, passou a funcionar como uma extensão do mesmo. (BIALOZOR, 2006, p.33)

No Projeto de Atividades de 1990, são elaborados os pressupostos teóricos da proposta que concebem a aprendizagem como um processo espontâneo de aquisição, de acordo com o mundo infantil, através da exploração da realidade a qual propicia a construção de conhecimentos seguindo um enfoque sócio-afetivo, cognitivo, simbólico e psicomotor. Também são descritos na proposta a função de cada serviço prestado na instituição, entre os quais os de: pedagogia, odontopediatria, serviço social, fonoaudiologia, psicologia e nutrição.

Em março de 1991, nova proposta é construída, denominada “Proposta Pedagógica para a criança Pré-escolar do Núcleo de Creche e Pré-escola Ipê Amarelo I e II”. A proposta abrange todos os profissionais envolvidos na creche, além das professoras, as atendentes,

enfermeiras, assistente social, o pessoal de apoio (cozinha, limpeza, lavanderia) através de um trabalho cooperativo com toda a equipe.

Com esta proposta pedagógica a direção promove o desenvolvimento um trabalho prioritariamente pedagógico, numa tentativa de superar o assistencialismo, em que se priorizavam os cuidados com a higiene, alimentação e saúde, pois neste período inicial havia na creche um número significativo de profissionais da área da saúde, sendo necessário um trabalho de equipe para dar prosseguimento às atividades.

Através do depoimento de uma profissional eventual lotada na Creche no período de 1990 a 1995, a Servidora Eventual B, relata os sentimentos que se seguem:

O Ipê Amarelo era um espaço a céu aberto dentro do campus universitário, na época ingressamos com contrato emergencial de 3 a 4 meses, e este foi sendo renovado, o Ministério Público pressionava com multas à Universidade, os Pais se uniram e pressionavam a reitoria para a continuidade das atividades da Creche.

E em seguida:

Conquistamos melhorias salariais e férias que o contrato não dava direito, fizeram algumas equiparações salariais ao quadro de funcionários da Universidade, e a cada 6 meses, a comissão de Pais, diretora e funcionárias faziam reunião na reitoria para pressionar por melhores salários e direitos trabalhistas.

Em seu depoimento B relata o momento de grande tensão que ocorreu, quando no ano de 1994, o quadro de profissionais eventuais foi extinto na Universidade e todos foram demitidos:

Foi um momento muito triste, pois amávamos o que fazíamos, foi acordado com a Direção da época que haveria uma lista e seriam sorteados nomes a cada mês das pessoas que seriam demitidas.

Observa-se o quanto a trajetória desses educadores foi marcada por indefinições na política de formação dos Profissionais de Educação Infantil, e este foi fator marcante para a falta de valorização dos mesmos tanto no que concerne ao direito de formação profissional específica para o trabalho com crianças pequenas, quanto às questões salariais que lhe assegurassem condições de vida digna e condizentes com as suas atribuições.

Neste período, no início dos anos 1990 o governo federal dava os primeiros passos com a elaboração do documento “Por uma Política de Formação do profissional em Educação Infantil” onde num artigo KRAMER(1994) salienta que os objetivos dessa política deviam ser formulados numa direção de mão dupla:

1-concretização do direito das crianças a uma Educação Infantil de qualidade; 2-concretização do direito dos profissionais de educação infantil a processos de formação, que lhes assegure conhecimentos teórico-práticos para essa ação de qualidade nas creches e pré-escolas, e que redundem em avanço de sua escolaridade e em seu progresso na carreira (KRAMER, 1994, p.81).

Após este período inicial de fundação da Creche, e organização de seus recursos humanos para seu pleno funcionamento, que coincide também com a formulação de políticas a nível federal para a Educação Infantil, seguiu-se a segunda gestão do Ipê Amarelo.

No período de 1991 a 1994, sob a responsabilidade da Assistente Social Carmem Regina E. Borges, que assumiu em abril de 1991, iniciou-se a 2ª gestão da Creche. Nesta época o Ipê Amarelo atendia crianças de 03 meses a 6 anos, em Turmas de Berçário e Pré-escola totalizando 264 vagas na creche do campus e 60 vagas na extensão que funcionava no centro da cidade.

Carmem R. E. Borges destaca em seu depoimento para esta pesquisa

Foi um período rico, com um número significativo de crianças, aqui (campus e na cidade). Passamos por dificuldades com o corpo de pessoal, os Servidores Eventuais pleiteavam ser do quadro da UFSM, paralisavam as atividades, cruzavam os braços. Mas ao mesmo tempo era um corpo jovem de profissionais, faziam muitas atividades externas (no campus universitário, piscina, Ônibus-Marinete), participamos de Congresso das creches no RJ, período rico, dinâmico, os profissionais encampavam as idéias, os pais eram participativos. Participavam nos eventos, comemorações de datas, audiência do reitor com as crianças, exposições no hall da reitoria. A prioridade não era apenas o pedagógico, todas as áreas eram atendidas (fonoaudiologia, Nutrição, Enfermagem...).

Observa-se que neste período inicial (1989-1994) apesar das dificuldades encontradas o envolvimento da equipe era muito forte na Creche, o trabalho pedagógico acontecia aliado aos cuidados com a saúde, higiene e alimentação que eram destacados nesta fase tendo em vista a forte presença de profissionais da área da saúde o que reforçava neste sentido o Assistencialismo, fator predominante na história da Educação Infantil.



Figura 10: Exposição da creche no Hall da reitoria-18/4/1991-Fonte: DAG

Para a Servidora D, técnico-administrativa lotada no setor de nutrição da Creche desde 1989:

O Ipê possuía uma ótima estrutura com equipamentos, o espaço físico era muito bom, quanto ao pedagógico era mais Assistencial, no início tinha profissionais de todas as áreas, com alto padrão, contava com enfermeiros e pedagogos, atendentes de creche, que pertenciam ao quadro de Eventuais, eram 17 bebês para 3 profissionais, o trabalho era qualificado e a parte pedagógica também era realizada. A higienização dos Berçários e dos demais setores da Creche era supervisionada pelas enfermeiras, nos Berçários usava-se "Propés" para evitar a contaminação dos bebês. A função Assistencial e a participação da família na escola foi se perdendo com o tempo dando ênfase maior ao pedagógico.

Aliado ao trabalho Assistencial a equipe organizou em julho de 1991 um documento intitulado “Normas que regem o Funcionamento da Creche e Pré-escola Ipê Amarelo” onde consta toda a organização da estrutura e funcionamento e as finalidades da instituição, bem como a composição de seus setores como: Conselho Administrativo, Assessoria Técnica, Comissão de pais, Secretaria de Apoio Administrativo, Seção de Saúde e Nutrição e Seção Sócio-Psico-Pedagógica.

Em agosto de 1992 é organizado também o Plano Global de Atividades, espécie de proposta Pedagógica onde são delineadas as ações educativas, de saúde e psico-social de forma a atingir a criança de forma integrada. De acordo com o Plano, todos os setores da Creche deveriam conduzir seu trabalho de forma a contemplar os princípios norteadores: a formação da autonomia, do espírito crítico, criativo, cooperativo e a construção da cidadania. Também são mencionados os diversos conteúdos a ser trabalhado com as crianças, como a Natureza, a Sociedade, os Seres sociais, os Meios de comunicação, o Mundo em que vivemos, na forma de Temas Geradores. Os Temas Geradores aqui destacados não estavam incluídos na perspectiva de Paulo Freire, assemelhavam-se mais a Unidades, pois não partiam da realidade e do contexto dos alunos. Os conteúdos seriam desenvolvidos por todas as turmas e adaptados a cada nível, respeitando-se as características individuais e as possibilidades das crianças.





Figuras 11 e 12: Comemoração de Aniversários e vista do pátio Interno -1994-Fonte: Arquivo Fotográfico NEIIA.

No período seguinte (1994 a 1997) a gestão passa a ser da Professora Cleuza Maria Maximino de Carvalho Alonso com o auxílio da Professora Marta Behr Dalla Porta, ambas docentes do Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Educação da UFSM.

Este foi um período marcado por mudanças significativas na Creche, pois até 1994 os encargos para manutenção e funcionamento provinham da administração central da UFSM, através da PRAE/ Coplacom.

Conforme o depoimento da ex-diretora Cleuza Alonso pode-se destacar:

Minha história com a creche iniciou-se bem antes, em 1989, junto com a Profª Marta e Profª Hilda, levamos tapetes e mobiliários, iniciou-se junto com a assistência social, Enfermeira Tokiko Kimura e Ass. Social Carmem Borges. Ao ingressar no Núcleo enfrentamos muitas resistências dos pais, quanto ao enfoque pedagógico que queríamos implantar, pois a primeira impressão que tínhamos inicialmente era de que a creche era um hospital.

Fizemos várias modificações, pois os pais entravam e saíam à hora que queriam, era muito familiar. Organizamos horários para a portaria, para o setor pedagógico, priorizamos as áreas de desenvolvimento. Os pais inicialmente ficaram revoltados, não aceitavam mudanças, pois muitos deles contribuíram para implantar a creche e mobiliar. As rotinas eram muito rígidas, liberamos as rotinas, as mães ficavam indignadas, pois as crianças estavam fazendo “atividades na creche”, implantamos as reuniões pedagógicas com as professoras. As mães fizeram uma assembléia e não convidaram as diretoras. No final da assembléia comunicaram que o voto foi vencido, pois a maioria dos pais defendeu o trabalho desenvolvido. Foi uma mudança filosófica, política e pedagógica, as mães questionavam a direção, “O que era pedagógico?”

Através deste relato a Professora Cleuza demonstra a preocupação da equipe diretiva no período, em dar um caráter pedagógico às atividades desenvolvidas no Núcleo, visto que,

conforme seu depoimento, os aspectos de cuidados, assistência, higiene e alimentação, além das rotinas rígidas com horários pré-estabelecidos, permeados pela influência dos Pais nas atividades desenvolvidas, faziam parte do momento histórico a que ela se refere.

A partir de então tiveram que lidar com novas transformações, a partir da publicação do Decreto Nº 977 de 10 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a modalidade de Assistência Pré-escolar para servidores públicos, estes a partir desta data, passaram a receber sobre seus vencimentos uma quantia destinada a cada filho ou filha com idade inferior a 6 anos, modalidade esta chamada “Auxílio pré-escolar”. Esta medida desobrigava a UFSM da responsabilidade de proporcionar creche aos filhos de seus servidores.

Segundo relato da Prof^a Cleuza neste momento o Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu os investimento diretos da UFSM para a Creche, pois esta situação estaria caracterizando duplo benefício aos pais que passaram a receber o Auxílio Pré-escolar. Também nesta época início do ano de 1994 o TCU dá prazo para a Universidade dispensar todos os profissionais Eventuais até o final do ano, e mais uma vez a creche passa por um momento muito difícil nas palavras da Prof^a Cleuza

Um dos momentos mais difíceis na minha gestão foi a demissão das Profissionais Eventuais, pois tive que usar critérios para demiti-las e o escolhido por elas foi o sorteio, tínhamos uma lista com os nomes e sorteava-se 3 ou 4 por semana para sair, todas entenderam a situação e resignaram-se.

Ainda no ano de 1994, a Universidade abre concurso público para admissão de servidores Técnico-Administrativos, nos quais a Creche é contemplada com 8 vagas sendo 6 recreacionistas e 2 Pedagogas. Estes profissionais vieram para substituir os cargos ocupados pelas Eventuais, mas foram insuficientes para suprir a demanda. Neste momento de ingresso dos novos profissionais também ocorreu o fechamento da extensão da creche situada no Centro da cidade pela falta de infra-estrutura adequada e de profissionais para atender a demanda de crianças. Uma grande quantidade de crianças atendidas no Centro desistiu das vagas, ocasionando uma redução no número de crianças atendidas na época de 250 passou a 104.



Figura 13: Equipe de profissionais e crianças da Creche em 1995. Fonte: Acervo Fotográfico do NEIIA

Deste momento em diante, é criada a Assistência Pré-escolar, sendo elaborado um Plano de Assistência ao Pré-Escolar da UFSM, em maio de 1994, que previa algumas mudanças significativas para a Creche. Esta passa a ser denominada “Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo (NEIIA) e menciona-se no plano o Núcleo “como um recurso de formação e estruturação da criança, e a Educação Infantil, não mais vista com um caráter assistencialista e compensatório, mas permeando a experiência cultural acumulada pela humanidade que forma a base para edificar a cidadania”.

Contando com uma Proposta Pedagógica que tinha como responsáveis as professoras Martha Maria Behr Dalla Porta, Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso, Santa Marli Pires dos Santos, e Dulce Regina Mesquita da Cruz, o Núcleo se reestruturava e garantia a continuidade do trabalho pedagógico com as crianças.

A característica central da proposta que tinha como base o Construtivismo, embasado em Piaget, Vygostsky e Wallon, focava-se no contexto sócio-cultural em que o processo educacional se realizava. Outra preocupação contida na proposta era de estruturação do espaço, planejamento do tempo e a Avaliação que era entendida como um processo permanente e global e incluía também a auto-avaliação do professor em relação a sua prática na Educação Infantil.

Também fazia parte da proposta a formação dos recursos humanos envolvidos e sua participação periódica em palestras, cursos, seminários, bem como enfatizava os planejamentos que deveriam acontecer de maneira participativa, envolvendo pais,

professores, coordenação pedagógica e direção da escola, e sessões de estudo envolvendo todos os segmentos do Núcleo, os quais eram debatidos temas específicos provenientes da prática diária e da fundamentação teórica realizada.

No ano de 1996 a Professora Cleuza Maria M. de Carvalho Alonso passou a atuar na PRAE (Pró-reitoria de Assuntos Estudantis) como Pró-reitora adjunta, e auxiliava na supervisão do NEIIA, sendo que a Prof^a Marta Behr Dalla Porta assumiu a Direção e Coordenação Pedagógica contando com o quadro de profissionais novos que ingressaram por concurso e foram designados para as salas de aula, bem como com bolsistas dos Cursos de Pedagogia, Educação Especial, entre outras Licenciaturas.

Dando continuidade na gestão a Professora Marta Behr Dalla Porta, buscou aproximar o Núcleo ao Centro de Educação e ampliar o campo de estágios para as alunas do curso de pedagogia Pré-escola, que passaram a realizar seus estágios curriculares na instituição. Também houve incentivo a integração de diferentes áreas através de projetos como os de odontologia, artes plásticas, fonoaudiologia, entre outros, que contribuíram e enriqueceram o trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças.

Um segundo momento também muito complicado para o NEIIA, foi no ano de 1997, na gestão do Reitor Prof. Paulo Sarkis, conforme relato da Prof^a Cleuza M.M. de Carvalho Alonso:

Novamente o TCU pedia esclarecimentos sobre o funcionamento da Creche, e o reitor estava prestes a fechá-la. A solução encontrada foi via Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão através da FATEC (Fundação de Apoio a Tecnologia e a Ciência) que passou a administrar a Creche, os Pais repassavam o Auxílio creche, e assim foram viabilizados os recursos financeiros para manutenção de bolsas para estudantes de Pedagogia e demais licenciaturas da UFSM para atuarem diretamente com as crianças.

Este sentimento de instabilidade que predominou desde a fundação da creche, demonstra como os gestores lidavam com as situações inesperadas e como o Núcleo vivenciava na prática a falta de uma identidade, que lhe assegurasse autonomia e recursos financeiros para proporcionar um trabalho de qualidade aos filhos dos servidores da Universidade, bem como o aproximasse da finalidade maior de estar inserido numa instituição de ensino superior, qual seja o ensino, a pesquisa e a extensão.

Na opinião da Diretora Cleuza M. M. de Carvalho Alonso neste período de gestão:

Mudou-se o enfoque do Núcleo, os estágios passaram a englobar todas as áreas, estágios finais do curso de pedagogia, e de outras licenciaturas (Ed. Física, Música) projetos de pesquisa de doutorado, projetos da odontologia. O Núcleo se tornou não só

para o atendimento (Ensino) às crianças, mas também abriu seu foco para a pesquisa e a extensão recebendo projetos de todas as áreas.

O final deste período de gestão coincide com o lançamento por parte do Ministério da Educação e Cultura – MEC, da Nova LDB- Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, lançado em 1998. A LDB foi construída tendo por base a Constituição de 1988 e reconhece como direito da criança pequena o acesso à Educação Infantil em Creches e Pré-escolas. Também colocou a criança no lugar de sujeito de direitos em vez de tratá-la, como ocorria anteriormente, como objeto de tutela.(CERISARA,A.B.2002,p.329)

4.2 Fase Intermediária (1998 – 2002)

Neste período já com a nova denominação de Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, assumiu como Diretora a Fonoaudióloga Anna Helena Pereira Bernardes e na Coordenação Pedagógica a Pedagoga Loiva Marques e a Recreacionista Vânia Maria Almeida da Silva que possuía formação em Pedagogia, ambas servidoras Técnico-administrativas lotadas no Núcleo desde 1994.

Nesta fase novas mudanças aconteceram. O Núcleo Ipê Amarelo se desvincula da PRAE – COPLACOM e passa a fazer parte da Pró-reitoria de Recursos Humanos (PRRH), Coordenadoria de Qualidade de Vida do Servidor-CQVS. Em virtude disto uma nova reestruturação é feita, com construção de um novo plano de trabalho pela direção, coordenação pedagógica, e servidores lotados no Núcleo denominado “Proposta Pedagógica para a Educação Infantil”, alicerçada nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil lançados pelo MEC em 1998.

Esta proposta procurava contemplar os anseios e as discussões com o pessoal envolvido na educação das crianças, as indagações das professoras e estagiárias do Curso de Pedagogia que questionavam os temas geradores fixos (das propostas anteriores) que eram trabalhados em sala de aula, causando repetição e dificuldades no planejamento das atividades voltadas às crianças.

A nova proposta ressaltava o contexto sócio-cultural onde a criança estava inserida, embasando-se nas idéias de educadores como Paulo Freire e Vigotsky, e ressaltava

[...] a importância da criança como ser histórico-social e cultural que deve ser valorizado para que se possa construir uma educação realmente comprometida e

que busque a formação de cidadãos autênticos, com espírito crítico e autonomia para tomar decisões (PP NEIIA,1998).

Nesta proposta são considerados as necessidades e os objetivos da Educação Infantil, de acordo com a nova LDB 9394/96-Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dos Referenciais Curriculares para a Educação Infantil lançado em 1998. As áreas contempladas na proposta enfatizam o Desenvolvimento Sócio-afetivo, o Brincar, o Movimento; também as áreas de Conhecimento como a Linguagem oral e escrita, Conhecimento Lógico-Matemático, as Artes e o Conhecimento de Mundo.

Na parte Metodológica a proposta em questão destaca os projetos Pedagógicos, onde são levadas em consideração as diferentes áreas de conhecimentos, os assuntos mais significativos para a criança, buscando uma articulação entre o conhecimento específico e a atividade espontânea. Também são enfatizados neste documento a organização do tempo e do espaço na Educação Infantil, as rotinas, as atividades permanentes de cuidado, higiene e alimentação, as oficinas (artes, música, informática, inglês, brinquedoteca) bem como o processo de Avaliação que nesta proposta é considerado uma ação constante de acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil.



Figura 14: Atividades realizadas na Brinquedoteca em 1999. Fonte:Arquivo Fotográfico do NEIIA

Com relação ao espaço físico neste período foram também organizadas a pracinha infantil que recebeu troca e pintura de brinquedos e colocação de sombrite em toda a área, bem como pinturas nas salas de aula e inauguração da sala de Informática, através de projeto arquitetônico feito especialmente para contemplar o atendimento às crianças.

A sala de Informática foi a primeira remodelação de uma série de outras, projetada pelo Curso de Arquitetura da UFSM, contando com o apoio de uma mãe, Professora do

Curso de Arquitetura, que através de um projeto de extensão, com alunas bolsistas do curso, fizeram um estudo do espaço e da demanda, adequando-o à faixa etária, para atendimento à Educação Infantil no Núcleo Ipê Amarelo.



Figura 15: remodelação da sala de informática. Fonte: Arquivo Fotográfico NEIIA

Para a servidora Técnico-administrativa C, que ingressou no Núcleo em 1994, no cargo de Recreacionista

Após o período inicial, a saída das eventuais, o Núcleo estruturou-se, havia um número maior de Técnicos, estágios, bolsistas, foi uma época que tenho boas lembranças; passei pela Brinquedoteca, havia muita motivação para o trabalho com as crianças, após passei a trabalhar com informática e inglês. Apesar de ser algo novo foi um bom trabalho. As turmas eram menores, havia um número menor de crianças propiciando um atendimento melhor, os pais eram muito envolvidos e mais participativos.

Denota-se na fala da servidora C um sentimento que demonstra um certo saudosismo dos tempos passados e das atividades que eram realizadas como no relato seguinte:

Nestes últimos anos o Núcleo avançou muito, até pouco tempo não existia no organograma da UFSM, agora está transformando-se em Unidade de fato e de direito. Nesses 22 anos houve evolução nos conceitos sobre a Educação infantil, acredito que a questão assistencial é indissociável do educar, o termo assistencial talvez seja forte, é direito da criança a integração e socialização, mas também deve-se atender as crianças e as famílias. Deve-se integrar o educar e o cuidar, o grande desafio é unir os dois pontos, e os demais profissionais também são importantes na educação infantil.

Neste relato percebe-se a importância dada pela profissional à integração entre as atividades de assistência, os cuidados (higiene, alimentação, saúde), com as atividades

pedagógicas, o educar. Também destaca-se a preocupação na integração da equipe multiprofissional, visto que os diferentes profissionais que atuam na educação infantil devem trabalhar em conjunto, pois muito têm a contribuir uns com os outros com o objetivo principal de propiciar uma Educação Infantil de qualidade às crianças de 0 à 6 anos.

Subentende-se no depoimento anterior a preocupação dada pela servidora ao papel da creche, que deve “atender as crianças e as famílias”, demonstrando em sua concepção ainda a visão do adulto, creche como direito das mães trabalhadoras, sendo que esta concepção evoluiu acompanhando as políticas públicas onde a Creche é vista não apenas como atendimento para as famílias mas para os próprios filhos, pois dever ser “um lugar público de educação infantil, uma instituição legitimamente educativa, mesmo não tendo, e não querendo ter, as características de uma escola” (BONDIOLI,1998,p.13).

Essa mudança de concepção com relação ao papel da Educação Infantil vem aos poucos se consolidando, a partir da Constituição Brasileira de 1988, que passou a definir a Educação Infantil como um direito da criança, um dever do estado e uma opção da família.

Na visão da Ex-Diretora Anna Helena Pereira Bernardes a avaliação de seu período de gestão foi:

Um período positivo, onde a direção junto com os funcionários vestiam a camiseta, havia muita integração entre família e escola, passamos por algumas dificuldades quanto ao pessoal, à troca constante de bolsistas e estagiárias, mas quanto aos recursos financeiros para manutenção do Núcleo a Administração Central bancava. Buscamos também contratar Professoras efetivas para as salas de aula, em torno de 3 professoras, através da FATEC, por meio de contrato via CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

De acordo com Anna Helena P. Bernardes, o contrato das Professoras foi importante, mesmo que tenham sido contratadas para o cargo de Instrutoras, visto que a FATEC não poderia contratá-las como Professoras de Educação Infantil, por não ter esta modalidade na UFSM. O contrato, no entanto sanava o problema da rotatividade de professoras estagiárias, dando caráter de continuidade ao trabalho pedagógico desenvolvido junto às crianças.

E ainda a Diretora afirma:

O Ipê foi criado para atender aos filhos dos Servidores, era o papel do Ipê, ao longo do tempo passou a ser escola, com função pedagógica, mas os pais continuam ainda procurando para deixar as crianças ao longo do dia, não existe muito envolvimento da família, foi se perdendo a participação da família dentro da escola. Percebo que está muito voltado ao lado cognitivo, o desenvolvimento global não está sendo atendido.

Denota-se aqui a preocupação da ex-dirigente do Núcleo com relação à concepção que os pais têm da Educação Infantil, ainda com caráter de assistência aos seus filhos, e à importância dos recursos humanos, ou seja, a evolução da visão da Educação Infantil do assistencialismo para a educação, que passou a enfatizar também a figura do professor que irá trabalhar com as crianças, não mais o leigo que apenas cuida, e sim o profissional capacitado com formação na área, conforme se destaca a seguir

Esta compreensão da especificidade do caráter educativo das Instituições de Educação Infantil não é natural, mas historicamente construída pois aconteceu através de vários movimentos em torno da mulher, da criança e do adolescente por parte de diferentes segmentos da sociedade civil organizada e dos educadores e pesquisadores da área em razão das grandes transformações sofridas pela sociedade em geral e pela família em especial, nos centros urbanos, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho (CERISARA, In Revista Educação e Sociedade, vol.23, N°80/set 2002, p.328).

Em vista disso, o período em questão foi marcado pela revisão nas políticas públicas, dando destaque para a formação do profissional em Educação Infantil conforme destaca a LDB 9394/96 em seu Artigo 62º

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena em Universidades e Institutos Superiores de educação, admitindo, como formação mínima para exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

A partir da LDB 1996, um novo olhar sobre os profissionais que trabalham com a criança pequena e sobre sua formação foi lançado, contribuindo para tornar as instituições infantis em educativas, isto é, buscar um caráter educativo-pedagógico específico às crianças de 0 a 6 anos. O governo federal lançou também um desafio, na chamada década da educação, que até o ano de 2007 todas as profissionais que atuassem diretamente com as crianças, nas diferentes denominações que possuíam (pajens, auxiliares de sala, atendentes de creche...) passariam a ser consideradas professoras com formação específica na área.

A partir de Abril de 2002 assume a gestão do Núcleo Ipê Amarelo a Coordenadora Pedagógica da gestão anterior, Vânia Maria Almeida da Silva e na vice-direção a Fonoaudióloga Anna Helena Pereira Bernardes.



Figuras 16 e 17: Fotos do NEIA em 2002-Vista da parte externa e Hall de entrada-2003

Esta gestão foi marcada também por significativas mudanças com relação a sua vinculação, passando a fazer parte da estrutura do Centro de Educação, na forma de Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão, com gerenciamento da FATEC (Fundação de Apoio a Tecnologia e a Ciência) da UFSM.

Esta medida foi uma solução encontrada em virtude do Tribunal de Contas da União estar novamente questionando a vinculação da Creche na UFSM, sendo que o Pró-reitor de Recursos Humanos solicita a então Diretora do NEIA Vânia Maria Almeida da Silva a busca de uma solução para que o Núcleo Infantil continuasse em funcionamento.

A solução sugerida pela Diretora, em consonância com os debates realizados no II Encontro Nacional das Creches Universitárias realizado na cidade de Florianópolis/SC em 2002, que culminou com o surgimento da Associação Nacional das Unidades Universitárias de Educação Infantil- ANUFEI, foi a vinculação do Núcleo Ipê Amarelo ao Centro de Educação, visto que a Política Nacional apontava para esta direção.

Então conforme a Resolução da Universidade Federal de Santa Maria N. 012/2002 resolve:

Extinguir o Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo da estrutura organizacional da Coordenadoria de qualidade de Vida do servidor da Pró-Reitoria de Recursos Humanos e transferir a sua infra-estrutura para o Centro de Educação onde suas atividades serão desenvolvidas na forma de projeto de ensino, pesquisa e extensão.

Deste momento em diante foi dado um prazo de noventa dias para que uma comissão composta por uma representação paritária dos pais usuários, da Pró-reitoria de Recursos Humanos, e do Centro de Educação, para definição de um modelo didático-pedagógico a ser colocado em prática pelo Núcleo.

O Projeto de Ensino Pesquisa e Extensão foi coordenado pela Professora Cleuza Maria Maximino de Carvalho Alonso, então Coordenadora do NDI-Núcleo de Desenvolvimento Infantil, órgão suplementar de apoio do Centro de Educação.

A operacionalização do projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão seria feita pela FATEC, através do aporte financeiro provindo do auxílio pré-escolar, repassado pelos pais à Fundação, na ocasião da matrícula da criança. Também à Fatec ficaria como responsável pela contratação de bolsistas e pessoal de apoio, manter a estrutura operacional e fiscal, fornecer demonstrativos financeiros e efetuar o pagamento de serviços. À UFSM caberia a supervisão e acompanhamento das atividades específicas do projeto bem como a infra-estrutura do espaço físico, as instalações e os equipamentos necessários à sua execução.

O Projeto Político Pedagógico do Núcleo e Educação Infantil Ipê Amarelo foi construído por uma comissão composta por integrantes do NEIIA, Direção e Coordenação Pedagógica, Coordenação do NDI/CE, dois representantes da Pró-reitoria de Recursos Humanos, representantes dos Pais e demais profissionais que trabalhavam no Núcleo, buscando a qualidade no atendimento e educação das crianças, como também a qualificação de seus profissionais. Os beneficiários do projeto eram as crianças de 0 a 6 anos filhos de servidores da UFSM e, a partir de 2002 passou também atender aos filhos de estudantes, beneficiando também os acadêmicos dos Cursos de Pedagogia pré-escola, Séries Iniciais e Educação Especial que buscavam desenvolver estágios e projetos de ensino, pesquisa e extensão na área de Educação Infantil.

No PPP foram explicitados os princípios filosóficos, educacionais e políticos, que direcionavam a ação pedagógica para contemplar as necessidades das crianças e de suas famílias, e priorizava “a universalidade, flexibilidade, multifuncionalidade e alta qualidade de seus serviços envolvendo a aprendizagem, o cuidado, a socialização, a saúde, o apoio e a visão de infância”. (PPP NEIIA, 2003, p.8.)

Outros pontos importantes do projeto pedagógico são a organização das turmas por idade e/ou desenvolvimento sócio-cognitivo, as áreas de conhecimento e desenvolvimento a serem trabalhadas destacando-se a área de desenvolvimento sócio-afetivo (cuidar, o brincar e o educar); as áreas de conhecimento (Linguagem escrita, matemática, artes plásticas, musical e corporal, ciências físicas naturais e humanas e o movimento). A metodologia utilizada na proposta acontecia por meio de projetos pedagógicos, que tinham como objetivos propiciar um trabalho integrado com todas as áreas de conhecimento e priorizar os assuntos de interesse das crianças, que fossem significativos, levando a articulação dos conhecimentos científicos com a realidade espontânea da criança.

A avaliação também fazia parte da proposta, sendo entendida como momento de sistematização do que foi trabalhado, servindo como orientação para o desenvolvimento de novas atividades, e tinha caráter de continuidade.

A gestão deste período também buscou ampliar o espaço físico com a reforma da brinquedoteca e do hall de entrada através de móveis projetados especificamente para o local, através de projeto do curso de Arquitetura da UFSM, além de pinturas e reformas nos banheiros adulto e na pracinha de brinquedos. A brinquedoteca foi pensada com a função de proporcionar um espaço lúdico e de lazer, para manifestação das brincadeiras infantis (faz de conta e imaginação), e também estava contemplada na proposta pedagógica. Foi implantado também nesta gestão, com a colaboração do curso de Desenho Industrial, um projeto de sinalização visual do Núcleo, onde os acadêmicos utilizaram-se dos desenhos infantis para nomear as salas de aula e demais dependências, através de placas sinalizadoras coloridas. Outras ações desta gestão foram a aproximação com o Centro de Educação e intensificação na realização de estágios curriculares, e projetos de ensino, pesquisa e extensão. Também foram investidos na ampliação do quadro de professoras passando para cinco contratadas, mais uma técnica de Enfermagem, e houve o acréscimo de uma professora do quadro permanente de Educação Física, cedida do Núcleo de Desenvolvimento Infantil da universidade federal de Santa Catarina, durante período de acompanhamento de cônjuge.



Figuras 18 e 19: Fotos da Brinquedoteca do NEIIA. Fonte:Arquivo de Fotos NEIIA

Conforme relato da Professora E, do ensino Básico,Técnico e Tecnológico, que ingressou no Núcleo em 2003:

Eu via muita troca de professoras em sala de aula, havia regressão no desenvolvimento das crianças e das turmas; as professoras contratadas foi um grande avanço; ter uma professora referência por sala contribuiu para que as turmas cada vez avançassem mais. Eu vejo o papel do Ipê como relevante na UFSM, é um centro de referência em Educação Infantil.

Na visão desta educadora denota-se a importância dada à contratação de profissionais formadas para o trabalho com as crianças em sala de aula, e a valorização destas profissionais, o que contribuiu significativamente no desenvolvimento infantil e colaborou para sedimentar o papel e a função do NEIIA na UFSM, não apenas como espaço assistencial, mas educativo e formativo.

Em 2004 o Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo completou 15 anos de existência, e a equipe gestora juntamente com os servidores, professoras, estagiárias, pais e crianças organizaram um Jantar-Baile comemorativo aos 15 anos no Centro de Tradições Gaúchas Sentinela da Querência, Bairro Camobi, para marcar a data festiva. A comemoração contou com a presença efetiva da comunidade escolar, onde foram homenageadas as ex-diretoras, estando presente entre as autoridades o Pró-reitor de Recursos Humanos e Reitor Paulo Jorge Sarkis.



Figuras 20: Festa de 15 anos –Foto com Ex-diretoras do NEIIA. A partir da Direita: Prof^ª Hilda Junchen, Carmem Borges, Vânia Almeida da Silva, Anna Helena P. Bernardes, Prof^ª. Cleuza Alonso e Tokiko Kimura.

Figura 21: Hall de entrada do Salão decorado com homenagens confeccionadas por Pais e crianças do Núcleo.

Esta gestão pode-se dizer que foi o marco da passagem do NEIIA da visão assistencialista, que estava formalmente visível na sua ligação com a Pró-reitoria de Recursos

Humanos, para a visão educativa, quando passou a fazer parte da estrutura do Centro de Educação.

Em agosto de 2007 a coordenação do projeto NEIIA passa da Professora Cleuza Maria Maximino de Carvalho Alonso para a professora Viviane Ache Cancian, que assumiu também a função de coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) do Centro de Educação.

Em seu depoimento a professora Viviane Ache Cancian relata as primeiras impressões que teve ao assumir o Projeto Ipê Amarelo

Desde o início da coordenação do projeto fui responsável pela parte administrativa, pedagógica e financeira até a institucionalização do NEIIA como Unidade Federal, sempre tive a clareza de que o Ipê não poderia ser um Projeto, pois ele sempre foi uma Instituição de Educação Infantil. Ao assumir agendamos audiências com o reitor, reuniões com reitor, vice-reitor, Pró-reitores, PROJUR, Diretores de Centros, solicitamos mais de uma vez por escrito parecer da procuradoria jurídica sobre a legalidade do projeto, e até hoje nunca obtivemos resposta.

Percebi que havia uma cultura na Universidade de Creche como um lugar para os pais deixarem seus filhos, no entanto com o conhecimento que uma instituição de Educação Infantil a partir da Constituição Federal não é mais o lugar da mãe trabalhadora, e sim direito da criança buscamos trabalhar e instituir uma nova cultura na UFSM.

Neste relato a professora deixa bem clara sua concepção sobre a Educação Infantil, amparada nos documentos legais como a Constituição de 1988, onde a criança é vista como sujeito de Direitos, bem como nas Políticas Nacionais para a Educação Infantil entre elas o documento publicado pelo Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica MEC/1995 e reeditado em 2009 que defende os direitos das crianças. Neste documento de autoria de Campos e Rosenberg são sugeridos os critérios para atendimento em instituições que respeitam os direitos fundamentais das crianças de 0 a 6 anos, onde se destaca: Direito à brincadeira; Direito à atenção individual; Direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante; Direito ao contato com a natureza; Direito à higiene e a saúde; Direito a uma alimentação sadia; Direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; Direito ao movimento em espaços amplos; Direito à proteção, ao afeto e à amizade; Direito a expressar seus sentimentos; Direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa (MEC, 2009, p.13).

A partir desta nova concepção, novas reestruturações são feitas, e o NEIIA passa então a contar com uma professora referência por sala, através de contratos feitos pela FATEC, com a concordância dos pais, e para isto houve um acréscimo no valor repassado pelos mesmos ao auxílio pré-escolar. Este fato para a Professora Viviane Ache Cancian constituiu-se como o primeiro momento de grande tensão:

Um momento de primeira tensão foi perceber que o Ipê não tinha uma professora formada por sala, e com as mudanças de diretrizes do Curso de Pedagogia teríamos 12 estagiárias por ano em cada turma em função da carga horária de estágio. Sendo assim, falamos com o reitor sobre isso e disse que não assinaria um projeto com estas características, pois isso teria implicações diretas nas vidas das crianças. Fizemos Assembléia com os Pais e instituímos um professor contratado por turma. Isso significou aumento na Mensalidade, o que a reitoria considerava como contribuição, mas para mim sempre se caracterizou como mensalidade. Isto ia contra os meus princípios, pois o NEIIA, mesmo com as mensalidades é um espaço público, e não se pode fazer deste espaço, um espaço privado. Sendo assim buscamos um trabalho Nacional juntamente com a Associação Nacional das Unidades Universitárias de Educação Infantil - ANUUEI, pois o NEIIA a nível de Universidade, não avançava. O discurso se massificou dentro da UFSM e girava em torno do senso comum e as respostas eram sem conhecimento, e do lugar da impossibilidade e isso me incomodava.

E a seguir relata os outros momentos de tensão:

Outro momento de tensão foi o de que várias vezes foi sugerido o fechamento do ipê Amarelo, pelas questões financeiras, de manutenção, as dificuldades com o pagamento das mensalidades para custear os recursos humanos.

A terceira tensão foi contratar as professoras como atendentes de Educação Infantil, sabendo que eram professoras, e exerciam as atividades de professoras. Quando assumi as que eram contratadas tinham o cargo de instrutoras. Ao ouvir todos os segmentos em reuniões no início do projeto, uma das demandas foi o fim das contratações como instrutoras. Consultei o jurídico da UFSM e da Fundação e a resposta foi que não poderíamos contratar cargos que existissem na UFSM. Sendo assim, após estudos as contratações passaram a ser de atendentes de Educação Infantil. Cabe ressaltar que todas eram formadas, algumas com especialização e mestrado e que mesmo com titulação não tinham a remuneração merecida, pois eram atendentes. Ao mesmo tempo em que a questão salarial era gritante e nos deixava indignada, para os pais era oneroso, pois 80% eram para encargos e fundo Provisional. Tudo isso ia contra meus princípios.

Outra grande dificuldade foi passar de pró-reitoria em pró-reitoria, solicitando bolsas para os estudantes, também junto aos diretores de centros de ensino, pois esse apoio diminuiria o custo dos Pais com a mensalidade. Juntamente com a direção do CE buscávamos estratégias para administrar financeiramente o projeto de ensino, pesquisa extensão responsável pelo Ipê.

E, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela gestora, o NEIIA precisava seguir com seu funcionamento, e um novo projeto foi elaborado para dar prosseguimento ao trabalho.

O novo projeto para manutenção das Atividades no NEIIA passou a denominar-se “Uma interlocução entre pesquisadores, professores, acadêmicos e o processo educacional vivido no Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo” e teve como justificativa

Entende-se que um projeto desta envergadura se justifica pela interlocução de diferentes saberes entre Universidade (CE, NDI, departamentos, cursos, professores pesquisadores, acadêmicos) e o Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo. Acredita-se que a interlocução entre todos os sujeitos envolvidos e o conhecimento que se gestará neste processo de ensino, pesquisa e extensão possibilitará espaços de discussões sobre os fundamentos, as concepções teórico/conceituais e metodológicas que orientam a formação/ação dos sujeitos implicados nas diferentes culturas e realidades educacionais (CANCIAN, 2007, p. 6).

O projeto procurou também atingir os princípios específicos da infância e a qualidade de atendimento às crianças, prestando além de cuidados e educação aos filhos dos servidores técnico-administrativos, docentes e acadêmicos da casa do estudante da UFSM, também articular a formação e preparação dos profissionais da educação infantil que realizam seus estágios e pesquisas, além de garantir aos profissionais que lá trabalham (professores, técnicos administrativos em educação e terceirizados) a formação continuada; e a reconstrução do Projeto Político Pedagógico do NEIIA.

Para a Diretora atual, a gestão de um projeto não foi tarefa fácil, pois

Em relação à questão Financeira tive que aprender nesse lugar de gestora a lidar com o financeiro, esse foi o meu maior desafio, lidar com uma área que não é minha, administrar dinheiro dos pais (não era da Universidade), analisar relatórios financeiros, controlar pagamentos mensalidades. Houve momentos de inadimplência dos pais em relação às mensalidades, com ações de má fé, pais que ficavam sem pagar a mensalidade o que implicava na falta de recursos para pagamentos dos recursos humanos e infra-estrutura. Esta foi a grande dificuldade, não ter dotação orçamentária própria, por não ser Unidade e depender da boa vontade dos diferentes setores da UFSM e dos recursos advindos dos pais.

A gestão do projeto também conquistou e instituiu no NEIIA espaços de discussão e formação inicial e continuada, reuniões de planejamento e férias coletivas.

Desde agosto de 2007 também foram instituídos reuniões gerais mensais para formação de professores e técnicos administrativos em educação; reuniões de planejamento quinzenais, sendo que para sua concretização os professores e bolsistas no ano de 2011 foram contratados no regime trabalhista de 32 horas semanais, sendo 2 horas destinadas ao planejamento pedagógico.

Conforme o relato de Viviane Ache Cancian houve momentos de críticas sobre o pedagógico, pois instituir momentos de planejamento não foi um movimento fácil, inicialmente as reuniões de planejamento eram feitas a cada quinze dias, no final da tarde e início da manhã, e nestes dias as crianças deveriam sair mais cedo.

Pedagogicamente, eu (antes) como professora do ensino superior privado e atualmente no ensino público, como supervisora de estágio, das práticas de ensino na UFSM, pela minha experiência como professora da rede pública e privada, em secretaria de educação e como gestora tinha a clareza de que este espaço tinha que ter o momento do planejamento. Depois de muitas reuniões com os pais a gente conseguiu, quando assumi, instituir momentos de formação, planejamento e férias coletivas. No começo foi muito difícil, hoje talvez se olhe para trás e não se lembre mais, porque alguns anos se passaram, mas no começo os pais não vinham pegar as crianças mais cedo, por que as reuniões eram uma vez a cada 15 dias. Soltávamos as crianças mais cedo, mas havia plantão para pais que não tinham com quem deixar os filhos. Então tinha momentos do plantão que ficava todo mundo impossibilitando o planejamento, e a

gente sabia que alguns pais poderiam vir buscar seus filhos, mas alguns faziam propositalmente porque acreditavam que o planejamento não era importante. Aos poucos fomos melhorando, a cada ano, pois ao avaliarmos constantemente nossa atuação na prática conseguimos ver os pontos que demandavam mudanças, melhorias e a partir do ano passado, 2011, conseguimos fazer o planejamento no turno inverso, remunerando as pessoas, tanto bolsistas quanto professoras contratadas. E isto tem melhorado cada vez mais, e tem qualificado o trabalho aqui dentro. Então isto mexeu com muita gente.

Constata-se, portanto no depoimento da diretora, os entraves para a conscientização e mudança de cultura com relação à importância da Educação Infantil, e as implicações pedagógicas para que se tenha uma educação realmente comprometida e com qualidade para as crianças, o que levou os gestores do NEIIA a empreender um trabalho de visibilidade e comprometimento junto às famílias, para se conseguir mudar a cultura da instituição.

A partir de março de 2008 também foi criada a Turma Integração, que teve como objetivo inicial acolher as crianças que ficavam no banco de espera por vagas, sendo composta por crianças de 0 a 5 anos de idade, sendo que o objetivo pedagógico desta turma foi proporcionar a troca, interação e aprendizado entre crianças e adultos.

Também foram instituídos desde 2008, os Ateliers Pedagógicos, que buscam envolver os sujeitos do Núcleo na organização de práticas pedagógicas voltadas às culturas infantis. Através dos ateliers as crianças interagem com outros pares de diferentes idades, além de escolher e participar da atividade, de acordo com seu interesse.



Figuras 22 e 23: Fotos dos Ateliers Pedagógicos. Fonte: Arquivo de Fotos do NEIIA.

A partir de março de 2010 as Turmas Multi-idades foram ampliadas, após estudos em conjunto com o Centro de Educação/NDI, e escuta dos pais sobre a experiência da 1ª Turma Integração, a estrutura curricular foi ampliada e atualmente existem no Núcleo quatro

Turmas Multi-idades rompendo com os padrões fixos de desenvolvimento e baseados na homogeneidade. (CANCIAN, 2011)

Desde 2009 também vigora um novo PPP que destaca a importância do trabalho pedagógico pautado numa perspectiva global, que leve em consideração a problematização de diversas situações e investigação coletiva para se construir novos conhecimentos.

A proposta de um trabalho global sinaliza a valorização dos conhecimentos relacionados a atitudes e saberes relativos ao mundo natural e social que cada criança possui de acordo com suas experiências. Nesse sentido, as diferentes áreas de saber devem ser valorizadas e contempladas com o auxílio dos elementos lúdicos (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO NEIIA, 2009, p.25).

Ainda no documento em questão destaca-se a importância dada ao educar e cuidar, a valorização do trabalho pedagógico destacando que este precisa acontecer em todos os momentos da rotina, além de valorizar a intencionalidade educativa das ações do educador. O documento sinaliza também a importância do planejamento sistematizado das atividades e do registro e reflexão dos acontecimentos das aulas cotidianamente.(HOLZSCHUH,2011,p.42).

Também no Projeto Político Pedagógico de 2009 a Infância é considerada:

[...] um período importante da vida e o trabalho pedagógico como fundamental para que se desenvolvam as potencialidades do sujeito, leva o educador a ter uma postura crítica e dialógica, ao mesmo tempo em que afetiva e dinâmica. Crítica e dialógica por que a ação pedagógica não acontece sem diálogo e sem a constante reflexão de sua prática. Afetiva e dinâmica por que, por ser um ato entre sujeitos, envolve movimento, participação afetiva e amizade (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO NEIIA, 2009, P.28).

Desta forma percebe-se a importância que se dá a criança como sujeito de direitos, valorizando-se o desenvolvimento integral e as diferentes linguagens infantis, através de uma metodologia pautada nos projetos de trabalho e ateliês pedagógicos.

4.3 Fase Atual - 2010 Até os dias atuais

No mês de Fevereiro de 2010 a Direção do NEIIA passou a ser da professora Viviane Ache Cancian que além de Coordenadora do Projeto, passou a exercer suas atividades como Gestora do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, dando continuidade ao projeto preconizado por ela desde 2007.

Em decorrência disto, a gestora do NEIIA que também é a atual Presidente da ANUUFEEI, passou a articular os possíveis passos para a institucionalização das Creches Universitárias, e em particular, o NEIIA junto à UFSM, isto é, torná-lo reconhecido de fato e de direito, com orçamento próprio e autonomia, passando também a fazer parte do organograma da UFSM.

Buscando no depoimento dos sujeitos desta pesquisa os fatores que levaram a luta pelo processo de regularização do NEIIA junto a UFSM destaca-se a seguir:

Sempre se lutou pelo reconhecimento, na época em 1995, fizemos um projeto para construção de uma escola de Aplicação, seria um CAIC (Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente). Necessitava-se de professores para assumir o CAIC (prédio para atender 1000 alunos que absorveria duas escolas de Camobi). Estava tudo certo, mas o prefeito da época recusou-se a assinar o contrato, e construiu um CAIC no Bairro Tancredo Neves, utilizando-se de nosso projeto, inclusive com a separação por faixas etárias. Seria a 2ª Universidade a ter um CAIC, a primeira foi a de Rio Grande, perdeu a Universidade e perdeu a cidade (Prof.^a Cleuza Alonso – Ex diretora do NEIIA).

Neste relato percebe-se que a importância atribuída ao processo de reconhecimento do NEIIA, que vem de muito tempo, buscou-se em outros momentos a regulamentação, mas fatores externos aliados à falta de uma força conjunta, e de esforços políticos em torno de seus objetivos, levaram a não efetivação da proposta.

Na opinião da Professora E (Prof.^a. Da carreira do Ensino Básico Técnico e Tecnológico) que atua no Núcleo desde 2003, a luta pela institucionalização é importante pois

[...] irá levar a uma maior valorização dos profissionais da Educação Infantil e dará oportunidades às crianças numa instituição de EI dentro da universidade. Para mim a Identidade da Educação Infantil são os cuidados aliados à educação, e o NEIIA através do trabalho de suas profissionais poderá contribuir com a pesquisa e a extensão no sentido de mostrar o trabalho para outras unidades do município, isso irá qualificar o trabalho e dará retorno à comunidade. A caminhada rumo à pesquisa, a formação continuada deve-se a valorização do governo federal para a EI. O Ipê também é local de estágios, e as acadêmicas têm a oportunidade de fazer a relação entre teoria e prática, além de renovar a escola. Com a regularização do Ipê também irá se ganhar com relação à infra-estrutura mais ampla e também profissionais de todas as áreas.

Percebe-se a importância dada pelas profissionais que trabalham no NEIIA ao processo de regulamentação junto a Universidade, destacando as melhorias que irão ocorrer bem como a identidade do NEIIA que irá se fortalecer destacando não apenas o Ensino, como também a Pesquisa e a Extensão.

Para a Servidora C a luta pela institucionalização criou um elo de ligação entre as Creches Universitárias fortalecendo a identidade dessas Unidades através da pressão política pelo reconhecimento. Para ela

O avanço da educação infantil ocorre através do envolvimento da direção, pais e do trabalho desenvolvido durante todos esses anos, certamente se não tivesse sido um bom trabalho não seria reconhecido e não seria relevante que continuasse. Acredito ser importante o ensino, a pesquisa e a extensão, através do corpo profissional e através da pesquisa melhora-se o ensino, e a extensão ocorre através do trabalho que se faz e é mostrado. A Educação Infantil deve também contribuir com a UFSM e a comunidade.

Destaca-se no depoimento da servidora a importância do trabalho desenvolvido pelo NEIIA na Universidade durante seus 22 anos de existência, e que no momento atual passa por outra transformação e se fortalece à medida que busca seu papel, indo além do ensino, buscando a formação, a pesquisa e a extensão.

Na opinião da ex-Diretora Carmem Borges o processo de institucionalização do Núcleo é visto da seguinte maneira:

Vejo como uma transição positiva, talvez se perca por um lado na reserva de vagas para os servidores, mas se ganha por se tornar pública, institucionalizada. Não acompanhei todo o processo, faz parte de uma conquista nacional, é a ampliação do atendimento à comunidade; acredito que precisa se olhar também para o lado do servidor. É claro que não vai se atender nunca a todo mundo. Faz parte da evolução, e é um ganho para a Universidade.

Através deste depoimento denota-se a preocupação com a ampliação das vagas para toda a comunidade que faz parte da Resolução Nº 1 de 10 de março de 2011 do Conselho Nacional de Educação, que fixa normas para o funcionamento das Unidades de Educação Infantil nas universidades.

Raupp (2001) colabora com este entendimento ao fundamentar a importância de ampliar e diversificar a população atendida pelas Unidades de Educação Infantil nas universidades, pois

Se ampliado o perfil da clientela para o público em geral, acredito que a caracterização das unidades estará desencadeando, no âmbito da formação acadêmica e profissional, um processo de interação com desafios condizentes com a realidade da educação infantil pública em geral. Dessa forma, também as atividades de pesquisa e de extensão passariam a se sustentar sobre uma base sólida, refletindo melhor o espectro social (p.62).

Compreende-se que a ampliação de vagas para toda comunidade irá fortalecer o papel da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo dentro da Universidade pois estará exercendo sua função pública de atendimento à população, bem como assegurando uma

diversidade maior, uma riqueza de interações, ampliando seu campo para a pesquisa e a extensão.

Durante a gestão atual, além de todas as modificações na questão pedagógica já citadas anteriormente, que desde 2007 estão sendo organizadas no Núcleo, destaca-se também a estrutura física, que contou com modificações importantes como: móveis projetados para todas as salas; troca de piso; aquisição de materiais permanentes e de custeio; reorganização do pátio e construção do jardim das sensações; construção de uma sala para o Berçário; lavanderia, sala de professores e reforma em alguns setores para atender as exigências legais de infra-estrutura para a Educação Infantil.



Figuras 24 e 25: Estrutura física das salas de aula 2010. Fonte: Arquivo Fotográfico NEIIA



Figuras 26 e 27; Sala de vídeo e banheiro Infantil. Fonte Arquivo Fotográfico do NEIIA

Na luta pela institucionalização também muitos caminhos foram trilhados; contando com a participação e o apoio da Direção do Centro de Educação, a Professora Viviane Cancian participou de inúmeras Reuniões, Encontros das Creches Universitárias, Encontros com a Coordenação de Educação Infantil do MEC, Coordenadora Prof^a. Rita Coelho, apoio da ANUFEI, MEC/SESU, ANDIFES, para discussão e encaminhamentos que culminaram na Resolução Nº 1 de 10 de março de 2011 do Conselho Nacional de Educação que “Fixa normas de funcionamento das Unidades de Educação infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações”.

Na Resolução em seu artigo 1º as Unidades de Educação Infantil mantidas e administradas pelas Universidades são consideradas como instituições públicas de ensino, mantidas pela união e integram o sistema federal de ensino.

A mesma Resolução também fixa normas quanto ao Projeto Pedagógico, espaço físico e gestão, bem como dá autonomia para que as universidades definam a forma de vinculação das Unidades na estrutura organizacional e administrativa, fixando prazo de 360 dias a contar da data de sua publicação para adequação a norma vigente.

O ano de 2011 foi então de muito trabalho para a gestão, que não mediu esforços para sua concretização, buscando junto à reitoria da UFSM o apoio necessário à aplicação da Resolução, como se constata na fala da Prof^a. Viviane A. Cancian

O mais importante foi que a partir de março de 2011 passamos a existir dentro das Universidades públicas e a batalhar não mais a nível federal, mas batalhar junto aos reitores, para que reconhecessem e regularizassem essa situação nas Universidades. A relevância foi se unir, pois vimos a problemática das outras Universidades, que funcionavam irregularmente há mais de 40 anos nas IFES e tinham o mesmo objetivo, a busca pela regularização e reconhecimento.

Infelizmente não tivemos o reconhecimento dentro das próprias instituições, mas tivemos o reconhecimento no Conselho Nacional de Educação, a partir do momento que reconheceram as Unidades nas Universidades e sua importância.

A luta então continuou com as tramitações legais na UFSM, e abertura de Processo Administrativo em 09 de novembro de 2011 pelo Centro de Educação, solicitando a vinculação da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo na estrutura organizacional da Universidade a tramitação nos respectivos Conselhos Universitários.

Em 18 de novembro de 2011 a tramitação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão dá Parecer favorável e aprova a criação da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo na estrutura organizacional da UFSM. Desta maneira o NEIIA recebe então nova denominação: Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo.

A próxima etapa foi o Parecer do Conselho Superior da UFSM, que na sua 730ª Sessão, de 25.11.2011, “aprova a criação, na estrutura organizacional da Universidade Federal de Santa Maria, da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo, com a supervisão administrativa da Coordenadoria de Educação Básica e Tecnológica/CEBTT e com vinculação pedagógica ao Centro de Educação”.



Figura 28: Equipe do Ipê Amarelo apoiando a regularização na UFSM na 730ª Sessão do Conselho Superior da universidade, em 25/11/11. Fonte: Foto de Arquivo pessoal.

Para a atual Diretora da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo o mais relevante durante todo o processo foi

O que foi relevante dentro do trabalho foi o reconhecimento dos Pais, das pessoas que passaram pelo Ipê e reconheceram o trabalho realizado há 22 quase 23 anos na UFSM. Foi essa comunidade universitária que ao reconhecer e acreditar na importância do NEIIA nos deu o lugar legítimo através da aprovação no CEPE e no CONSU, onde tivemos aprovação por unanimidade para nos tornar uma unidade da UFSM. Acredito que esse foi um momento de extrema valorização, fomos reconhecidos pela comunidade interna e externa, até do próprio Ministério da Educação.

A história deste espaço na UFSM, como encontramos nos relatos dos sujeitos, nas fontes documentais e fotográficas, e na evolução histórica da Educação Infantil no Brasil, demonstra nitidamente as diferentes concepções sobre a infância, criança e educação infantil, que perpassaram ao longo dos tempos em nosso país. Partindo da concepção higienista e assistencial, como direito das mães trabalhadoras, passando para a concepção Compensatória e Preparatória, onde a Pré-escola deveria compensar as carências e privações das crianças

pobres e preparar a criança para o ensino fundamental, evoluindo para a Concepção de criança cidadã, sujeito de direitos, como afirma Rosemberg

[...] a sociedade passa a reconhecer a criança pequena como cidadã, portadora de direitos, ator social, produtora de cultura, indivíduo. A sociedade reconhece que esta fase da vida é riquíssima, riqueza que se expande se boas condições educacionais lhe forem oferecidas (2007, p.2).

A então, Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo vem acompanhando as mudanças nas políticas para a Educação Infantil no Brasil, como a LDB e os Referenciais Curriculares Nacionais que foram publicados em 1998, e rerepresentados sob a forma de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, em 2009, a partir de um debate nacional, do qual participaram professores e diversos profissionais que atuam com crianças, e os Movimentos sociais, entidades e estudiosos que através da mobilização social, instituíram os Fóruns de Educação Infantil, e se engajam na luta pela defesa dos direitos da criança.

A Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo desde sua fundação tem um importante papel dentro do campus universitário, não apenas no sentido de ser um local de atendimento aos filhos de Servidores desta Universidade, mas destaca-se por garantir a especificidade da infância e a qualidade no trabalho pedagógico, bem como por configurar-se num espaço acadêmico de formação de professores, onde são realizados estágios curriculares dos cursos de Pedagogia e Educação Especial, como afirma LIMA

Nesse sentido, as creches ainda hoje caminham na direção de legitimar seus serviços frente a muitas situações adversas que acompanham seu cotidiano. O que se tem claro é que a “proximidade com a vida universitária” agrega desafios importantes à reflexão sobre as crianças, ao que é necessário dizer: essa proximidade precisa ser potencializada no sentido de que se assuma a responsabilidade pela educação das crianças [...]. A educação da criança no contexto da universidade revela que as tarefas a serem realizadas são talvez mais complexas do que se estes espaços estivessem ligados a outra esfera formativa ou rede de ensino (LIMA, 2010, p. 89-90).

Atualmente a Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo vem mostrando seu papel no que se refere ao Ensino através dos estágios onde vários Centros podem participar, na qualificação de seus acadêmicos, no trabalho voltado à infância, na indissociabilidade do cuidar e educar, na formação, planejamento, registro e acompanhamento do desenvolvimento das crianças o que implica na formação de profissionais qualificados.

Em relação ao espaço formativo compreende-se que significa muito mais que apenas treinar pessoas (MELLO, 2001, p.24). Para que ocorra formação é necessário apreender a

teoria a partir das discussões das práticas, das reflexões, questionamentos e debates, onde o educador passa a ter papel ativo no processo. E isto só é possível se houver espaço para reuniões e momentos para planejamento, conquista que a Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo vem construindo nesta última gestão.

Com referência à Extensão esta acontece na visão de Viviane Ache Cancian a partir do momento

[...] que se começa a divulgar o trabalho daqui de dentro através de palestras, cursos, seminários e assessorias. Conseguimos trazer a especialização em docência na educação Infantil em função do trabalho pedagógico desenvolvido no Ipê, na ANUUFEI, o único curso de especialização fora das capitais e vamos assessorar o Proinfância para 160 municípios. No ano passado trouxemos crianças e professores de uma instituição carente para o Ipê, que vinham conhecer a realidade e participar do trabalho pedagógico do Ipê uma vez no mês. Temos mostrado para o pessoal aqui de dentro que se pode fazer extensão.

O que dificulta é que não temos professores efetivos, nossos professores são contratados para sala de aula, planejamento e formação. Os professores que saem relatar seus trabalhos saem sem remuneração, saem porque sabem da importância, mas temos avançado nisso.

A Pesquisa também acontece na Unidade segundo o relato da diretora

As pesquisas são muito mais nossas do Centro de Educação, dos alunos da graduação, especialização, Mestrado e doutorado. Os professores não pesquisam em função de não serem efetivos, alguns sim, acabam pesquisando sua própria prática. Penso que já acontecem, e têm mostrado com as pesquisas o que acontece aqui dentro, as nossas fragilidades e onde precisamos mudar, retomar e avançar, assim como o que fizemos e que tem qualificado nosso trabalho.

Neste contexto, por estar a Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo inserida dentro da Universidade pública, necessita revisar constantemente suas funções, procurando adequar-se às Leis e Planos para a Educação, mas também indo além da educação das crianças e, conforme orientação da Associação Nacional das Unidades Universitárias de Educação Infantil (ANUUFEI) entidade criada em 2002, as unidades são impelidas a explorar outras possibilidades, além de campo de estágio e observação para os acadêmicos dos cursos de Pedagogia e Educação especial e demais licenciaturas, mas também como campo de Pesquisa e Extensão, valorizando as experiências e pesquisas realizadas em seu âmbito bem como consolidando seu papel dentro das Instituições Federais de Ensino.

Finalizando este capítulo na poderia deixar de destacar o depoimento final da atual gestora da Unidade para esta pesquisa:

Sou eternamente grata às pessoas que estão aqui, que passaram pelo Ipê, todas as que acreditam no Ipê. Agradeço também, principalmente pelas crianças, pois todo trabalho do Ipê amarelo tem como centralidade as nossas crianças, e é isso que nos

move e nos permite mostrar não só dentro da UFSM, mas nacionalmente, a importância da infância e da Educação Infantil. Estamos nesse lugar para mostrar uma outra cultura de Infância e de Educação Infantil.



Figura 29 – Foto Atual –Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo -2012

4.4 Linha do Tempo

Com a finalidade de situar o leitor no tempo histórico da constituição do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo na Universidade Federal de Santa Maria, desde o início das obras até a concretização, inauguração e efetivação desta Unidade no âmbito da Instituição, ilustramos a seguinte Linha do Tempo:

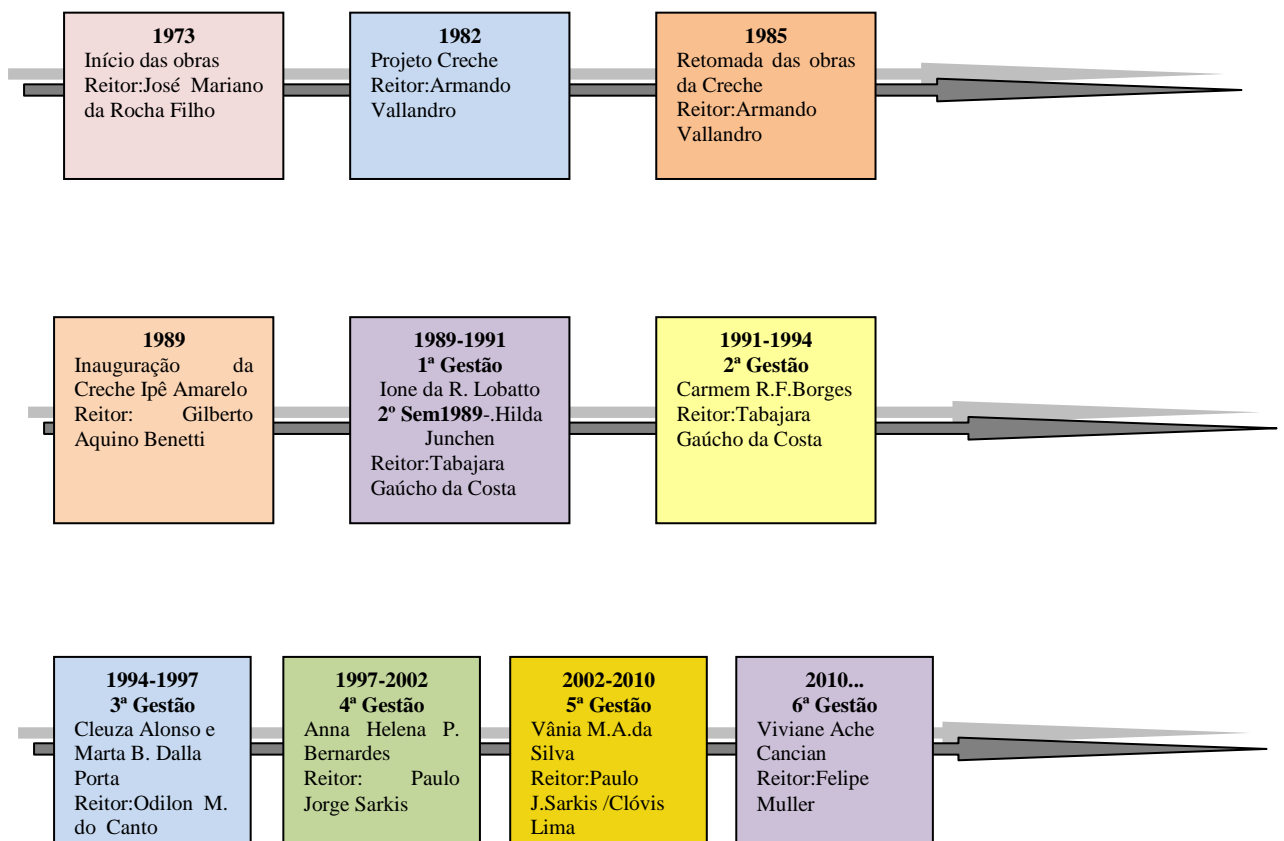


Figura 30-Linha do Tempo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Todo Amanhã
Se cria num ontem,
Através de um hoje.
Temos de saber o que fomos,
Para saber o que seremos”.*

Paulo Freire

Nesta pesquisa, nos propusemos a investigar os elementos que constituíram a história do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo no espaço da Universidade Federal de Santa Maria. Para tanto contamos com a colaboração dos sujeitos, gestores e servidores que foram partícipes na construção desta história, bem como, dos documentos institucionais (fotos, portarias, resoluções, projetos, propostas político-pedagógicas) que retratam os diferentes momentos que constituíram a formação deste espaço na Universidade.

Fazendo a relação dos diferentes momentos históricos pelo quais o NEIIA passou, podemos perceber as dificuldades encontradas, primeiramente para consolidar o espaço na UFSM diante das idas e vindas dos reitores, e das reivindicações dos seus servidores, até a fundação e após para a manutenção, visto que, até bem pouco tempo, este espaço não era reconhecido na Universidade. Esta falta de reconhecimento veio aliada a diferentes fatores, entre eles, ao caráter de assistência da creche, a falta de inserção e visibilidade do NEIIA e da Educação Infantil na UFSM, a falta de engajamento e luta política de seus gestores para efetivar este espaço, inserindo-o na estrutura da Instituição.

A partir das constatações dos sujeitos entrevistados, evidenciamos os dilemas enfrentados, desde o início nos diferentes períodos, até o atual, que tinham similaridades indiscutíveis.

Em primeiro lugar, os entrevistados demonstram em seus depoimentos que as questões do financiamento, manutenção dos recursos humanos e vinculação, remontam desde sua fundação, e embora tenham passado por diferentes etapas e formas de organização, apresentam certas regularidades. Compreende-se desta maneira a partir da perspectiva histórico-cultural, que os acontecimentos históricos devam ser considerados em sua totalidade social, isto é, nos determinados tempos históricos da fundação da Unidade até os dias atuais, os sujeitos constituintes deste estudo enfrentaram realidades similares, onde as

tensões e contradições surgiram e foram resignificadas, possibilitando a continuidade do trabalho desenvolvido e a busca pela transformação da realidade, isto é, a busca pelo efetivo espaço da Educação Infantil na Universidade.

A partir disso, pôde-se também evidenciar a evolução das diferentes vinculações e seu significado em relação ao contexto mais amplo, identificando que, primeiramente vinculado à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, tinha mais o caráter trabalhista, ligado à assistência social da Universidade e às reivindicações trabalhistas dos servidores; posteriormente ligado à Pró-reitoria de Recursos Humanos – Coordenadoria de Qualidade de vida do servidor, mantendo o caráter Assistencial, mas já evidenciando a busca pelo caráter Educativo, em vistas da Legislação e Políticas Educacionais estarem apontando para isto, através da LDB, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, entre outros documentos que o MEC publicou no período; por fim, vinculou-se ao Centro de Educação, que teve papel fundamental na mudança de concepção sobre a Infância e Educação das crianças de 0 a 6 anos e do papel do NEIIA na UFSM, além de consolidar a perspectiva de desenvolver a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em segundo lugar, a importância dada pelos sujeitos à contratação de professores para a Educação Infantil, visto que, um novo olhar dos gestores sobre os profissionais de Educação Infantil foi constatado nos relatos, o que impulsionou a contratação gradativa dos mesmos, evidenciando a mudança de concepção no papel do NEIIA, da Assistência para a Educação.

Em terceiro lugar, a efetivação do papel educativo, constatada nas últimas gestões, através da reestruturação das questões pedagógicas, onde foram considerados relevantes, o espaço para o planejamento das professoras, para as reuniões mensais, para a formação inicial e continuada, levando a busca de inovações na ação pedagógica.

Desta maneira compreendemos que a história, a constituição e o desenvolvimento do NEIIA na UFSM organizaram-se através de vários períodos de instabilidade quanto ao seu funcionamento. Percebemos que através da luta e reivindicações dos gestores, servidores e dos pais, o NEIIA foi construindo suas funções no espaço Universitário baseado em um trabalho pedagógico efetivo que foi se consolidando ao longo dos tempos através das diferentes concepções sobre a Infância e Educação Infantil,

De espaço assistencial, cujo objetivo principal era propiciar cuidados, alimentação e higiene aos filhos dos servidores da Universidade, foi transformando-se também em espaço educacional, cujo objetivo foi o de proporcionar um ambiente educativo, no qual cuidar e

educar deveriam ser indissociáveis, passando também a ser um espaço formativo a partir dos estágios curriculares e projetos realizados em seu âmbito.

Entendemos que este espaço ainda está em construção, pois não se resume a ter estágios, pesquisas e projetos; além disso, precisa envolver seus professores e servidores em processos e ações que envolvam a reflexão de suas práticas, a elaboração de projetos inovadores, de relatos de experiência, contribuindo para a socialização dos conhecimentos em atividades de pesquisa e extensão.

Esta é a identidade que a Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo está construindo conforme afirma CANCIAN

Afirma-se - a partir de nossa prática com este projeto de ensino, pesquisa e extensão dentro da nossa universidade, que este foi de uma riqueza muito grande para as crianças, já que uma instituição de Educação Infantil é, além de um direito das mulheres trabalhadoras, também um direito da criança, um direito que sonhamos e temos, a utopia de ser um espaço referência de Educação Infantil com o desejo de contribuir para a qualidade da educação das crianças de 0 a 6 anos das creches e pré-escolas brasileiras (CANCIAN, Dez 2011,p.33).

E, na busca de afirmação de suas funções e sua identidade a Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo evidencia ser agora não apenas um espaço que presta serviços à Universidade através da educação de crianças, mas sim um campo rico que abrange também os estágios, a pesquisa e a extensão.

Nas conquistas efetuadas pela Unidade, aos quais fizeram parte todas as demais UEIs filiadas a ANUUF EI, estão:

- A construção de um elo de ligação com o Centro de Educação da UFSM em dezembro de 2002;
- A busca e luta política pelo reconhecimento institucional consolidada em 2011 através da Resolução Nº1 do Conselho Nacional de Educação;
- A ampliação de seus serviços, sem restrição a população da UFSM, abrindo também para a comunidade;
- A ampliação do atendimento compreendendo a faixa etária de 0 a 6 anos;
- A consolidação do papel da Unidade como campo de estágios, observações, pesquisa, produção e socialização de conhecimentos através das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- A conquista e reconhecimento dos profissionais que trabalham na Educação Infantil, com formação específica na área para o trabalho na faixa etária de 0 a 6 anos, que necessita agora ser consolidada, através de concurso público para a área.

Finalizando, esperamos que esta pesquisa possa ter contribuído para a sistematização de conhecimentos a respeito da História da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo na Universidade Federal de Santa Maria, e que suscite nas demais Unidades filiadas à ANUUFEl, estudos e pesquisas que visem o fortalecimento dessas Unidades e da Educação Infantil no País.

Espera-se também que a Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo após consolidar-se efetivamente como um espaço de Ensino, Pesquisa e Extensão na Universidade, possa estar apta a enfrentar novos desafios e possibilidades, contribuindo para a implementação de políticas para a Educação Infantil que priorizem um novo olhar sobre a infância e a criança de 0 a 6 anos, sujeito de múltiplas linguagens, protagonista de sua cultura e de sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo de. **Conceito de Infância em Rousseau** (Baseado no Livro: Emílio ou da Educação). Monografia, Uberlândia, 1999.

ÁRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª edição, Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ARENDETT, H. **A Crise de Educação**. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 221-247..

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Política nacional de educação Infantil: pelo direito das crianças de 0 a 6 anos à educação**. Brasília: MEC, SEB, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988; atualizada até a Emenda Constitucional n. 20, de 15-12-1998. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica, Coordenação Geral da Educação Infantil. **Critérios para o Atendimento em Creches que respeite os Direitos Fundamentais das Crianças**. Maria Malta Campos e Fulvia Rosemberg. 6ª Edição. Brasília, 2009, 44 p.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB nº 022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1998. Relator: Regina Alcântara de Assis. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <www.mec.gov.br/cne/ftp/CEB/CEB022.doc>. Acesso em 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2009.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm). Acesso em: 19 maio de 2011.

_____.Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**.Brasília,DF:MEC,1998.

_____.Ministério da Educação.Conselho Nacional de Educação.Câmara da educação Básica.**Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**.Parecer CNE/CEB Nº20/2009.Brasília,DF.2009.

_____.Resolução CNE/CEB Nº 01, de 10 de março de 2011.http://portal.in.gov.br/leitura_jornais

_____.Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica.**Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília. 2006.

_____.Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Por uma política do profissional de Educação Infantil**.. MEC/SEF/COEDI. Brasília. 1994,p.81.

_____.Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Subsídios para elaboração de orientações nacionais para a educação infantil**.MEC/SEF/DPE/COEDI.Brasília,1997.

BIALOZOR,Simone.Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo:Um Estudo de Caso.Monografia (Especialização em Gestão Educacional).Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria,2006.

BOGDAN,R. C.; BIKLEN,S. R. **Investigação qualitativa em educação**.Portugal:Porto editora,1994.

BONDIOLI.A. **Introdução:As funções sociais da creche:um serviço para quem?**In:BONDIOLI.A.MANTOVANI,S. Manual de Educação Infantil: de 0-3 anos-uma abordagem reflexiva.Porto Alegre:Artmed,1998.p.13-37.

BOTO,Carlota. **A civilização escolar como projeto político pedagógico da modernidade:cultura em classes, por escrito**.Cadernos Cedes,v.23,n.61,p.378-397,dez.2003.

CAMBI,Franco. **História da Pedagogia**.Tradução de Álvaro Lorencini.São Paulo:Unesp,1999.

CANCIAN, Viviane Ache; Ferreira, Ione Mendes Silva. (Org.) **Unidades de Educação Infantil nas Universidades Federais: os caminhos percorridos**. Goiânia: FUNAPE, 2009.

CANCIAN, Viviane Ache. Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão: **Uma interlocução entre pesquisadores, professores, acadêmicos e processo educacional vivido no Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo**. Santa Maria, Agosto, 2007.

CANCIAN, Viviane Ache. Relatório GAP 020497. UFSM, Santa Maria, Dez, 2011.

CAMPOS, M.M. **A Legislação, as Políticas Nacionais de Educação Infantil e a realidade: desencontros e desafios**. In: Machado, M.L. de A. (org.) **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

CAMPOS, Maria Malta. Entrevista. Disponível em: http://revistaeducacao.vol.com.br/textos/144/artigo_234558-1.asp Acesso em: 05 março 2012.

CERISARA, ANA B. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil com Base no Contexto das reformas**. IN: Educação e Sociedade, Campinas, V.23, N.80, setembro 2002, p.329-348.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COMÊNIO, João Amós. **Didática Magna - Tratado da Arte Universal de ensinar tudo a todos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

CORSINO, Patricia. **Educação Infantil: cotidiano e políticas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vygotsky**. São Paulo, Autores Associados, 1999, 98 p.

ENCONTRO NACIONAL DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – Políticas Públicas em Educação Infantil e possíveis contribuições da Universidade. **Anais III**. São Carlos, SP, 2003.

ENCONTRO DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: **Anais-II**. Organizadora Marilene D. Raupp. Florianópolis: UFSC/NDI, 2002.

FARIA,A.L.G. **Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica.**Educação e Sociedade,Campinas,vol.26,p.1013-1038,out.2005.

FLORES,M.L.R.Movimentos na construção do direito à educação Infantil:histórico e atualidade.Educação,**Revista do Centro de Educação da UFSM**,Santa Maria,V.35,n.1,p.25-38,jan./abr.2010.

FREITAS,M.T.A. **A Pesquisa na perspectiva sócio-histórica:um diálogo entre paradigmas.**In:26ª Reunião Anual da Anped,2003,Poços de caldas.26ª Reunião Anual da Anped.Novo Governo.Novas Políticas?:CD-ROM,2003.v.1.

FREITAS,M.T. **As Apropriações do pensamento de Vygotsky no Brasil:um tema em debate.** In:Psicologia da Educação.Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação.Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n.10/11:9-28.

FRIGOTTO, G. Política e Gestão educacional na contemporaneidade. In:FERREIRA, E.B.; OLIVEIRA,D.A.**Crise da escola e políticas educativas.**BH:Autêntica,2009.p.65-80.

FORMOSINHO, Julia Oliveira.org.**Modelos Curriculares para a educação infantil:construindo um práxis da participação.**3ªedição.Porto:Porto editora,2007.

FORMOSINHO,Julia Oliveira,KISHIMOTO,T.M.,PINAZZA,M.A. **Pedagogia(s) da Infância:dialogando com o passado,construindo o futuro.**POA,Artmed,2007.

GAMBOA,S.S. **Pesquisa em educação:métodos e epistemologia.**2.ed.Chapecó:Argos.2008.

GASPARIN,João Luiz. **Comênio ou da Arte de Ensinar tudo a todos.** Campinas,São Paulo:Papirus,1994.

GOUVÊA,M.C.S. de. **Estudos da Infância:educação e práticas sociais.**Petrópolis,RJ:Vozes,2008.

HADDAD, L. **A creche em busca de identidade: perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo.** São Paulo, Loyola, 1990.

HOLZSCHUH,Aline Simone.A **Gestão do Planejamento Pedagógico no Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo.**Monografia.Santa Maria,2011.

KRAMER,Sônia. **A Política do Pré-escolar no Brasil:A arte do disfarce.**7ª edição.São Paulo:Cortez,2003.

KRAMER, Sônia. **A Política do Pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce.**4.ed.São Paulo:Cortez,1992.

KUHLMANN Jr,Moisés. **Infância e Educação infantil:uma abordagem histórica.**POA,Mediação,2010.

LÜDKE,M.;ANDRÉ,M. **Pesquisa em educação:abordagem qualitativa.**São Paulo:EPU;1986.

LIMA, Graziela Escandiel de. **Cotidiano e Trabalho Pedagógico na Educação de Crianças Pequenas: produzindo cenários para a formação de pedagogos.** (Tese de doutorado) Porto Alegre, 2010.

LERNER,D. **O ensino e o aprendizado escolar:argumentos contra uma falsa oposição.**1995.

MARX K. **Manuscritos econômicos- filosóficos.**São Paulo,Martin Claret,2004,73 p.

MELLO, Giomar N. **Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical.** Revista Iberoamericana de Educación. N° 25. Abril, 2001

MONTESORI,Maria. **A criança.** Tradução:Luíz Horácio da Matta.Rio de Janeiro:Nórdica,1987.

OLIVEIRA, Z.de M. R.(org.) **Educação Infantil Muitos Olhares.** São Paulo, Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de; FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti. **Propostas para o atendimento em creches no Município de São Paulo. Histórico de Uma Realidade – 1986.** In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). Temas em destaque: creche. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 28-89.

RAUPP,M.D. **A Educação Infantil nas Universidades Federais: questões, dilemas e perspectivas.**2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

RAUPP, et alii. **A Trajetória do Núcleo de Desenvolvimento infantil da UFSC: 20 anos de história.** Florianópolis, 2002.

RAUPP, M. D. **Creches nas Universidades Federais: questões, dilemas e perspectivas.** In: Revista Educação & Sociedade. Editora da UNICAMP. Vol. 25, Nº. 86, p. 197-217, 2004.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva Histórico-cultural da Educação.** Rio de Janeiro, Vozes. 1999.

REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. São Paulo: vol.23, n.80, set/2002.

REVISTA FATOS. Órgão Informativo da UFSM. Ano III, Nº 26, Outubro de 1982.

_____. Órgão Informativo da UFSM. Ano V, Especial, Julho de 1984.

_____. Órgão Informativo da UFSM. Julho/Set. 1985.

ROSEMBERG, F. A Educação da criança pequena, a produção do conhecimento e a universidade. Cadernos da Anped, n.1, p.57-64, 1989 a.

ROUSSEAU, Jean Jacques. 1712-1778. **Emílio ou da Educação.** Tradução: Roberto Leal Ferreira; introdução de Michel Launey; revisão de tradução: Mônica Stahell. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS FILHOS, J.C. **Pesquisa Quantitativa versus Pesquisa Qualitativa: o desafio paradigmático.** In: Santos Filhos, J.C.; GAMBOA, S.S.(org) Pesquisa educacional: quantidade-qualidade: 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

SARMENTO, M.J. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância.** In: Revista Educação e sociedade, Campinas, V.26, n.91, p.361-378, 2005.

SNYDERS, Georges. **Alunos Felizes: Reflexão sobre Alegria na Escola a Partir de Textos Literários.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1993.

SOUZA, Ana Maria da Costa de. **Educação Infantil. Uma Proposta de Gestão Municipal.** Campinas, SP: Papyrus Editora, 1996.

SOUZA, Gisele de.(org).**Educar na Infância:perspectivas histórico-sociais**.São Paulo:Contexto,2010.

SZYMANSKI,Heloisa(org.)**A Entrevista na Pesquisa em Educação -a prática reflexiva**. Brasília:Liber Livro Editora,2004 3ª Ed.2010.

TOMAZZETTI,Cleonice Maria. As Práticas Pedagógicas em Educação Infantil: do assistencialismo à emancipação como construção da cidadania.1998.**Dissertação**(Mestrado em Educação).Centro de Educação.Universidade Federal de Santa Maria,Santa Maria.1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva.**Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais:a pesquisa qualitativa em educação**.São Paulo:Atlas,1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA.**Parecer 05/89 do Conselho Universitário da UFSM**.Santa Maria, 21 de março de 1989.

_____.**Projeto de Atividade.Núcleo de creche e Pré-escola Ipê Amarelo I e II**, PRAE,COPLACOM.Santa Maria, julho de 1990.

_____.**Proposta pedagógica para Criança Pré-escolar do Núcleo e creche Ipê Amarelo I e II**.Santa Maria, março de 1991.

_____.**Normas que regem o funcionamento da Creche e Pré-escola Ipê Amarelo**.Santa Maria, julho de 1991.

_____.**Plano de assistência Pré-escolar**. Departamento Pessoal.Santa Maria, maio de 1994.

_____.**Proposta Pedagógica para a Educação Infantil**.PRAE,COPLACOM,Comissão Pré-Escolar, NEIIA,NDI,CE.Santa Maria, 1994.

_____.**Proposta Pedagógica para a Educação Infantil**.PRAE,COPLACOM,Comissão Pré-Escolar, NEIIA,NDI,CE.Santa Maria, 1997.

_____.**Proposta Pedagógica do Núcleo de educação Infantil Ipê amarelo: A Educação Infantil numa concepção Sócio-Interacionista**.Santa Maria,2001.

_____.**Projeto Político Pedagógico do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo**.NEIIA,NDI,CE.Santa Maria, agosto de 2003.

_____.**Projeto Pedagógico do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo.**Santa Maria, 2009.

_____.**Regulamento geral do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo.**Santa Maria,outubro de 1997.

_____.**Regimento Interno da Creche e Pré-escola Ipê Amarelo da UFSM.**Sem data.

_____.**Regimento Interno da Creche e Pré-escola Ipê Amarelo.**COPLAD,PROPLAN.Sem data.

_____. **Resolução 0050/89.**Institui o Programa de estágio supervisionado no âmbito da creche/UFSM.Santa Maria,1989.

_____.**Resolução 012/2002.**Extingue o Núcleo de educação Infantil Ipê Amarelo da Pró-reitoria de recursos Humanos e transfere a sua infra-estrutura para o Centro de educação..UFSM,Santa Maria, 2002.

VEIGA, C. G. **História da Educação.** Ática, São Paulo, 2007.

VYGOTSKY,L.S. **A Formação Social da Mente.**São Paulo:Martins Fontes,1991,132 p.

ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Roteiro de Entrevista Semi-estruturada

Nome:

Idade:

Profissão:

1. Período em que participou da Gestão e/ou como Técnico e/ou como pai de aluno, no Núcleo Ipê Amarelo.
2. Como você resumiria este período, descreva as principais impressões, dificuldades e conquistas do NEIIA.
3. Aponte aspectos que influenciaram na manutenção do Núcleo no período em estive presente na instituição (administrativos, financeiros, pedagógicos)
4. Como você caracterizaria o Núcleo Ipê Amarelo na UFSM – qual seria seu papel na Universidade Federal de Santa Maria.
5. Descreva os aspectos mais relevantes que podem ser destacados na luta pelo reconhecimento da identidade do NEIIA na UFSM.

ANEXO B – DOCUMENTOS E RESOLUÇÕES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Este documento tem por objetivo autorizar a participação de sujeitos docentes e Técnicos Administrativos para a pesquisa de Mestrado intitulada "A Trajetória do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo na UFSM : 22 anos de História".

A pesquisa pretende investigar os elementos que constituem a história do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo na UFSM e as funções desempenhadas no espaço da Universidade. Também são objetivos da pesquisa compreender a trajetória de criação do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo; refletir sobre os dilemas enfrentados pela unidade desde sua fundação até os dias atuais; e contribuir para a formação da identidade do NEIIA na UFSM.

Dessa forma, a pesquisadora fica autorizada a inserir-se na instituição para a produção dos dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa, bem como a preservar e a divulgar estes dados para fins exclusivos de produção de conhecimento.

Este trabalho tem como pesquisadora responsável a mestranda Vânia Maria Almeida da Silva sob orientação da Professora Dra. Cleonice Maria Tomazzetti, a qual é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Santa Maria, setembro de 2011.

Diretora do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo/UFSM

ANEXO C – Ofício do Gabinete do Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
GABINETE DO REITOR

Santa Maria, 20 de agosto de 1982.

GR/1489.82-DC/CW
Proc. 074288/82-UFSM

Senhor Secretário Geral:

Honra-me a oportunidade de voltar à presença de V.Sa., por este intermédio, para encaminhar à consideração do ilustre Secretário, o Processo nº 074288/82-UFSM, que abriga o Projeto PROPLAN nº 29/82-CRECHE, empreendimento de há muito sonhado pela Administração Superior da Universidade Federal de Santa Maria.

O presente encaminhamento, Sr. Secretário, é feito com base no disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 6120/70, que prevê a tramitação do Projeto, através do MEC, para autorização do Exmo. Sr. Presidente da República.

Pelas providências que V.Sa. houver por bem de determinar em favor da movimentação deste expediente, os meus antecipados agradecimentos.

Atenciosamente,

Prof. Armando Vallandro
Reitor

Ilmo. Sr.
Cel SÉRGIO MÁRIO PASQUALI
MD. Secretário-Geral do MEC
- Ministério da Educação e Cultura -
Esplanada dos Ministérios - Bl. "L" - 4º andar
70.047 - BRASÍLIA - DF

ANEXO D – Certidão – Construção da creche UFSM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

C E R T I D A O

CERTIFICO, para os devidos fins, que o Egrégio Conselho Universitário reunido para a sua 328ª sessão, realizada a dezesseis de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, exarou o seguinte parecer com relação ao processo nº 87242/82 que trata da substituição de garantia dada para obtenção de recursos destinados à construção da CRECHE DA UFSM: " PARECER: O processo nº 87242 - 326/82 - trata da substituição de garantia dada para obtenção de recursos destinados à construção da CRECHE DA UFSM. O prédio de que trata o presente processo é do Hospital Universitário Centro, conforme identificação constante da Certidão do Cartório de Registro de Imóveis, que acompanha o processo em referência. Considerando que é uma simples substituição de imóvel para garantia da obtenção de financiamento para possibilitar a construção da CRECHE DA UFSM, esta Comissão é de PARECER que pode ser homologada a aprovação de substituição de garantia tomada "ad referendum" pelo Magnífico Reitor. Santa Maria, 16 de dezembro de 1982. Prof. Antônio Adalberto Brum Siqueira - Relator."

DECISÃO - aprovado por unanimidade o parecer."

Secretaria dos Órgãos Colegiados, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois.

Donilva Londero Braz
Donilva Londero Braz
- Secretária -

Visto

Armando Vallandro
Prof. Armando Vallandro
Presidente

ANEXO E - Parecer 05/89



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

12 03 89
4263 univ

COMISSÃO — Legislação e Regimentos CONS. UNIV. — N.º
PARECER — 05/89 PROT. GERAL — 197/88 — PROC. N.º
RELATOR — Bel. Valderez da Rosa 29119/88-02

Na Comissão de Legislação e Regimentos o processo nº. 197/88 do Conselho Universitário e nº 29119/88-02 do Protocolo Geral em que o Gabinete do Reitor submete a este Conselho proposta de Regimento Interno da Creche e Pré-Escola da UFSM, vinculada a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Os documentos que contém o processo são:

1. Ofício nº 32/88, da Coordenadoria de Planejamento Comunitário (COPLACOM) ao Pró-Reitor de Assuntos Estudantis;
2. Proposta de Regimento Interno da Creche e Pré-Escola " Ipê Amarelo da Universidade Federal de Santa Maria", composto de treze (13) páginas;
3. Organograma.

Considerando que o regimento é o conjunto de normas - que regem o funcionamento e o serviço interno de um órgão;

Considerando que na proposta são contemplados apenas filhos de servidores da Instituição excepcionalmente acolhendo filhos de servidores (sexo masculino) que, em razão de viuvez, invalidez do cônjuge ou separação, tenham ficado sob sua guarda;

Considerando que tanto o corpo docente como discentes não tiveram participação neste processo e seus filhos não estão contemplados na proposta;

Considerando, enfim, que a estrutura da Creche e Pré-Escola deve ser adequada a nossa realidade, a Comissão é de

PARECER

que este Egrégio Conselho pode aprovar, em caráter provisório, o funcionamento da Creche e Pré-Escola " Ipê Amarelo da UFSM ", até que os três segmentos discutam e analisem com maior profundidade a Proposta de Regimento e façam as alterações que julgarem necessárias para maior adequação da estrutura, à realidade da Instituição.

Santa Maria, 21 de março de 1989.

Valderez da Rosa
Bel. Valderez da Rosa - Relatora -

ANEXO F – Resolução 0050/89

Creche
26-12-89



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RESOLUÇÃO 0050/89

Institui o Programa de Estágio
Supervisionado no âmbito da
Creche/UFSM.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com o contido no Processo de nº 23081.007314/89-27 cumprindo decisão do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão na 347ª Sessão, de 18 de julho de 1989, e:

Considerando, a necessidade de vinculação das atividades de ensino e extensão da UFSM;

Considerando, a deficiência de pessoal especializado para atuar em atividades de creches;

Considerando, a necessidade de mudança do perfil das atividades mantidas pelas creches em geral, até então eminentemente assistencialista; e,

Considerando, a importância de oportunizar campos de estágio para graduados nas áreas: Saúde, Educação e Psicologia,

RESOLVE:

1º - Instituir no âmbito da Creche Pré-Escolar "IPÊ AMARELO" da Universidade Federal de Santa Maria, o Programa de Estágio Supervisionado para egressos das Áreas da Saúde, Educação e Psicologia.

2º - Os objetivos do Programa são os de proporcionar aos estagiários atividades voltadas para o desenvolvimento bio-psico-social da criança, vivenciando, na prática, conhecimentos teóricos recebidos nos respectivos Cursos de Graduação, oportunamente, demonstrar a necessidade de inclusão de disciplinas específicas relacionadas aos trabalhos das creches nos Currículos dos Cursos de Saúde, Educação e Psicologia.

.....
B



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

3º - Poderão candidatar-se ao Estágio os portadores de Diploma nas área já referenciadas.

4º - As vagas disponíveis serão divulgadas periodicamente através da Imprensa.

5º - Os candidatos deverão inscrever-se junto à COPLACOM/PRAE/UFMS mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia do Diploma de Graduação;
- b) Curriculum Vitae;
- c) Requerimento de inscrição dirigido ao Coordenador da COPLACOM/PRAE/UFMS, especificando as razões de seu interesse em participar do Programa.

6º - A seleção dos candidatos será realizada pela Assessoria Técnica da Creche "IPÊ AMARELO", obedecendo às seguintes bases:

- a) Avaliação Psicológica;
- b) Avaliação de Saúde;
- c) Avaliação Técnico-profissional;
- d) Entrevista.

7º - Os candidatos selecionados deverão matricular-se no Programa e recolher a taxa de matrícula correspondente.

8º - Caberá à Assessoria Técnica da Creche "IPÊ AMARELO" o estabelecimento das Normas de Estágio, submetendo-as ao CUPÉ para homologação.

9º - A duração do estágio será de, no mínimo, seis (6) meses, e máximo de 12 meses exceto nos casos a serem previstos nas Normas de Estágio.

10 - Nos casos de suspensão do Estágio, tanto por iniciativa do Estágio, como prevista nas Normas de Estágio, deverá haver comunicação com antecedência mínima de trinta (30) dias.

11 - Após a conclusão do Estágio, será conferido ao Estagiário um certificado contendo o rol de atividades desenvolvidas, a carga horária e o período de realização do mesmo. O Certificado será assinado pelo Diretor da Creche "IPÊ AMARELO", pelo Coordenador da COPLACOM/PRAE/UFMS e pelo Pró-Reitor de Assuntos Estudantis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

12 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assessoria Técnica da Creche e homologados pelo Conselho Administrativo da Creche "IPÊ AMARELO".

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, aos quatorze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e nove.


Prof. Gilberto Aquino Benetti
reitor

ANEXO G – Resolução 012/02**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA****RESOLUÇÃO N. 012/02**

Extingue o Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo da Pró-Reitoria de Recursos Humanos e transfere a sua infra-estrutura para o Centro de Educação.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando:

- A natureza das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo da Coordenadoria de Qualidade de Vida do Servidor da Pró-Reitoria de Recursos Humanos;
- o art. 7º do Decreto n. 977, de 10/11/93, que dispõe sobre as modalidades de assistência pré-escolar;
- o art. 29 da Seção II, do Capítulo II, da Lei n. 9394, de 20/12/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- o Parecer n. 40/02 do Conselho Universitário, aprovado em sua 622ª Sessão, de 29/11/02.

RESOLVE:

Art. 1º Extinguir o Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo da estrutura organizacional da Coordenadoria de Qualidade de Vida do Servidor da Pró-Reitoria de Recursos Humanos e transferir a sua infra-estrutura para o Centro de Educação onde suas atividades serão desenvolvidas na forma de projeto de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 2º O Projeto de Educação Infantil Ipê Amarelo terá como objetivo o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, assim como proporcionar aos acadêmicos dos Cursos de Pedagogia e Educação Especial do Centro de Educação e demais licenciaturas da Instituição, oportunidade para desenvolver suas práticas pedagógicas.

Art. 3º O espaço físico destinado ao Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo ficará disponibilizado ao Centro de Educação, para a execução do projeto.

Art. 4º A Função Gratificada - código FG3 ocupada pelo Chefe do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo será transferida para o Quadro de Funções de Confiança do Centro de Educação.

Art. 5º Os servidores do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo serão lotados no Centro de Educação.

(Fol. 2 da Resolução n. 012, de 16.12 2002)

Art. 6º Os bens patrimoniais do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo serão incorporados ao patrimônio do Centro de Educação.

Art. 7º Os Restaurantes Universitários fornecerão os gêneros alimentícios para atendimento do projeto de Educação Infantil Ipê Amarelo.

Art. 8º A Instituição responsabilizar-se-á pela manutenção do espaço físico e da infra-estrutura disponibilizados ao desenvolvimento do projeto.

Art. 9º O modelo didático-pedagógico a ser aplicado no desenvolvimento do projeto será de responsabilidade de uma comissão especialmente designada para esse fim.

§ 1º A Comissão responsável pela definição do modelo didático-pedagógico será formada por uma representação paritária dos pais usuários, da Pró-Reitoria de Recursos Humanos e do Centro de Educação.

§ 2º A representação da Pró-Reitoria de Recursos Humanos deverá contar com, no mínimo, um servidor com formação em Pedagogia.

§ 3º A referida Comissão terá o prazo de noventa dias, a partir da data de transferência da infra-estrutura para o Centro de Educação, para apresentar a proposta de modelo didático-pedagógico.

Art. 10. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA,
aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e dois.

Paulo Jorge Sarkis,
Reitor.

ANEXO H – Resolução CNE/CEB Nº 1

RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 1, DE 10 DE MARÇO DE 2011

Fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto na alínea "a" do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, no art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 17/2010, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 28 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º - As unidades de Educação Infantil mantidas e administradas por universidades federais, ministérios, autarquias federais e fundações mantidas pela União caracterizam-se, de acordo com o art. 16, inciso I, da Lei nº 9.394/96, como instituições públicas de ensino mantidas pela União, integram o sistema federal de ensino e devem:

I - oferecer igualdade de condições para o acesso e a permanência de todas as crianças na faixa etária que se propõem a atender;

II - realizar atendimento educacional gratuito a todos, vedada a cobrança de contribuição ou taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outra;

III - atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino;

IV - garantir ingresso dos profissionais da educação, exclusivamente, por meio de concurso público de provas e títulos;

V - assegurar planos de carreira e valorização dos profissionais do magistério e dos funcionários da unidade educacional;

VI - garantir o direito à formação profissional continuada;

VII - assegurar piso salarial profissional; e

VIII - assegurar condições adequadas de trabalho.

Parágrafo único - Unidades educacionais de Educação Infantil que funcionam em espaço/prédio de órgão da Administração Pública Federal, mantidas e administradas, mediante convênio, por pessoa física ou jurídica de direito privado, tais como cooperativas, associações, sindicatos ou similares, caracterizam-se como estabelecimentos privados e integram o respectivo sistema de ensino municipal, estadual ou do Distrito Federal e, portanto, devem orientar seu funcionamento e solicitar autorização para ofertar a Educação Infantil ao Conselho de Educação do respectivo sistema.

Art. 2º - Para funcionar, as unidades de Educação Infantil que integram o sistema federal devem ter um projeto pedagógico que:

I - considere as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e Resolução CNE/CEB nº 5/2009);

II - apresente os fins e objetivos da unidade educacional;

III - explicita uma concepção de criança, de desenvolvimento infantil e de aprendizagem;

VI - considere as características da população a ser atendida e da comunidade em que se insere;

V - especifique seu regime de funcionamento, parcial ou integral;

VI - descreva o espaço físico, as instalações e os equipamentos existentes;

VII - relacione os recursos humanos da unidade;

VIII - aponte os critérios de organização dos agrupamentos de crianças;

IX - indique a razão professor/criança existente ou prevista;

X - descreva a organização do cotidiano de trabalho junto às crianças;

XI - indique as formas previstas de articulação da unidade educacional com a família, com a comunidade e com outras instituições que possam colaborar com o trabalho educacional; e

XII - descreva o processo de acompanhamento e registro do desenvolvimento integral da criança, sendo que os processos de avaliação não têm a finalidade de promoção.

Art. 3º - O projeto pedagógico de que trata o artigo anterior deve ainda especificar:

I - a forma de realização do planejamento geral da unidade: período, participantes e etapas; e

II - os critérios e a periodicidade da avaliação institucional, assim como os participantes e responsáveis por essa avaliação.

Art. 4º - O funcionamento dessas unidades de Educação Infantil ocorrerá no período diurno e poderá ser ininterrupto no ano civil, respeitados os direitos trabalhistas dos professores e funcionários, devendo a permanência da criança em jornada parcial ter duração mínima de 4 (quatro) horas e a jornada em tempo integral ter duração mínima de 7 (sete) horas.

Art. 5º - O espaço físico previsto para abrigar a unidade de Educação Infantil deverá adequar-se à finalidade de educar/cuidar de crianças pequenas, atender às normas e especificações técnicas da legislação pertinente e apresentar condições adequadas de acesso, acessibilidade, segurança, salubridade, saneamento e higiene.

Art. 6º - Os espaços internos deverão atender às diferentes funções da unidade educacional e conter uma estrutura básica que contemple a faixa etária atendida e as crianças com deficiências, compostos por:

I - espaço para recepção;

II - salas para os serviços administrativos e pedagógicos e salas para professores;

III - salas ventiladas e iluminadas para as atividades das crianças, com mobiliários e equipamentos adequados, além de visão para o espaço externo;

IV - refeitório, instalações e equipamentos para o preparo de alimentos que atendam às exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança;

V - instalações sanitárias completas, suficientes e adequadas, quer para as crianças, quer para os adultos;

VI - berçário, se for o caso, provido de berços individuais e com área livre para movimentação das crianças, além de local para a amamentação, higienização e banho de sol das crianças;

VII - área coberta para as atividades externas com as crianças, compatível com a capacidade de atendimento por turno da unidade educacional.

Art. 7º - A gestão da unidade educacional e a coordenação pedagógica (se houver) deverão ser exercidas por profissionais formados em curso de graduação em Pedagogia ou em nível de pósgraduação em Educação, e os professores que atuam diretamente com as crianças deverão ser formados em curso de Pedagogia ou Curso Normal Superior, admitida ainda, como mínima, a formação em nível médio na modalidade Normal.

Art. 8º - No exercício de sua autonomia, atendidas as exigências desta Resolução, as universidades devem definir a vinculação das unidades de Educação Infantil na sua estrutura administrativa e organizacional e assegurar os recursos financeiros e humanos para o seu pleno funcionamento.

Art. 9º - As unidades educacionais de que trata esta Resolução, já em funcionamento, devem, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Resolução, adotar as medidas necessárias à observância das normas aqui contidas.

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

DOU DE 11 DE MARÇO DE 2011 – SEÇÃO I – PÁGINA 10
http://portal.in.gov.br/leitura_jornais

ANEXO I – Parecer 039/2011 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

*Para
conhecimento
das subunidades*

Prof.ª Dr.ª Helenise Sangol Antunes
DIRETORA
PORTARIA N. 53-80/2-10-09
CENTRO DE EDUCAÇÃO - UFSM
23/11/2011

**APROVADO**

Universidade Federal de Santa Maria

Em 19 / 11 / 2011

SEÇÃO 7935

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

COMISSÃO – CEPE

PARECER – 039/2011

RELATOR – Prof.ª Eliana Rosa Sturza

PROCESSO SOC. N. 252/2011

PROCESSO DAG. N. 23081.016181/2011-08

A Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão recebeu, para análise e parecer, o Processo n. 23081.016181/2011-08, da Divisão de Protocolo Geral do Departamento de Arquivo Geral, e de n. 252/2011, do CEPE, o qual encaminha Proposta de criação da unidade Educação Infantil Ipê Amarelo na estrutura Organizacional da UFSM.

Constam do processo:

1. Ofício s/n da PROPLAN ao protocolo geral solicitando abertura de processo.
2. Cópia do projeto institucional da criação da unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo na estrutura Organizacional da UFSM.
3. Cópia da Associação Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil – ANUUFEI relatando reunião com Secretário da SESU, Sr. Dr. Luiz Cláudio Costa.
4. Cópia da Resolução n. 1, de 10 de março de 2010, da Câmara de Educação Básica, que fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil, ligadas à administração pública Federal direta, suas Autarquias e fundações.
5. Cópia de parecer homologado pelo Conselho Nacional de Educação, datado de 28 de fevereiro de 2011.
6. Cópia de ofício n. 28/2010, do Centro de Educação, de 22 de junho de 2010, enviado ao Magnífico Reitor, assinada pelos Diretores de Centros da UFSM, no qual se manifestam favoráveis a institucionalização do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo.
7. Parecer n. 10/2011 da Coordenadoria de Planejamento Administrativo – COPLAD, datado de 10 de novembro de 2011, sendo parecer favorável a criação do Núcleo, também solicitam apreciação à PROJUR.
8. Parecer n. 5044/2011, de 10 de novembro de 2011, da PROJUR em que consta não haver nenhuma inconsistência que possa desautorizar o andamento do processo, no entanto,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

COMISSÃO – CEPE

PROCESSO SOC. N. 252/2011

PARECER – 039/2011

PROCESSO DAG. N. 23081.016181/2011-08

RELATOR – Prof. Eliana Rosa Sturza

recomenda que uma vez a criação do núcleo aprovada pelo CEPE, alteração do Estatuto e Regimento Geral da UFSM.


9. Despacho do Gabinete do Reitor ao CEPE, em 11/11/2011.

Considerando a relevância e o mérito da proposta apresentada e estando o processo devidamente instruído, a Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão é de

PARECER

FAVORÁVEL à aprovação da Criação da unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo na Estrutura Organizacional da UFSM.

Santa Maria, 18 de novembro de 2011.


Prof. Eliana Rosa Sturza,
Relatora e Presidente Interina da CEPE.

ANEXO J – Resolução 044/2011

CE

Para
Conhecimento das
Subunidades / C.E.

Prof.º Dr.º ~~Flavio~~ Sangol Antunes
DIRETORA
PORTARIA Nº 55-20/02-10-09
CENTRO DE EDUCAÇÃO - UFSM
09/10/2011



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

PROTOCOLADO

RESOLUÇÃO N. 044/2011

Aprova a criação, na estrutura organizacional da Universidade Federal de Santa Maria, da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo, com a supervisão administrativa da Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica/CEBTT e com vinculação pedagógica ao Centro de Educação.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando:

- o que dispõe a Resolução N. 1, de 10 de março de 2011, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação;
- a necessidade de transformar o projeto do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo em uma unidade de educação infantil na estrutura organizacional da UFSM;
- o Parecer n. 039/2011, da CEPE, aprovado na 793ª Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 18.11.2011, conforme Processo n. 23081.016181/2011-08; e
- o Parecer n. 119/2011, da CLR, aprovado na 730ª Sessão do Conselho Universitário, de 25.11.2011, conforme Processo n. 23081.016181/2011-08.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação, na estrutura organizacional da Universidade Federal de Santa Maria, da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo, com a supervisão administrativa da Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica/CEBTT e com vinculação pedagógica ao Centro de Educação.

Art. 2º Caberá à Pró-Reitoria de Planejamento proceder ao registro da unidade no Sistema de Classificação Institucional, à Pró-Reitoria de Recursos Humanos a relação dos recursos humanos e ao Departamento de Material e Patrimônio a adequação do registro dos móveis e equipamentos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA,
ao primeiro dia do mês de dezembro do ano dois mil e onze.


Felício Martins Müller,
Reitor.

ANEXO K – Reportagem Revista FATOS

Pró-Reitoria executa projeto para melhorar qualidade do ensino

Promovido pela Pró-Reitoria de Graduação realizaram-se de 18 a 22 do corrente, no LEICE, encontros sucessivos com Diretores, Coordenadores de Cursos e Chefes de Departamento da UFSM para exposição e debates sobre o "Projeto de Apoio à Organização do Ensino de Graduação".

Este projeto consubstancia a proposta de um elenco de atividades, a serem desenvolvidas a partir de 1983, com o objetivo de criar uma infra-estrutura organizacional que possibilite a melhoria qualitativa do ensino na Instituição.

Além dos quatro subprojetos específicos de:

- Padronização conceitual de Programas de Ensino.
- Planejamento de Ensino
- Avaliação do Desempenho docente e
- Avaliação curricular.

foi apresentada aos participantes uma análise do rendimento acadêmico na UFSM, uma exposição sobre a elaboração de normas para o estágio supervisionado, reformulações na oferta de disciplina e problemas de matrícula, oferta e integralização curricular.

A partir de agora os sub-projetos serão trabalhados por departamento, em atividades específicas de exposição e assessoramento pelo NAAP/PRG aos docentes, cumprindo cronograma específico de execução.

Este cronograma deverá ser elaborado pelo NAAP em contato com os Chefes de Departamento.

A íntegra da proposta está contida em documento entregue aos Diretores de Centro, o qual deverá ser divulgado entre o corpo docente e ficar a disposição para consulta.



Servidores
reelegem
diretoria
da ABS

Página 2



ANO III – Nº 26 – OUTUBRO DE 1982

Já está pronto o projeto da creche

Dar atendimento à criança de 0 a 2 anos, filha do servidor ou estudante da UFSM, proporcionando condições para que ela desenvolva todas as suas potencialidades, é o objetivo da creche que será construída no próximo ano. O projeto já foi elaborado pela Pró-Reitoria de Planejamento e nos próximos dias deverá ser liberada a verba.

A creche será construída no mesmo local onde, em 1973, foram iniciadas as obras, já existindo ali os alicerces e parte das paredes, em terreno doado pela FUNDAE. Em torno de dez meses após a liberação de recursos, as obras da creche da UFSM estarão concluídas.



Pró-Reitoria de Extensão mantém creche para 100 crianças carentes no Centro Social Urbano.

Nossa Universidade, sempre na busca de uma melhor política de valorização de seus recursos humanos, realizou uma pesquisa para diagnosticar a situação de seus servidores, no que concerne ao atendimento de seus filhos, na faixa etária de 0 a 6 anos. Analisados os resultados, tornou-se evidente a necessidade de construir uma creche. Conforme doutrina renomados autores, os primeiros anos de vida são importantes para o desenvolvimento da criança e formam o embasamento de sua vida futura. A assistência,

perturbações ou carências afetivas, nutricionais, emotivas ou de saúde, podem causar lesões de difícil recuperação.

Segundo os objetivos do projeto elaborado pela Pró-Reitoria de Planejamento, "tudo isso e ainda a insuficiência de instituições adequadas em Santa Maria e a falta de recursos financeiros do grupo familiar, impõe a busca de uma solução, de acordo com a realidade atual". E um programa de atendimento à criança na faixa etária de 0 a 2 anos, apresenta-se como a solução mais correta.

(entre docentes e funcionários) e 9.627 alunos, dos cursos de graduação, pós-graduação e nível médio. A vida moderna exige que pai e mãe trabalhem fora de casa. E o direito brasileiro reconhece à mulher trabalhadora condições de dispor de locais onde possa deixar seus filhos em segurança, recebendo os cuidados adequados durante a jornada de trabalho. Após a construção da creche, a Administração do Reitor Armando Vallandro já pensa em instalar uma escola maternal e um jardim de infância para beneficiar

Refer: FATOS
O local indicado de UFSM
É o Dept. Divulg.

Divisão de Adm. Central - 2º andar
Fone: 221-146 - Ramais: 21-27 e 2405
Dist. Univ. - 91.100 - C. Maria - RS

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE E SETOR COMUNITÁRIO

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis mantendo coerência com a política de gestão do Prof. Armando Vallandro, norteou suas atividades para o campo social e de assistência ao corpo discente. Visando a melhoria dos programas e benefícios intensificou no período de 82/83 o diálogo com as representações estudantis integrando programas e atividades. Merece especial destaque a vinculação em novembro de 83, da Coordenação de Planejamento Comunitário a essa Pró-Reitoria com o intuito de estender a toda a comunidade universitária programas para o seu bem estar social bem como para a efetivação de um clima organizacional favorável a Universidade e a adequação pessoal de cada indivíduo. Dentre os programas desenvolvidos destacam-se:

União Universitária

A União Universitária é vinculada a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis com a finalidade promover o conagração da comunidade universitária, proporcionando aos corpos docente discente e administrativo do Universidade, um local adequado para um convívio sadio e de lazer. Com modernas instalações para restaurante, lancheria, salas de jogos e recreação, salão de atividades múltiplas e sala de audio-visuais, a União Universitária dispõe de mais de 600m² de jardins e de espaço destinados ao descanso ao ar livre.

É o ponto de encontro da comunidade universitária, procurada diariamente por professores e alunos que ali desenvolvem acontecimentos sociais, ciclo de palestras, seminários acadêmicos, apresentações artísticas e campeonatos estudantis de jogos de mesa.



Lares Vicinais

Através da Coordenadoria de Planejamento Comunitário a PRAE firmou acordo Lares Vicinais/FEBEM. Este projeto visa suprir a ausência da mãe que trabalha fora, colocando crianças em famílias que as assumam durante a jornada de trabalho e lhes possibilitem um desenvolvimento normal, bem como a tranquilidade da mãe para o desempenho de suas atividades profissionais. Os Lares Vicinais foram implantados durante o segundo semestre de 1983 em número de dois. Um está na COHAB e outro na Vila Santa Helena, beneficiando filhos de servidores da Universidade que se encontram na faixa etária de dois meses a sete anos incompletos. Estes Lares recebem a orientação técnica da FEBEM e a coordenação através da Co-

ordenadoria de Planejamento Comunitário.

Em 1984 os Lares Vicinais deverão contar com a efetiva participação de alunos bolsistas das áreas de Medicina, Enfermagem, Fonoaudiologia, e também de alunos bolsistas do curso de Agronomia que desenvolverão trabalho de orientação sobre hortas caseiras.

Solução de Problemas

O programa "Solução de Problemas" foi implantado em 1983 pela PRAE com o apoio da Coordenadoria de Planejamento Comunitário com o intuito de ajudar os funcionários a resolverem dificuldades que estejam gerando ansiedades e interferindo em sua produtividade. A dinâmica deste programa se efetiva em três etapas, a saber: atendimento individual com apoio, clarificação e orientação para possíveis soluções; atendimento em grupo de funcionários a fim de que seja tentado a remoção de dificuldades comuns e por último, atuação a nível individual, grupal e comunitário com função de mobilização de recursos, capacitação indivíduo X instituição para que ocorra integração X interação na solução de problemas.

Atividades Acadêmicas

Através do patrocínio, colaboração e apoio em atividades acadêmicas a PRAE atuou em quarenta e três eventos, destacando-se: a campanha de vacinação anti-rábica, realizada por professores e alunos do Curso de Veterinária. Desta campanha resultou a vacinação de 20 mil animais no município de Santa Maria e adjacências. O VIII e IX Festival Latino-Americano de Música e Dança tiveram o apoio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, eventos de cunho artístico-cultural com a finalidade de integrar

* FATOS - Ano V - Especial
Julho/84
Orgão Inform. UFSM

LARES VICINAIS

A implantação dos chamados Lares Vicinais constitui-se numa das principais metas alcançadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis que, através da Coordenação de Planejamento Comunitário, mantém programa integrado com a FEBEM, conjugando esforços no atendimento de filhos de funcionários, na faixa etária de dois meses a sete anos, durante a jornada de trabalho da mãe.

Dentro desse programa de assistência à comunidade universitária está prevista a abertura de mais um Lar Vicinal na COHAB-CAMOBÍ o qual deverá funcionar a partir de julho. Para facilitar a abertura de novos lares, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis está apelando aos funcionários da Universidade para que colaborem fornecendo os dados de seu bairro, evidenciando o número de crianças em idade de se beneficiar com esse projeto. Essas informações podem ser entregues na sala 123 do prédio da administração central, onde funciona a coordenação de planejamento comunitário. O programa Lares Vicinais tem o apoio dos alunos dos cursos de Pedagogia, Educação Física, Fonoaudiologia, Agronomia, Medicina e Enfermagem.



Em julho o núcleo habitacional da COHAB em Camobi terá um Lar Vicinal.

MORADIA ESTUDANTIL

Visando dar melhores condições de habitação e lazer aos acadêmicos moradores das Casas de Estudantes, tem sido uma constante preocupação da Reitoria, a promoção de benefícios que contribuam para o bem estar da comunidade estudantil. A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, informa que independente da conclusão do Bloco nº 15 da Casa do Estudante nº 2/Campus, efetivada em 1984, com a abertura de mais 96 vagas para moradores, estão sendo destinados recursos para a conclusão do Bloco nº 14, dessa mesma Casa, que se encontra inacabado na sua área de circulação, ou seja: hall, escadarias e calçadas. Está previsto também, a pintura interna dos corredores de todos os blocos, bem como, a pintura externa e a troca de todas as persianas do prédio. A Casa do Estudante nº 1/Cidade, estão sendo destinados recursos para a execução de uma área de lazer com quadra de esportes, cujo projeto original foi elaborado pelos próprios moradores, sendo previsto o início das obras para o próximo mês de julho, por firma contratada. Igualmente, será efetivada a pintura do hall de entrada daquela Casa. Foram ainda reencaminhados este ano ao CEDATE - Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação - projetos que visam de forma definitiva, solucionar o problema das moradias estudantis da Universidade, conforme o seguinte demonstrativo:

PROGRAMA ODONTOLÓGICO

Este programa conta hoje com três profissionais trabalhando em dois turnos, prestando assistência odontológica a nível preventivo, curativo-restaurador e de pequenas cirurgias. É destinado aos servidores e seus dependentes e está instalado provisoriamente no Hospital Universitário. Mais três equipes serão instalados tão logo o espaço físico já destinado a instalação definitiva do Serviço Odontológico esteja concluído. A prestação de serviços incluiu: Odontologia Preventiva, Periodontia-Dentística, En-

ATENDIMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Assistência médica, serviços complementares e internação, são os três pontos básicos do Programa de Saúde voltado inteiramente para o servidor da UFSM e seus dependentes. O programa está sendo implementado pelo Hospital Universitário e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Constará de cinco clínicas a nível ambulatorial e serviço especializado. Terá a preferência exclusiva de doze leitos, sendo quatro femininos, quatro masculinos e quatro infantis, todos eles no

Hospital Universitário. A medicação dos pacientes será através da Central de Medicamentos (CEME). Para este ano o serviço contará, inicialmente, com os médicos contratados mediante concurso público. Dois médicos já integram o Programa de Saúde: Neucyr Peralta de Andrade, com cedência de 20 horas/semanais e Alberto Heitor Schmidt, em regime de tempo integral. A meta a ser atingida inicialmente deverá perfazer, a nível ambulatorial, 1780 consultas mensais. O atendimento será realizado no Hospital Universitário, à tarde, no horário das 13:00 às 17:00 horas e a inauguração deste serviço em 25 de junho.

CRECHE

Um antigo anseio da comunidade universitária, estará sendo concretizado em meados de julho deste ano, quando a firma vencedora da licitação, estará reiniciando os trabalhos de construção da creche da UFSM. Até o final de junho os recursos necessários para os trabalhos a serem desenvolvidos, numa primeira etapa, estarão sendo liberados. De acordo com a proposta de reestruturação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, para, Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária, elaborado por Comissão designada pelo Reitor e presidida por Sandra Eliane Radin, atual coordenadora da COPLACOM-PRAE, a creche constituir-se-á numa divisão do Departamento de Assuntos Comunitários dessa nova pró-reitoria. Implantado o serviço, serão atendidas inicialmente 100 (cem) crianças, na faixa etária de 3 meses a 2 anos, objetivando: oferecer à comunidade universitária tranquilidade quanto ao cuidado de seus filhos, no horário de atividade na UFSM; proporcionar à criança condições para que se desenvolva em todas as suas potencialidades e estimular a integração da família com a Universidade e a creche, através da ação sistemática de técnicos para a orientação dos pais em relação à conhecimentos de puericultura, nutrição, higiene e outros que venham contribuir para o desenvolvimento da criança.

Cheche: toda urgência na retomada das obras. Recursos estão sendo liberados.



JUN/85

FAZOS DA UFSM

pg. 7

PESQU

SC

A UFSM contará com uma creche capaz de, inicialmente, atender 100 crianças na faixa de 3 meses a dois anos, oferecendo segurança e tranquilidade aos pais durante o horário de trabalho.



OBRAS DA CRECHE SEGUEM EM RITMO ACELERADO

Depois de retomadas as obras da creche, a partir de julho último, o trabalho prossegue em ritmo acelerado. O objetivo é dotar a comunidade universitária, a curto prazo, de um local apropriado para abrigar crianças menores durante o horário de atividades da UFSM.

A creche esteve paralizada durante muitos anos, tendo o Rei-

tor Armando Vallandro, no início deste ano, determinado a sua retomada e destinado ao projeto, recursos próprios da Universidade. Nomeou uma comissão especial para cuidar do assunto, envolvendo a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, através do Departamento de Assuntos Comunitários; a Assessoria Técnica de Obras e a Prefeitura

da Cidade Universitária.

Conforme o projeto, depois de concluído, terá condições de

atender, inicialmente, 100 crianças na faixa etária de 3 meses a 2 anos, oferecendo tranquilidade à comunidade universitária

quanto ao cuidado dos filhos pequenos; proporcionar condições para que as crianças se desenvol-

vam em todas as suas potencialidades e ao mesmo tempo, estimular a integração da família com a Universidade e a creche, através da ação sistemática de técnicos para a orientação dos pais em relação à conhecimentos de puericultura, nutrição, higiene e outras que venham contribuir para o desenvolvimento da criança.

A il norteac sidade institui nem d ção e : confirm Por renova de seu ocorrê da ciêr minad senvoh deterr desenv tífica e mentai pelo E são de partici

A busca da eficiência e da eficácia

Partindo do pressuposto de que Racionalização Administrativa implica em simplificação racional do trabalho, redução de custos operacionais, desburocratização, busca de eficiência e eficácia na realização de tarefas, esta deve, obrigatoriamente, fazer parte dos objetivos de qualquer organização. Para isso, existem técnicas e instrumentos que atuam como meios de atingir tais objetivos, enquanto a organização se torna administrativamente bem estruturada e flexível às mudanças externas.

A Coordenadoria de Planejamento Administrativo - COPLAD - da Pró-Reitoria de Planejamento, distribuiu no mês de junho, a todos os setores dos diversos órgãos que integram a Instituição, prospectos que retratam sua nova metodologia de trabalho, já em funcionamento.

Sendo o órgão responsável pela Coordenação do Programa de Racionalização Ad-

ministrativa na UFSM, a COPLAD viu por bem agilizá-lo através de uma sistemática operacional compatível, já que o método anterior não correspondia plenamente às expectativas.

O Programa de Racionalização Administrativa foi oficializado, na Instituição, pela Resolução número 15 de 31 de agosto de 1982. No decorrer destes dois anos e meio de implantação encontrou-se vários obstáculos, em parte pela falta de experiência com este tipo de promoção e, principalmente, por fatores de ordem geral, tais como resistência às mudanças, falta de motivação dos dirigentes dos órgãos trabalhados, etc...

Ainda pode-se citar a disponibilidade parcial dos agentes de racionalização, já que os mesmos têm atividades paralelas em seus órgãos de lotação, o que gerava a quebra de continuidade dos trabalhos e a desmotivação dos agentes devido a falta de colaboração e insuficiência de informações, o que acarretava a baixa operacionalidade das equipes.

Com o desencadeamento do novo método de trabalho a COPLAD pretende executar os serviços de racionalização mediante solicitação dos órgãos que demonstrarem interesse, atingindo todos os segmentos da Instituição quase que simultaneamente.

Contando com uma equipe centralizada de técnicos, esta coordenadoria se dispõe a executar os serviços diretamente solicitados, na medida do possível, obe-



decendo critérios de prioridades, quais sejam urgência e/ou ordem de chegada das solicitações.

A COPLAD não pretendeu, com isso, criar outro Programa de Racionalização ou estancar o existente, apenas mudar a política de ação e o método de trabalho.

A m falite i ficam : saber q Essas d produz de imp regra, : transmi Visa le dess: sário q nóstico Foi tos pe: tão de trabalh tico E nos Ar Grande Os minar e distr lites n Estado etiológ estabel morfol A seia-se nos ca partarr 'encef o ano i dos si pelo i anti-pe

FATOS - UFSM
 pag. 4 / SET/85

EDUCAÇÃO

Proposta pedagógica tem repercussão nacional

A UFSM foi uma das 12 instituições federais de ensino superior escolhidas para participarem do IV Simpósio Latino-Americano de Atenção à Criança de Zero a Seis Anos e II Simpósio Nacional de Educação Infantil, que acontecerá de 25 a 29 do corrente, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. O convite se deu em decorrência do trabalho pedagógico desenvolvido no Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, considerado uma das creches modelos no país e, também, por ser a única instituição no Rio Grande do Sul a desenvolver softwares didáticos com histórias infantis produzidas no Núcleo de Desenvolvimento Infantil - NDI, do Centro de Educação.

A professora Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso, do Centro de Educação e pró-reitora adjunta de assuntos estudantis, apresentará o trabalho desenvolvido pela creche, conhecido como Proposta Pedagógica para Educação Infantil.

O objetivo da proposta pedagógica praticada no Núcleo é ultrapassar a concepção assistencial à criança promovendo o seu desenvolvimento cognitivo-social e afetivo. Trabalhando com temas geradores - criança, família, comunidade, profissões, meio-ambiente, meios de transporte, e outros temas sugeridos pelas próprias crianças - desenvolve projetos especiais a partir de temas pertinentes à vida da criança, permitindo a ela construir seu conhecimento vivenciando estas experiências em um contexto lúdico. Entre eles a brinquedoteca, a biblioteca, as ações comunitárias, as atividades psicomotoras, a

educação para a saúde e meio ambiente e a arte-educação.

O resultado desse trabalho é facilmente constatado através da observação das crianças frequentadoras do núcleo. Elas possuem uma linguagem mais desenvolvida, assim como o raciocínio lógico-matemático. São mais ativas, autônomas, criativas e críticas. E, segundo pais e professores, exigem muito mais das relações familiares. Com certeza, exigirão muito mais da escola formal.

Trabalho integrado e infraestrutura

Manter tais objetivos implica preparo. A cada 45 dias são realizados cursos de capacitação aos professores e funcionários. Também a relação pais e filhos são atendidas a partir de reuniões com psicólogos, dentro de um trabalho integrado que visa a unidade na orientação da criança.

Por outro lado, há necessidade de manter adequada a infraestrutura. Recentemente, o Núcleo concluiu sua última etapa em obras. Foram substituídos os pisos e colocadas portas nos banheiros que, por decisão dos pais, foram divididos em

masculino e feminino. As salas receberam pias proporcionais ao tamanho das crianças e novos aparelhos de ar condicionado. Foi instalado um purificador de água que substituiu a antiga rotina de ferver água, e trocada a areia da praça de brinquedos.

Vagas

As vagas para dependentes de servidores (professores e técnicos-administrativos) são abertas anualmente. As inscrições para o preenchimento ao ano de 1997 estarão abertas de 25 a 06 de dezembro, no horário das 08 às 11h30min e das 14 às 17h, na secretaria do Núcleo, no Campus. Estão sendo oferecidas 67 vagas, distribuídas nos turnos da manhã e tarde. São 28 vagas para o berçário II que atende crianças de 1 a 2 anos e 21 vagas para o berçário III, destinado a crianças de 2 a 3 anos. O maternal I, para crianças de 3 a 4 anos, funcionará somente pela parte da manhã e oferece 04 vagas. Já o maternal II dispõe de 14 vagas para a faixa etária de 4 a 5 anos. O critério para a distribuição das vagas será o sorteio público, marcado para o dia 11 de dezembro próximo, no Núcleo.



Núcleo Infantil Ipê Amarelo: crianças mais criativas e com linguagem mais desenvolvida.

	Público	Prof. EBTT	Prof. Mestrado Superior	Prof. Substituto EBTT	Prof. Substituto Magistério Superior	Outros	Técnicos	Estágio Originário	Estágio Extra-Curricular	Nº de Crianças Alencidas	Censo	Faixa Etária	Alunos Especiais	Integral	Parcial
Núcleo de Estudos em (UFPA)										0					
Escola de Educação Infantil (UFPA)		2	----		---	31	1	10	10	104	109	4 meses a 5 anos e 11 meses	2	0	104
Creche Francisco Zucaro Franco (UFPA)		9	-		-	20	-	-	-	131	125	Até 5e11meses	0	17	114
Escola Paulista de Educação (UNIFESP)		0	0		0	16	0	538	0	283	0	4 a 5 anos e 11 m	2	167	126
Núcleo de Desenvolvimento Infantil (UFSC)		24	24		5	27	Técnico Administrativo	4+43	100 em 2010 e 200 em 2011	242	242	0 a 6 anos	5	Não se aplica	242
Serviço de Educação Infantil(UFJF)		0	0		0	4	1	4	1+3	104	0	3m a 6anos incompletos	2	0	104
Núcleo de Desenvolvimento Infantil (p/ Amareló) (UFPA)		1	-		-	9			13	186	183	4 m até 5e11 m	4	38	145
Laboratório de Desenvolvimento Humano (UFV)		0	0		0	2	-	15	10	20	0	5 anos e 6 m a 6 anos e 6m	0	20	0
Laboratório de Desenvolvimento Infantil(UFV)		0	0		0	3		30	30	90	0	3 m a 5 anos e 6 m	3	90	0
Unidade de Atendimento à Criança (UFSCar)		6	xxxx		13	8	1	5	14	135	113	5 anos	2	79	56

ANEXO N – Reportagem – Sem nunca parar de crescer – 08/03/2012

UFSM

http://200.18.45.28/sites/noticias_ufsm/exibir_noticia.php?id=2131

UFSM > Geral

Sem nunca parar de crescer

08/03/2012 - 08:03

Um espaço em que pequenos pezinhos experimentam novas impressões e, ao mesmo tempo, os narizinhos tem o prazer de provar diferentes cheirinhos de flores, plantas e temperos. Assim é o Jardim das Sensações no Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarello, que nos próximos dias transformará-se à em Unidade Universitária de Educação Infantil.

A mudança não se restringe apenas ao nome, mas também no que se refere a novas normas de funcionamento, incluindo financiamento e investimento, que passam a partir desse mês (março) a vir diretamente do Ministério da Educação (MEC), com a Resolução nº 1, de 10 de março de 2011, que estabelece essas novas regras para as Unidades Universitárias de Educação Infantil, antigas creches das universidades federais. "Precisávamos nos unir para conquistar melhorias para Educação Infantil. Hoje, são 20 Unidades Universitárias", declara a diretora do Ipê Amarello e presidente da Associação Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (ANUFEI), Viviane Ache Cancian.



Siga a UFSM no Twitter



Leia mais em geral

Revista Saúde UFSM recebe material para publicação

Última semana para se inscrever no Processo Seletivo da AIESEC Santa Maria

Departamento de Estatística seleciona monitores

Evento Internacional de Direito debate Mídia e Direitos da Sociedade em Rede

Congresso Nacional discute a situação de Adultos Maiores

Leia mais em Oportunidades

Última semana para se inscrever no Processo Seletivo da AIESEC Santa Maria

Departamento de Estatística seleciona monitores

Leia mais em Eventos

Evento Internacional de Direito debate

Mídia e Direitos da Sociedade em Rede

Congresso Nacional discute a situação de Adultos Maiores

Outra alteração está ligada ao fato de que o Ipê Amarelo abrirá suas portas para crianças de 0 a 6 anos da comunidade santa-mariense, ou seja, ela não atenderá apenas dependentes de servidores e alunos da UFISM. No entanto, o que num primeiro momento parece não ser tão bom para a comunidade universitária, possibilitará que a Unidade passe, no decorrer do tempo, a ser uma Escola de Aplicação (Ensino Fundamental), como a já existente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). "Esse sonho é nosso e de todos pais", destaca ela.

Com relação a número de vagas, a diretora esclarece que serão obedecidas as Diretrizes Nacionais de Educação Infantil (2009), que estabelece de 5 a 8 crianças para um adulto. "Isso no que se refere ao berçário", alerta Viviane. O Ipê Amarelo oferece desde o ano passado mais essa turma, por entender que a Educação Infantil não começa quando a criança atinge um ano de idade. "De acordo com pesquisas, quanto mais cedo a criança interagir com outras, melhor será seu desenvolvimento", comenta a presidente da ANUFEI.



O Ipê Amarelo, com seus 22 anos, conta hoje com sala de Fonocardiologia, salas de aula, sendo sete delas de turno Integral, sala de Computação, Brinquedoteca, almoxarifado, refeitório Infantil, refeitório dos funcionários e professores, cozinha, lactário e almoxarifado da Nutrição, sala de Vídeo, instalações Sanitárias, lavanderia, sala de Recursos (dirigida a portadores de necessidades especiais), além do pátio, da pracinha e do Jardim das Sensações, que em breve passará a ter o nome de Bruna Rigo, ex-professora da Unidade, falecida no ano passado, em decorrência de um acidente de trânsito. "Ao todo são 14 turmas, o que soma 238 vagas, atendidas por 24 bolsistas, 9 funcionárias, 14 "profes", duas coordenadoras pedagógicas, além da diretora e da vice", relata Viviane.

UFSM

http://200.18.45.28/sites/noticias_ufsm/exibir_noticia.php?id=2131

Ela destaca ainda que em breve será aberto edital para novas vagas, já que as Unidades, por determinação do MEC, tem que se transformar em Centro de Referência.

História - O Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, idealizada como creche da UF-SM, tem como marco inicial de suas obras abril de 1973 a partir da solicitação dos servidores da Universidade Federal de Santa Maria. Sua instalação definitiva ocorreu 16 anos mais tarde (1989).

Após sua administração passar pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e pelo Centro de Educação, por ser definido como um projeto de ensino, pesquisa e extensão do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI — Centro de Educação), conforme a resolução 012/02 da UF-SM, o Ipê está localizado no Campus da Universidade Federal de Santa Maria, desenvolve atividades de cuidados e educação de crianças de 0 a 6 anos de idade, em turnos parcial ou integral durante todo o ano.

Repórter:

Graziela Braga.

Notícia elaborada pela Coordenadoria de Comunicação Social

[Clique aqui para enviar sua notícia](#)